

2	Editorial
	Agenda Noticiosa
4	Mudanças de Comando
6	Campanha solidária de Natal 2012
	Juramento de Bandeira
7	Colheita de Sangue a militares da Escola da Guarda
	Visita de Apresentação na GNR do Major-General João Paulo Silva Esteves Pereira
8	Cerimónia de Encerramento do CPC 2010/2011
9	Dia Internacional das Pessoas com Deficiência
10	A Guarda e o Dia Universal dos Direitos da Criança
11	A GNR recebeu a visita de delegação da Jordânia e Palestina
12	Projeto "Finalistas: Os Cidadãos do Futuro"
13	Entrega de cama a idoso
14	Visita do Ministro do Interior de Espanha
15	GERG
	Atividade Operacional
16	Protocolo de Colaboração
	Apreensão de cobre
17	Núcleo de Protecção Ambiental impede descarga ilícita de águas residuais
18	A utilização do cavalo garante um sentimento de segurança ao cidadão
	Saúde
23	Mais Guarda sem tabaco
	Estudo
26	Centro de Formação de Portalegre - O Berço dos Guardas II
	Tema de Capa
46	Chega ao fim a missão do Subagrupamento Bravo em Timor-Leste
58	Comandante Operacional visita 13.º Contingente
60	Último arriar da bandeira portuguesa em Timor-Leste
62	Condecoração do Estandarte Nacional da Unidade de Intervenção
	Cooperação Internacional
64	Seminário Internacional FIEP
66	Handheld Interagency Identity Detection Equipment
	Cultura
72	Inauguração da biblioteca e da sala de leitura do arquivo histórico da GNR
80	Lançamento do livro "A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor-Leste"
	Desporto
82	XXXV Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato 2013
	Legislação
84	Revista da Guarda - Despacho 63/12-OG
85	Sinopse
88	<i>In Memoriam</i>



Ficha Técnica

Comando-Geral da GNR,
Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa;
Tel.: 213217354/294 — Fax 213217159;
E-mail geral: revista@gnr.pt;

Diretor:

Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral
Coronel de Cavalaria (Res)

Chefe da Divisão da Revista:

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira
Tenente Coronel de Administração Militar
E-mail: revista.direccao@gnr.pt

Redação:

Marco António da Silva Marta
Sargento Ajudante de Infantaria
Fernando Borges
Cabo-Chefe de Cavalaria

Serviços Administrativos:

José Rasteiro
Guarda Principal de Infantaria

Revisão Ortográfica

Neuza Fernandes
Furriel de Infantaria

Fotografia:

Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR

Execução Gráfica:

SERSILITO, Empresa Gráfica, Lda
Tiragem: 4.400 Exemplares.

Depósito Legal N.º 26875/89.

ISSN: 1645-9253.

Preço Capa: € 1,20; Assinatura Anual: € 6,00;
Ano XXV - N.º 97 — janeiro - março de 2013.

Publicação Trimestral.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não necessariamente, um ponto de vista oficial. No corrente ano entram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos por isso à compreensão dos nossos leitores.

Subagrupamento Bravo
Regressa de Timor-Leste



Ao reassumir as funções de Director da Revista *Pela Lei e Pela Grei*, não poderei deixar de saudar, de forma calorosa, cada leitor e cumprimentar, com estima e consideração, todos aqueles que, com denodo, pundonor e dedicação, qualquer que seja o seu tipo de responsabilidade e empenhamento, contribuem para dar à estampa regularmente esta Publicação, que procura traduzir o espírito e a matéria que enformam a Guarda Nacional Republicana.

Terminada a missão do Subagrupamento Bravo em Timor-Leste, a presença e empenhamento dos militares da Guarda Nacional Republicana naquele jovem país - com a projecção de 13 contingentes, ao longo de mais de seis anos, perfazendo um total de 1780 militares, apoiados por 50 equipas do INEM -, não poderiam deixar de ser referidas, merecendo, por mérito próprio, ser tema de capa deste número.

Como é do conhecimento público a missão foi cabalmente cumprida, sendo o seu sucesso atestado pela ligação indelével que a GNR mantém com o Povo de Timor-Leste.

Este saldo altamente positivo não aconteceu por obra do acaso! Ficou a dever-se a vários factores, destacando-se: a própria natureza da GNR, com o seu modelo organizativo e valências; a sujeição à condição militar com tudo o que tal implica, nomeadamente, o sentido de disciplina, um elevado espírito de sacrifício e de missão, aliados à vontade de bem-fazer; uma excelente preparação técnico-profissional; e algo, não menos importante, mas muito específico dos portugueses, a capacidade de conviverem, de dirimirem conflitos e de se integrarem com todos os povos, em suma, a “ancestral maneira portuguesa de estar no mundo”.

Ninguém melhor para avaliar o trabalho da Guarda Nacional Republicana do que os timorenses que viveram e testemunharam *in loco* a contribuição dos seus militares no apaziguamento, estabilização e reconstrução de Timor-Leste.

Em Agosto de 2012, o Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Dr. Ramos Horta, prefaciou um livro, escrito por um jovem capitão da GNR, sobre a intervenção da Guarda Nacional Republicana naquele país asiático. A genuinidade do depoimento, a credibilidade do testemunho e o reconhecimento do esforço e espírito de missão evidenciado pelos militares da Guarda, insta-nos à seguinte transcrição:



“Tendo acompanhado e cooperado activamente com a GNR ao longo de uma década, especialmente como Primeiro-Ministro entre 2006-2007, vi o Subagrupamento Bravo da GNR destacar-se entre todas as forças internacionais que garantiram a estabilidade e a segurança de Timor-Leste, pela forma extraordinária como exerceu a sua missão.

Pudemos contar com a GNR na construção institucional e formação da nossa Polícia Nacional, na segurança de várias eleições e em acções variadas de contenção, mediação e reconciliação. Em suma, as qualidades profissionais e a competência técnica dos militares da GNR, e o envolvimento em causas sociais e a sua proximidade das populações, conquistaram o respeito e a admiração dos timorenses, que muito beneficiaram da sua actuação.

Em nota mais pessoal, agradeço com emoção a pronta intervenção da GNR (a primeira força a chegar ao local do atentado) no socorro que me foi prestado no dia 11 de Fevereiro de 2008, contribuindo para me salvar a vida.

Uma vez mais, testemunho o profundo reconhecimento do povo timorense pelos serviços ímpares que a GNR prestou e continua a prestar, sinal do apoio do povo português a este país e da amizade que sempre nos uniu, apesar da distância geográfica”.

Termino, com uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo anterior Chefe de Redacção, Tenente-Coronel Horácio Félix, que, deixando agora estas funções por ter transitado para a situação de reserva, foi, sem dúvida, um dos pilares de sustentação desta Publicação ao longo de quase uma década, conseguindo, com uma equipa diminuta, vencer inúmeras dificuldades e tornar a revista mais apelativa e de melhor qualidade.

Bem-haja pela contribuição prestada.

Lisboa, Carmo, 18 de Março de 2013

O Director da Revista

Bartolomeu Nuno de Guanilho da Costa Cabral
Coronel de Cavalaria (Res)

Mudanças de Comando

No Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI)

Decorreu, no dia 19 de novembro de 2012, no Comando da Administração dos Recursos Internos (CARI), a tomada de posse do Exmo. Major-General Luís Filipe Tavares Nunes, no cargo de Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos na presença de representantes das categorias profissionais de Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis.

O Exmo. Major-General Tavares Nunes cessou funções como Comandante da Unidade de Controlo Costeiro e assumiu, por Despacho n.º 85/12-OG, de 15 de novembro de 2012, do Excelentíssimo Comandante-Geral, as funções de Comandante do CARI.

Aproveitou-se, desta forma, o momento para desejar os maiores sucessos profissionais na nobre e importante função que agora está a iniciar.



No Comando Territorial de Lisboa



Tomou posse como Comandante do Comando Territorial de Lisboa, no dia 15 de janeiro do corrente ano, o Coronel de Infantaria Paulo Jorge dos Reis Ferreira, numa cerimónia que decorreu na Parada do Quartel dos Paulistas.

A materialização simbólica da tomada de posse deu-se no momento em que o novo Comandante recebeu o Estandarte da Unidade e passou revista às Forças em Parada, dirigindo, em seguida, algumas palavras aos militares e civis da Unidade. O discurso contemplou os elevados padrões de desempenho reconhecidos tanto aos militares como aos civis que servem a Unidade, sendo eles a expressão de uma identidade forte, alicerçada em valores morais e patrióticos. Foi dada ainda especial relevância ao facto de que, apesar da contenção nos gastos e através de uma gestão criteriosa, responsável e exigente, em momento algum, se deixará de ter presente que o Cidadão é o centro de todas as preocupações, passando o desafio a assentar na Qualidade e Excelência de atuação.

A cerimónia terminou com a tradicional apresentação de cumprimentos, onde estiveram presentes militares das categorias profissionais de Oficiais, Sargentos e Guardas, bem como Funcionários Civis.

No Comando Territorial de Aveiro

No dia 14 de janeiro de 2013, por despacho de 2 de janeiro de 2013 do Exmo. Tenente-General Comandante-Geral da GNR, tomou posse como Comandante do Comando Territorial de Aveiro, o Coronel de Infantaria Agostinho José Lopes da Cruz. A cerimónia de tomada de posse corporizou-se na parada do Quartel da Unidade, com uma formatura geral, onde estavam presentes todos os Oficiais da Unidade, uma delegação de Sargentos e a uma delegação de Guardas e Civis.

As forças em parada prestaram as Honras Militares regulamentares, seguindo-se a entrega do Guião da Unidade pelo Comandante em substituição, cessante, simbolizando a investidura no cargo. Após passar revista à formatura das Forças em Parada, o recém-empossado Comandante proferiu uma alocução alusiva ao evento, da qual se destaca:

“É com redobrado orgulho que hoje me dirijo a vós como Comandante do Comando Territorial de Aveiro, redobrado orgulho, porque é com natural satisfação e elevado sentimento de responsabilidade que hoje assumo a condução de uma Unidade com tantos pergaminhos, e que tanto tem dado de si à Guarda Nacional Republicana e à Grei que servimos; redobrado orgulho, porque também não posso esquecer que, num passado já algo distante da minha vida, aqui servi o País envergando uma outra farda e cumprindo uma outra Missão.

Tenho, assim, redobrados laços que me ligam a esta maravilhosa cidade por todos nós conhecida, desde os bancos da escola, como a Veneza de Portugal.

Aveiro que, curiosamente, ascendeu à categoria de cidade em 1759, por decreto de D. José I, numa altura em que alguns dos mais delirantes adeptos do Pombalismo tudo fizeram para que passasse a ser denominada de Nova Bragança, facto que foi posteriormente, e com toda a justiça, corrigido por D. Maria, voltando à designação pela qual é conhecida até aos dias de hoje.

Vivemos em Portugal um tempo difícil, um tempo de crise económica, um tempo de insegurança no emprego, um tempo de aperto financeiro, um tempo



que tende a aumentar as preocupações dos portugueses, diminuindo em geral o seu sentimento de segurança.

*Mas, este é também o tempo de procurar novos rumos, o tempo de redirecionar e redimensionar as nossas vidas; É também o tempo, e tem que ser o tempo, de Portugal renascer e **enfrentar o futuro com otimismo e determinação.***

*É tempo de ter **esperança**, destreza e fé nas adversidades a vencer, como bem significa o verde do nosso brasão de armas.*

E estou certo que o vamos conseguir; Como realça a nossa divisa “LESTOS RIA ACIMA, RIA ABAIXO” os militares deste Comando, no cumprimento da Missão da sua ZA, caracterizam-se pela prontidão, o empenho, a rapidez e o dinamismo.

Oficiais, Sargentos, Guardas e Civis do Comando Territorial de Aveiro: Numa altura de tantas incertezas, quero, convictamente, dizer-vos, tendo como testemunha esta parada que tantas memórias guarda, que hoje daqui saímos com a certeza de que podeis contar com o Vosso Comandante e que o Vosso Comandante conta com todos Vós.”

No final da cerimónia, no Auditório da Unidade procedeu-se à tradicional apresentação de cumprimentos dos Oficiais, Sargentos, Comandantes de Posto, Guardas e Civis ao novo Comandante.

Campanha solidária Natal 2012

“Este Natal dê Vida”

A Secção de Programas Especiais do DTer da GNR de Torres Vedras, em conjunto com a sua parceira de outras atividades solidárias, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, juntaram-se neste Natal ao Instituto Português do Sangue, para lançar um desafio solidário às populações do concelho da Lourinhã, promovendo uma ação de recolha de sangue e registar o máximo de voluntários para a base nacional de dadores de medula óssea.

Esta iniciativa, com o lema “Este Natal dê Vida”, decorreu em duas fases, iniciando com os contactos e divulgação necessários para que houvesse um número significativo de voluntários e para que o Instituto Português do Sangue disponibilizasse uma unidade móvel de recolha.

Atingidos os objetivos em poucos dias, a segunda fase teve lugar no dia 4 de janeiro de 2013, junto às instalações da Santa Casa da Misericórdia, na vila da Lourinhã, na qual foram largamente ultrapassadas as metas de uma muito boa campanha solidária, obtendo-se um impressionante registo de 37 dádivas de sangue, das quais, nove dádivas por militares da GNR, sendo seis, pela primeira vez, e 30 novos registos na base nacional de dadores de medula óssea.

O DTer da GNR de Torres Vedras agradece a todos os voluntários e instituições que tornaram esta campanha possível e partilha os agradecimentos já manifestados pelo Instituto Português do Sangue, em considerar esta campanha e todos os dadores, com um elevado sentido cívico e de solidariedade.



Juramento de bandeira



Decorreu, no passado dia 15 de fevereiro, no Centro de Formação de Portalegre, a cerimónia de juramento de bandeira dos guardas que integram o 2.º curso de formação de guardas da GNR - 2012. Nesta cerimónia, que antecede a do final de curso - Cerimónia de Juramento de Fidelidade ou Compromisso de Honra - participam todos os militares que não tendo jurado bandeira no momento da sua admissão, fazem-no agora em cerimónia pública, perante a Bandeira Nacional, mediante a seguinte fórmula de declaração solene: «Juro, como português e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, servir a Guarda Nacional Republicana e as Forças Armadas e cumprir os deveres militares. Juro defender a minha Pátria e estar sempre pronto a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida.»

Colheita de Sangue



Em 7 de Janeiro de 2013, realizou-se, na Escola da Guarda, uma sessão de colheita de sangue aos militares da Guarda Nacional Republicana que voluntariamente se ofereceram para a mesma. A colheita foi efectuada por profissionais do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, em 32 dadores inscritos, que foram previamente sujeitos aos necessários procedimentos de triagem.

Visita de apresentação



No dia 30 de Outubro de 2012, a Escola da Guarda recebeu a visita do Exmo. Major-General João Paulo Silva Esteves Pereira, cuja finalidade foi proporcionar um conhecimento tão objectivo quanto possível da missão, estrutura orgânica e actividades deste Estabelecimento de Ensino.

A referida visita teve início pelas 10H30, com a apresentação de um *briefing* sobre a Escola da Guarda. De seguida, o Exmo. Major-General Esteves Pereira teve a oportunidade de observar as instalações da Escola nas quais se desenvolvem actividades relacionadas com a formação, designadamente, a Sala de Investigação Criminal, a Carreira de Tiro e o Centro de Formação e Condução Auto.

Cerimónia de Encerramento CPC 2010/2011



Em 21 de dezembro de 2012 realizou-se, na Escola da Guarda, a Cerimónia de Encerramento do Curso de Promoção a Capitão 2010/2011, presidida pelo Exmo. Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Manuel dos Santos Newton Parreira.

A Cerimónia contou também com a presença do Comandante do Comando de Doutrina e Formação, Major-General Agostinho Dias Costa, com o Comandante da Escola da Guarda, Major-General Carlos Alberto Baía Afonso e de Oficiais e Civis que integraram o corpo docente que ministrou o curso.

O curso, composto por 31 Oficiais, foi ministrado em dois turnos, tendo o primeiro decorrido de 14 de fevereiro a 21 de julho de 2011, frequentado por 5 Tenentes da Arma de Cavalaria, 2 Tenentes do Serviço de Administração Militar e 5 Tenentes do Serviço de Saúde. O segundo turno decorreu de 13 de agosto a 21 de dezembro de 2012, frequentado por 19 Tenentes, todos da Arma de Infantaria, tendo a classificação média final do curso sido de 15,24 valores.

O programa da cerimónia constou de uma alocução proferida pelo Diretor do Curso, Tenente-Coronel de Infantaria Carlos José Oliveira Cruz, leitura do Código de Honra do Militar da Guarda pelo Comandante da 1ª Companhia de alunos, Capitão de Infantaria Helder Romeu Serra Oliveira, a que se seguiu a entrega de diplomas e do prémio ao aluno melhor classificado.

No final o Exmo. Tenente-General Comandante-Geral proferiu uma alocução.

Dia Internacional das Pessoas com Deficiência



No passado dia 3 de dezembro de 2012, dia em que comemorava o “DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”, um grupo de jovens da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), delegação da Covilhã, visitou as instalações do Destacamento/Posto Territorial da Covilhã.

Depois de terem sido recebidos pelo Comandante do Destacamento, os utentes da APPACDM, sempre acompanhados pelos militares da Secção de Programas Especiais (SPE), viram uma mostra e receberam explicações sobre alguns dos materiais e equipamentos utilizados no serviço operacional.

De seguida, visitaram os serviços e secções do Destacamento/Posto, onde se destaca um momento muito marcante para todos os presentes, em especial para alguns utentes do APPACDM, que demonstraram pânico e se recusaram a entrar nas celas, verbalizando que se estava melhor em liberdade.

Interessante, foi também, a reação dos visitantes quando entraram no gabinete do Núcleo de Investigação Criminal do Destacamento, onde colocaram muitas dúvidas aos militares e observaram a Sala de Reconhecimento e expressaram a ideia de estarem nos filmes da televisão.

A surpresa, que estava marcada para o final da manhã, era uma demonstração dos sempre muito acarinhados binómios da Secção Cinotécnica do Comando Territorial de Castelo Branco.

Estas pessoas “**DIFERENTES**”, que apenas o são e marcam essa diferença no Carinho, na Amizade, na Sensibilidade e na Simplicidade que demonstram em todas as suas ações e expressões proferidas - como por exemplo, uma das mais ouvidas: “-Uma manhã incrível!”, e na vontade de quererem ser da GNR, quando perguntavam: “-Posso vir já amanhã?” - fazem-nos sentir orgulho na farda que vestimos e na nossa Divisa “PELA LEI E PELA GREI”.

A Guarda e o Dia Universal dos Direitos da Criança



A preocupação com as crianças, como um ser humano pleno de direitos, iniciou-se no pós-II Guerra Mundial. Em 1954, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou que todos os seus Estados membros erigissem o Dia Universal da Criança, tendo como principais objetivos celebrar a fraternidade e compreensão entre as crianças do mundo inteiro e organizar atividades adequadas à promoção do seu bem-estar.

No seguimento dessa iniciativa e considerando que a criança, em virtude da sua fragilidade física e intelectual, necessita de proteção e cuidados especiais, a ONU, pela sua Assembleia Geral, aprovou a Declaração sobre os Direitos da Criança, em 20 de novembro de 1959, da qual constam 10 Princípios, onde estão plasmados o direito das crianças à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade; o direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social; o direito a um nome e a uma nacionalidade; o direito à alimentação, moradia e assistência médica adequadas para si e para a sua mãe; o direito à educação e a cuidados especiais se for física ou mentalmente deficiente; o direito ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade; o direito à educação gratuita e ao lazer infantil; o direito a ser socorrido em primeiro lugar, em caso de catástrofes; o direito a ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho; e o direito a crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão,

amizade e justiça entre os povos. Curiosamente, na mesma data, mas passados 30 anos, 1989, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos da Criança que Portugal ratificou em 21 de setembro de 1990.

Atendendo à importância dos documentos mencionados na edificação de sistemas de proteção da criança, a ONU instituiu o dia 20 de novembro como o Dia Universal dos Direitos da Criança.

A Guarda, associando-se a esta efeméride e entranhando o espírito da ONU na sua promoção, em 20 de novembro de 2012 realizou um conjunto de ações de sensibilização junto das crianças que frequentam o 1.º Ciclo Escolar. Esta iniciativa, operacionalizada pelos Núcleos Escola Segura (NES), teve como objetivo principal despertar a atenção das crianças para o conhecimento dos seus direitos, promovendo atividades que favorecessem esse desiderato, nomeadamente através da projeção animada e pedagógica dos Princípios insertos na Declaração sobre os Direitos da Criança e na realização de um concurso de desenhos alusivos aos Direitos da Criança, dos quais, três estão publicados na presente Edição da Revista da Guarda. Aproveitamos o ensejo para enaltecer o entusiasmo manifestado pelas crianças que participaram nesta iniciativa e agradecemos o empenho de todos, nomeadamente, das crianças, dos professores, das Escolas como um todo e dos militares do NES.



A GNR recebeu a visita de delegação da Jordânia e Palestina

A Guarda Nacional Republicana recebeu no dia 27 de fevereiro, na Escola da Guarda, em Queluz, e na Direção de Investigação Criminal, em Alcabideche, a visita de uma delegação composta por Diretores de Serviços Forenses e Departamentos de Investigação Criminal, professores universitários, magistrados e representantes governamentais da Jordânia e da Palestina, acompanhados por representantes das Nações Unidas e pelo Professor Doutor Duarte Nuno Vieira, Presidente do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses.

Uma vez que se encontra em pleno desenvolvimento, na Jordânia e na Palestina, a implementação da medicina forense e dos serviços de ciência forense, a comitiva demonstrou especial interesse na visita à Direção de Investigação Criminal da GNR, em especial a sua área de criminalística, por ter sido alvo de grandes desenvolvimentos, designadamente na área laboratorial onde tem apresentado elevados níveis de qualidade, constituindo-se uma referência na matéria. A delegação teve oportunidade de visualizar cenários específicos para formação, toda a área laboratorial e muito do material e equipamento utilizado na atividade de investigação criminal, bem como contactar com o Sistema de Gestão de Qualidade implementado na Criminalística da Guarda Nacional Republicana e com as Equipas de Cena de Crime. O *feedback* transmitido, no final da visita, revelou-se muito positivo, uma vez que permitiu à delegação familiarizar-se com a atividade pericial e formativa desenvolvida, na GNR, e permitiu a partilha de experiências, a troca de contactos e abriu portas à possibilidade de uma futura co-operação.



Projeto “Finalistas: Os Cidadãos do Futuro”

No âmbito da parceria “**European Action On Drugs**”, a GNR tem como compromisso a realização de ações de sensibilização sobre a prevenção do consumo de drogas.

Assim, visando a sensibilização dos alunos finalistas do 12.º ano das escolas secundárias do distrito de Évora, sobre prevenção de comportamentos de risco, o Comando Territorial de Évora realizou na sua Zona de Ação (ZA), através dos militares das Secções de Programas Especiais, entre os dias 4 e 14 de março dez ações de sensibilização e um seminário com o objetivo de sensibilizar os alunos finalistas, quanto a comportamentos de risco, nomeadamente, os consumos de álcool e droga, pretendendo-se, assim, evitar incidentes e acidentes, mesmo que ligeiros, durante as “viagens de finalistas” que os alunos do 12.º ano realizam, quase sempre com destino às zonas balneares da Catalunha e do sul de Espanha. O evento de maior dimensão aconteceu no dia 11 de março, tendo o Comando Territorial da GNR realizado um Seminário denominado “*Ser finalista: Viagem rumo ao cidadão consciente*” no auditório da Escola Pública Hortênsia de Castro de Vila Viçosa para cerca de cem alunos finalistas, com o seguinte programa:

- Comportamentos de risco: Consumo de álcool e de estupefacientes e doenças sexualmente transmissíveis
- O que são as drogas?
- Consumo de estupefacientes: Enquadramento legal
- Álcool e drogas: O enquadramento espanhol
- Álcool e drogas: O enquadramento nacional
- Debate.

Esta iniciativa do Comando Territorial de Évora foi ainda a forma de assinalar o início do “Ano Europeu dos Cidadãos”, pretendendo realizar, durante todo o ano, outras atividades vocacionadas para a formação dos jovens alunos que serão os “cidadãos do futuro”.



Entrega de cama a idoso

No decorrer da “Operação Censos Sénior 2013” foi sinalizado pelo Núcleo de Idosos em Segurança (NIS), do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo, um idoso residente no “Monte da Retorta” em Cabrela, com carências ao nível de alojamento. O idoso de 84 anos de idade goza de boa saúde e é uma pessoa muito ativa. No entanto, vive numa residência muito humilde, sem casa de banho, duas dependências, uma cozinha que faz de sala comum e um quarto. No interior do quarto tem uma esteira, a que chama “cama”, com dimensões muito reduzidas e sem o mínimo de conforto para uma pessoa de sua idade.

De imediato, o NIS prontificou-se em adquirir uma cama nova, com colchão e a respetiva roupa de cama, tendo para o efeito realizado um peditório junto dos restantes camaradas do Destacamento.

Aquando do contato com um comerciante de móveis, residente em Montemor-o-Novo, para adquirir a cama, o mesmo ficou sensibilizado com a situação e ofereceu a cama e o colchão.

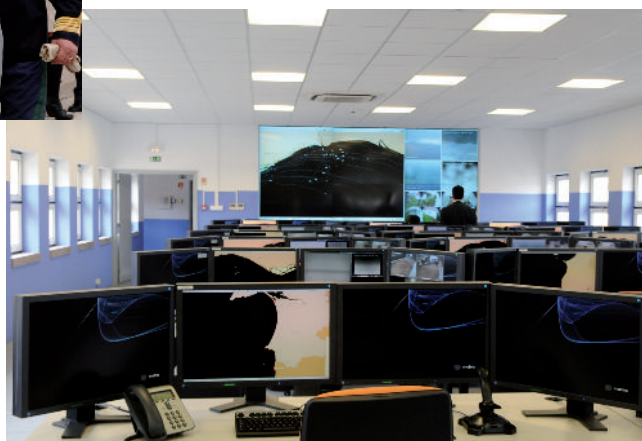
A Santa Casa da Misericórdia de Cabrela, após ter tido conhecimento da situação, prontificou-se a oferecer a roupa de cama (cobertores e lençóis), toalhas de banho, bem como vestuário novo.

A cama e todos os bens generosamente oferecidos foram entregues pelos militares do DTer Montemor-o-Novo ao idoso na manhã, fria e chuvosa do dia 6 de março, que se tornou para aquele idoso uma manhã para sempre recordar.

Visita do Ministro do Interior de Espanha

A Guarda Nacional Republicana recebeu, no dia 25 de março, nas instalações da Unidade de Controlo Costeiro (UCC), a visita do Ministro do Interior de Espanha, D. Jorge Fernández Díaz, e da sua delegação composta pelo embaixador de Espanha em Portugal, D. Eduardo Junco Bonet, pelo chefe de gabinete do Ministro do Interior D. Javier Conde y Martínez de Irujo, e pelo diretor geral de Relações Internacionais e Estrangeiros, D. Carlos de Abella y de Arístegui.

O Ministro do Interior espanhol foi recebido pelo Ministro da Administração da Interna português, Dr. Miguel Macedo, e pelo General Comandante Geral, em substituição, Tenente-General Samuel Mota, numa visita que teve como objetivo facultar um conhecimento detalhado da atividade da UCC, através da apresentação da sala do Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC) da costa portuguesa, bem como dos aspetos inerentes à cooperação com a Guardia Civil em matéria de controlo da costa e do mar territorial. A delegação teve ainda a oportunidade de receber a apresentação do National Coordination Centre da European Border Surveillance System (EUROSUR), ponto de coordenação entre os estados membros europeus em matéria de criminalidade transfronteiriça, no âmbito da vigilância das fronteiras da União Europeia. A visita terminou com a apresentação dos meios operacionais da UCC.





O GERG foi criado por despacho do Excelentíssimo Comandante-Geral encontrando-se em funcionamento desde junho de 2011, e tem por finalidade o estudo e reflexão conceptual e doutrinária da Guarda Nacional Republicana, a defesa da sua identidade e a promoção externa da sua imagem.

Ao GERG incumbe, nomeadamente:

- Desenvolver a reflexão e o estudo sobre assuntos de interesse para a Guarda;
- Elaborar trabalhos específicos que lhe sejam solicitados;
- Promover o debate e a divulgação das matérias tratadas no âmbito da Guarda, bem como acompanhar iniciativas realizadas externamente que tenham afinidades com a sua actividade;
- Propor e promover a publicação dos estudos, cuja divulgação considere conveniente.

Foi presidido, desde a sua criação, pelo 2.º Comandante-Geral da GNR tendo, em novembro de 2012, assumido a sua presidência o Adjunto do Comandante Operacional, ao qual compete coordenar as suas atividades e assegurar a respetiva representação externa.

O GERG é composto por um número, não fixo, de membros efetivos e de membros convidados. Os

membros efetivos são oficiais superiores da GNR, preferencialmente nas situações de reserva e de reforma, cujo percurso e experiência profissional e/ou académico sejam uma mais-valia para o cumprimento das tarefas cometidas ao GERG. Os membros convidados são personalidades de reconhecido mérito intelectual, académico e/ou profissional, provenientes de diferentes setores da sociedade, com notória sensibilidade para as questões da Segurança, podendo, por isso, contribuir para a prossecução da finalidade do GERG.

Poderão participar nos trabalhos do GERG outros militares e civis da GNR, a designar pelo Presidente, na qualidade de colaboradores.

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos por este grupo, está a ser efetuado um estudo de reflexão sobre a identidade da Guarda, para o qual se deseja obter o mais alargado e diferenciado espetro de opiniões, provenientes de prestigiadas individualidades da sociedade portuguesa e do seio da Guarda.

Como corolário deste estudo, pretende-se que a compilação dos diversos contributos tenha a divulgação adequada através de uma publicação exclusiva, a editar durante o primeiro semestre de 2013, a ser lançada em evento a organizar para o efeito.

Protocolo de Colaboração



Seis meses decorridos após o anúncio da implementação do projeto “My GNR”, a Guarda Nacional Republicana e a Associação Safe Communities Algarve (SCA) celebraram um protocolo de colaboração que reforça e regulamenta a colaboração entre as duas entidades, aproveitando as sinergias existentes.

Atendendo ao mútuo interesse na conjugação de esforços, no sentido de promover o sentimento de segurança nas comunidades, assinou-se o presente protocolo, constituindo o mesmo mais um passo com o intuito de melhorar a sensibilidade para a segurança e para reduzir os níveis de criminalidade.

Ficam, então, regulamentados vários aspetos, de onde se salientam os seguintes:

- Colocação para *download* no site da SCA de materiais

da GNR relevantes, tais como informações sobre a prevenção da criminalidade;

- Promoção pela SCA do Programa de Residência Segura e incentivo aos residentes para integrar o programa.

O presente protocolo foi assinado no dia 14 de Fevereiro de 2013, pelo Comandante do Comando Territorial de Faro da Guarda Nacional Republicana, Coronel José Pimenta, e pelo Presidente da SCA, David Thomas, fundador do Safe Communities Algarve, constituindo um cimentar da colaboração existente entre a SCA e a GNR, com o objectivo de tornar a comunidade mais desperta para a necessidade de tomar medidas preventivas com vista a diminuir as probabilidades de ser alvo de furto ou de outros crimes.

De referir que, já na quadra natalícia, a Guarda Nacional Republicana e a Associação Safe Communities Algarve haviam levado a efeito uma ação de sensibilização denominada “Campanha de Natal sobre Prevenção Criminal”, que decorreu numa conhecida superfície comercial, em Almancil, na qual foram prestadas informações pertinentes em matéria de prevenção criminal e a respeito de alguns dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR.

Apreensão de Cobre

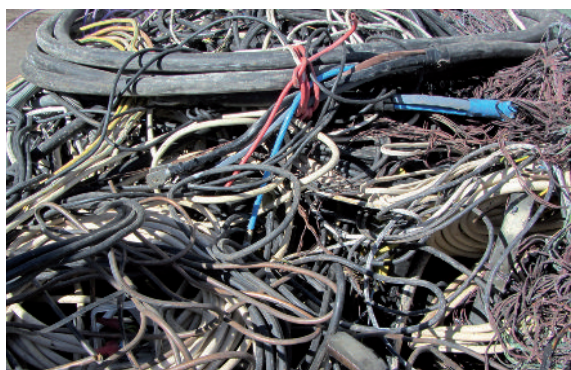
No decurso de ação de policiamento, militares da Guarda Nacional Republicana de Albufeira apreenderam na madrugada do dia 13 de fevereiro, pelas 04H00, junto ao terminal rodoviário dos Calíços – Albufeira, cerca de oitocentos e noventa (890) quilos de fio de cobre presumivelmente furtado.

A existência de uma fogueira junto de uma edificação de barracas existente no referido local chamou à atenção da patrulha da Guarda Nacional Republicana, a qual se deslocou junto da fogueira e verificou a existência de vários fios de cobre a arder, com o intuito de retirar o plástico que o isola.

Da inspeção ao local foi ainda possível constatar a existência de dois montes de fio já só com o cobre, para além de vários montes de fio ainda por queimar. No local encontrava-se ainda uma mangueira de água, com cerca de 500 metros de extensão,

proveniente do recinto de feiras (rede pública), que servia para arrefecer os fios de cobre queimados e consumir o ato ilícito verificado.

No âmbito da ocorrência, foi identificada uma cidadã portuguesa, de 56 anos de idade, residente no local, tendo o expediente sido remetido ao Tribunal Judicial da Comarca de Albufeira.





Núcleo de Proteção Ambiental

Descarga ilícita de águas residuais impedida

Militares do Núcleo de Proteção Ambiental do Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana de Tavira detetaram, no dia 5 de março de 2013, uma descarga intencional de águas residuais para o meio hídrico, provenientes de um tanque de retenção pertencente a um lagar de azeite.

Para o efeito, os responsáveis do referido lagar utilizavam uma bomba elétrica submersível, a qual debitava as águas residuais diretamente para uma linha de água, aproveitando o aumento do caudal naquela linha, provocada pela elevada pluviosidade que se fez sentir por estes dias, para encobrir a referida descarga.

O Núcleo de Proteção Ambiental fez cessar de imediato a infração, neutralizando esta conduta delituosa, impedindo, desta forma, a poluição do

meio hídrico, aquíferos e terrenos limítrofes a jusante daquele local.

Foram identificados os responsáveis pela infração e apreendidos os meios utilizados, sendo elaborado o competente auto de notícia por contraordenação pela infração ambiental detetada.

De referir que os responsáveis pelo lagar em causa, localizado nas imediações da localidade de St.^a Catarina da Fonte do Bispo (Tavira), já são reincidentes neste tipo de infrações ambientais muito graves, incorrendo por este ato numa sanção que tem como valor mínimo 200.000€.

A Guarda Nacional Republicana reitera total disponibilidade para a recolha de denúncias e contributos na área ambiental, pugnando pela defesa dos valores ambientais e por uma melhor segurança e bem-estar das populações.



A UTILIZAÇÃO DO CAVALO GARANTE UM SENTIMENTO DE SEGURANÇA AO CIDADÃO

Major de Cavalaria
ANDRÉ SANTOS

“Chega onde os outros meios não chegam e está ainda mais próximo das populações”¹

O dispositivo territorial da Guarda Nacional Republicana (GNR), implantado em todo o território nacional, é apoiado por vários tipos de Meios, dependendo a sua utilização de vários factores, tais como a configuração do terreno, as condições climáticas e a localização, entre outros.

Se é verdade que determinados Meios estão distribuídos apenas em determinados lugares, também é verdade que o Meio Cavalo está presente em

todo o dispositivo territorial. Podemos encontrar patrulhas a cavalo no Minho, Porto, Coimbra, Portalegre, Setúbal, Beja e Algarve (quer em zonas urbanas, quer em locais de acesso e parques), mas também em localidades de menor concentração populacional, tais como Moncorvo, Pinhel, Seia, Gouveia, Alcácer do Sal e Torrão.

Em Lisboa, a GNR reforça certas zonas da área de patrulhamento da Polícia de Segurança Pública (PSP), designadamente o Pólo Universitário de Monsanto, o Bairro da Ajuda, o Parque Eduardo VII, o Parque das Nações, o Alto do Lumiar, o Estádio Nacional e o



Campo Grande². São zonas escasamente iluminadas à noite, algumas delas bastante arborizadas, constituindo assim locais propícios à actuação de marginais. As patrulhas a cavalo desenvolvem um excelente trabalho nestas áreas, já que o cavalo é um meio silencioso quando necessário, rápido e altamente dissuasor.

A actualidade do Cavalo em missões de patrulhamento

Embora os tempos tenham evoluído e as novas tecnologias façam parte do nosso dia-a-dia, o cavalo continua a fazer parte do nosso quotidiano. A sua presença constitui sempre um motivo de orgulho para a GNR e a sua correcta

utilização pode revelar-se muito importante para o sentimento de segurança e aceitação da acção das forças policiais, por parte da população em geral. Sem qualquer tipo de inconveniente, patrulhas a cavalo podem ser lançadas na Avenida da Liberdade, em Lisboa, tendo como vantagem a possibilidade de circularem em qualquer zona da avenida, de uma forma rápida e com boa visibilidade, quer do militar para a população, quer da população para o militar.³

O Comando da Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE) escolhe criteriosamente os locais e giros⁴, onde as patrulhas a cavalo são lançadas. Essa escolha leva em conta factores



como a configuração do local e o tipo de expectativas das populações em relação à segurança, havendo a preocupação de optar por sítios de difícil acesso a viaturas e homens, mas também parques de estacionamento, escolas e seus acessos⁵.

O cavalo pode patrulhar áreas tão díspares como montes e vales mais ou menos arborizados, planícies, transpor rios, circular em estrada, praias, parques de estacionamento, jardins públicos, zonas com grandes fluxos de população (terminais de passageiros, escolas), entre outros.

O Comando da USHE defende que, deste modo, se garante não só o policiamento na zona, como também aumenta o sentimento de segurança e se potencia a aceitação deste tipo de patrulhas, pois existe uma grande aproximação entre os Militares e o Cidadão, aproximação essa provocada pelo factor cavalo.

A presença de uma patrulha a cavalo à entrada de uma escola é mais profícua e menos hostil que uma patrulha apeada ou auto. Existem vários casos de alunos e de pais que solicitam ao militar a cavalo a possibilidade de fotografar a patrulha com o filho. Tal situação revela

a existência de um orgulho intrínseco e, ao mesmo tempo uma aceitação, por parte da população, do cavalo como meio ao serviço da segurança dos cidadãos. Poderíamos também referir que uma patrulha a cavalo num bairro problemático poderá ser mais bem aceite que a patrulha auto. Podemos dizer que o próprio cidadão não cumpridor, salvo raras excepções, agride com mais facilidade um Guarda ou atira objectos às viaturas, não se passando o mesmo em relação ao Cavalo, visto tratar-se de um animal que desperta outro tipo de reacções bem mais positivas. Esta situação, convenientemente explorada, no *timing* certo e com os meios de apoio necessários, constitui uma arma poderosíssima para a Guarda, um meio de entrada nos bairros que se revelem perigosos e carecem de preocupação especial por parte das forças policiais, enquadradas numa estratégia de Policiamento de Proximidade. Imaginemos, por exemplo, um menino de bairro em cima de um cavalo (numa acção de charme), em plena luz do dia, à vista dos restantes moradores. Não é, só por si, esta acção uma fonte de aproximação entre o



“bairro” e a patrulha? E se a este cenário acrescentarmos os mesmos cavalos e os mesmos homens nas patrulhas? Não teremos aqui um factor de confiança para ambas as partes?

O Euro 2004: um caso paradigmático

O Euro 2004 foi considerado um sucesso ao nível de segurança. Pela primeira vez, existiu uma grande acção de coordenação entre a GNR e a PSP, imposta por Sua Excelência o Ministro da Administração Interna.

Nos estádios, habitualmente patrulhados pela PSP, houve um reforço da GNR ao patrulhamento da PSP, empregando forças a cavalo. Estádio do Dragão (Porto), Estádio da Luz e Estádio de Alvalade (Lisboa) foram exemplos de como a combinação da força pode ser profícua. Em situações em que podia ser

expectável a vinda de adeptos ao estádio ou às suas imediações, com intenção de provocar desordem pública, não ocorreram quaisquer incidentes! E certo é que os cavalos, com a sua imponência, porte e efeito dissuasor, contribuíram de forma marcante para o sucesso da missão.

Infelizmente, após o Euro 2004, tudo regressou à mesma “fórmula”, ou seja, cada polícia patrulha a sua área sem permitir o apoio da outra força. Fruto desta opção, ou talvez não, podemos hoje em dia registar situações críticas de violência gratuita, evitáveis se houvesse outro entendimento no uso de meios, independentemente da força a que pertencem: o conceito de “Quem tem, dá”. Mais, não nos parece que umas dezenas de adeptos, num jogo de

futebol, fizessem voar sobre cavalos pedras da calçada ou que violentassem os próprios animais... até porque, em Portugal, o empenho operacional deste Meio é bastante diferente, em comparação com outros países europeus, como a Inglaterra, que utiliza cavalos isolados no meio das multidões.

Conclusões

Embora os resultados do patrulhamento a cavalo não sejam mensuráveis no imediato, pelo facto de não existir um estudo profundo, através do número único de identificação de processo crime (NUIPC) e tipologia de crimes, antes e depois da acção das patrulhas, num espaço temporal de, no mínimo um ano civil, os resultados da patrulha a cavalo são mais do que simples números, são os resultados de uma atitude proactiva, através da qual se evitam furtos e roubos, funcionando a acção e a presença da patrulha a cavalo como garantia de dissuasão e segurança.

O cidadão aproxima-se com extrema facilidade de uma patrulha a cavalo, pela curiosidade e pelo desejo de ver de perto e poder mexer num cavalo. Este facto tem e necessita de ser devidamente explorado pela GNR.

Um cidadão que aborda um militar, obrigatoriamente estabelece diálogo, o qual leva sempre a uma aproximação e a uma empatia da população com a GNR. Essa empatia pode tornar-se, só por si, num factor de união e compreensão entre ambas as partes, levando a uma Guarda mais próxima, mais activa e proactiva e a um cidadão mais confiante nas autoridades e, como tal, a maior colaboração e compreensão mútua.



¹ Jornal *Correio do Minho*, 15 de Setembro de 2010.

² Dados fornecidos pela Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da USHE.

³ O militar a cavalo encontra-se numa posição alta e isso garante, só por si, vantagem sobre qualquer outro tipo de meio usado pelas forças policiais.

⁴ Locais predefinidos onde a patrulha realiza o seu trajecto.

⁵ Preferencialmente locais de difícil acesso, onde a viatura da GNR não pode aceder.

"Mais Guarda Sem Tabaco"



Pelo Capitão

ANTÓNIO MIGUEL PEREIRA MARTINHO *



Cerca de uma centena de profissionais de saúde (militares da Guarda Nacional Republicana, militares do Exército e civis), entre médicos, psicólogos, farmacêuticos, enfermeiros, assistentes sociais, auxiliares de enfermagem e outros técnicos de saúde, participaram no dia 31 de maio de 2012 (Dia Mundial Sem Tabaco), no Simpósio "Tabaco, Álcool e outras Drogas", organizado pela Delegação do Porto do Centro Clínico da Guarda Nacional Republicana.

Este encontro sobre dependência química que contou com a presença do Comandante do Comando Territorial do Porto, Coronel de Cavalaria Mariz dos Santos, e do 2.º Comandante, Tenente-Coronel de Infantaria Cunha de Sá, realizou-se no Auditório do Quartel do Carmo – Porto, que se revelou pequeno para acolher tantos participantes.

Durante o discurso de abertura, o Comandante do Comando Territorial do Porto, Coronel de Cavalaria Mariz dos Santos, sublinhou a pertinência do tema do simpósio e enalteceu o trabalho desenvolvido pela Delegação do Porto do Centro Clínico, nomeadamente no âmbito da prevenção e tratamento das dependências químicas.

O Chefe do Gabinete de Psicologia da Delegação do Porto do Centro Clínico, Capitão Psicólogo Clínico Pereira Martinho, na conferência inaugural, intitulada "Dependência Química e seus Desafios", falou sobre a diversidade do trabalho que o Gabinete de Psicologia da Delegação do Porto do Centro Clínico tem realizado em prol de mais saúde e de melhor qualidade de vida. Caracterizou os programas de prevenção e intervenção implementados nesta Delegação, no âmbito das dependências químicas (Programa de Desabilitação Tabágica, Programa de Intervenção Breve no Alcoolismo e Programa de Intervenção na Toxicod dependência) e apresentou as atividades realizadas no âmbito da campanha "Mais Guarda Sem Tabaco", salientando os bons resultados já alcançados no âmbito do Programa de Desabilitação Tabágica.

O primeiro painel foi dedicado ao alcoolismo e ao tabagismo. O Psicólogo da Delegação do Porto do Centro Clínico, Dr. Teixeira Pinto, apresentou uma palestra subordinada ao tema: "Álcool e Saúde: uma abordagem psicossocial", onde salientou a necessidade de consciencializar os militares da Guarda sobre

os prejuízos sociais e implicações negativas advindas do abuso do álcool. A psicóloga, Dra. Ângela Pires, desenvolveu o tema “Nicotina: a molécula que vicia” e através de uma apresentação explicativa, de fácil entendimento, aprofundou a composição e a ação do tabaco no corpo do ser humano, a dependência gerada pela nicotina e os malefícios do tabagismo. A moderação deste painel esteve a cargo da Assistente Social da Guarda Nacional Republicana no Porto, Dra. Liliana Vasconcelos, o que enriqueceu bastante o debate.

O segundo painel foi moderado pela Psicóloga Clínica, Dra. Maria do Rosário Maia, e debruçou-se sobre as drogas e os dilemas éticos na dependência química. A Psicóloga, Dra. Tânia Moreira, apresentou uma palestra intitulada “Drogas psicoativas e sistema nervoso central”, onde explicou de que forma o consumo de substâncias psicoativas (tabaco, álcool, haxixe e cocaína) afeta o sistema nervoso central e o Capitão Enfermeiro Paulo Ferreira debateu com a assistência o tema “Dependências Químicas: dilemas éticos”.

Na conferência de encerramento, denominada “Tabaco ou Saúde”, a Médica Pneumologista, Dra. Dulce Pinheiro, sintetizou o conhecimento científico quanto aos riscos para a saúde da exposição ao fumo do tabaco. Alertou para os danos causados pelo tabagismo, considerado a maior causa evitável de doenças no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde. Apresentou as evidências sobre o impacto deletério do tabaco no cérebro, no coração e no pulmão e ainda na mulher, especialmente na mulher grávida.

A sessão de encerramento esteve a cargo do Diretor da Delegação do Porto do Centro Clínico, Tenente-Coronel Médico António Correia, que, de forma interativa com a assistência, abordou o comportamento aditivo e debateu a prevenção e tratamento da dependência química, com vista ao fortalecimento de ações que tentem minimizar os prejuízos associados à dependência química nos militares da Guarda.

O simpósio “Tabaco, Álcool e Outras Drogas”, que contou também com a presença de alguns dos militares da Guarda que deixaram de fumar no âmbito

do Programa de Desabilitação Tabágica, implementado na Delegação do Porto do Centro Clínico, atraiu público de áreas de conhecimento diversificadas e as participações externas à Guarda, como de costume, deram ao evento a diversidade de perspetivas necessária no momento em que nos reunimos para pensar a nossa área de atuação.

O objetivo desta iniciativa foi dar visibilidade às ações preventivas e de tratamento da dependência química e, mais uma vez, divulgar os serviços de psicologia que a Delegação do Porto do Centro Clínico do Porto disponibiliza aos seus utentes, contrariando o estigma que ainda existe relacionado com a doença mental e os mitos que lhe estão associados, com vista a prevenir e promover uma boa saúde mental.

Com este Simpósio “Tabaco, Álcool e outras Drogas”, que esgotou a lotação do Auditório do Quartel do Carmo – Porto, a Delegação do Porto do Centro Clínico encerrou, assim, com chave de ouro a campanha de sensibilização e rastreio intitulada “Mais Guarda Sem Tabaco”, iniciada em 17 de novembro de 2011 (Dia Mundial do Não Fumador).

Ao longo destes seis meses, a Delegação do Porto do Centro Clínico divulgou pelo efetivo da Guarda Nacional Republicana a mensagem positiva “Deixar de Fumar é Possível”. A equipa multidisciplinar de técnicos de saúde (psicólogo clínico, médico e enfermeiro) que participam no Programa de Desabilitação Tabágica deslocou-se aos Comandos Territoriais de Bragança e de Vila Real, respetivamente, em 17 de fevereiro e 23 de março, por solicitação dos respetivos comandantes, onde apresentaram conferências acerca da cessação tabágica.

Na semana de 30 de abril a 6 de maio de 2012, foi comemorada “uma semana sem fumo”, através da realização de consultas de cessação tabágica e da distribuição de material educativo (folhetos e cartazes) sobre a dependência física, psicológica e comportamental do tabaco.

Estudos científicos demonstram que o consumo de tabaco é a causa de morte evitável mais significativa, a nível mundial. Por outro lado, o tabagismo constitui-se

como o principal fator de risco para o cancro do pulmão. A prevalência das doenças associadas ao tabagismo levanta a necessidade de proporcionar aos militares da Guarda Nacional Republicana fumadores intervenção no âmbito da cessação tabágica.

Com a implementação do Programa de Desabitação Tabágica, dirigido aos militares da Guarda Nacional Republicana, pretende-se promover o desenvolvimento e alteração de comportamentos, percepções, cognições e emoções que facilitem o processo de cessação tabágica com a finalidade de promover estilos de vida saudáveis e diminuir a manifestação de doença e de riscos inerentes ao tabagismo.

Embora os benefícios de se parar de fumar sejam maiores quanto mais precoce for a interrupção do tabagismo, deixar de fumar é sempre benéfico, a qualquer momento (mesmo após o desenvolvimento de uma doença relacionada com o tabagismo), em razão da melhoria do prognóstico e da qualidade de vida.

Atualmente, o tabagismo é considerado um problema de saúde pública, em razão da alta prevalência de fumadores e da mortalidade decorrente das doenças relacionadas com o tabaco. O tabagismo deve ser entendido como uma doença crónica, devido à dependência à nicotina (droga) e, portanto, todos os fumadores devem ser orientados a deixar de fumar por profissionais de saúde. Estudos demonstram que o aconselhamento para cessação do tabagismo realizado por profissionais de saúde, especialmente médicos e psicólogos clínicos, aumenta as taxas de cessação do tabagismo.

Os estudos mostram que qualquer fumador, independentemente do grau de dependência à nicotina, tem condições de obter êxito no tratamento do tabagismo.

A cessação do tabagismo é uma realidade possível e tem sido conquistada por muitas pessoas. Os fatores motivacionais são importantes e podem ser desenvolvidos. O Programa de Desabitação Tabágica pode ajudar o militar da Guarda fumador a vencer a dependência provocada pelo tabaco. Hábitos de vida saudáveis, como a prática de atividade física, contribuem para

a cessação tabágica e melhoram a qualidade de vida. O consumo do tabaco continua a ser considerado pela Organização Mundial de Saúde a mais importante causa de morbilidade prematura e de mortalidade mundiais. O tratamento da dependência tabágica é considerado por muitos o *gold standard* da prevenção da doença crónica, sendo ao mesmo tempo a intervenção que os clínicos têm disponível com melhor relação de custo-efetividade.

A dependência tabágica é uma doença crónica que frequentemente requer por parte do fumador intervenção repetida e várias tentativas para deixar de fumar. Contudo, existe tratamento eficaz, o que aumenta significativamente as taxas de abstinência a longo prazo.



* Psicólogo Clínico

Adjunto do Diretor e Chefe do Gabinete de Psicologia da Delegação do Porto do Centro Clínico da GNR. Mestre em Psicologia Clínica.

Centro de Formação de Portalegre

O Berço dos Guardas II



Pelo Major de Infantaria

MÁRIO GUEDELHA



Convento de São Bernardo

O Convento de S. Bernardo foi fundado em 1518, embora as obras se iniciassem em 1526, após um alvará régio de D. João III a confirmar a doação por parte do concelho de Portalegre do sítio da Fontedeira. As obras prolongaram-se durante todo o século XVI. Apesar de em 1530 já estarem construídas a igreja, o refeitório, a sala do capítulo e o dormitório, a consagração da igreja só teve lugar no dia 16 de março de 1572, com o então bispo de Portalegre, D. André de Noronha.

A igreja apresenta uma planta em cruz, dividida em três naves. A cabeceira é composta por uma capela-mor, ladeada por outras duas capelas. As diversas campanhas de obra que tiveram lugar em diferentes épocas deixaram traços de vários estilos no convento, desde o Manuelino e Renascentista do século XVI, ao Barroco do século XVIII. Datam do século XVI, o púlpito em mármore de Estremoz, decorado com motivos grotescos, o portal principal e o túmulo do fundador, D. Jorge de Melo. Estas obras de grande erudição foram erigidas entre 1538 e 1540 e são usualmente atribuídas a Nicolau de Chanterenne.

O portal principal apresenta uma decoração de elevada qualidade escultórica, de linguagem erudita povoada de motivos grotescos, com guerreiros, mascarões, seres híbridos, onde são evidentes diversas referências ao fundador do convento, nomeadamente o relevo com o seu brasão que está no frontão do portal.



A fachada original foi substituída por um portal alpendrado, provavelmente no século XVII. Ainda neste século foram feitas novas obras de monta na igreja, salientando-se diversos painéis de azulejos (1739) nas capelas laterais e na capela-mor, no transepto, na nave, no nártex, e ainda no alpendre exterior, com representação de cenas da vida de São Bernardo. O edifício conventual foi destinado às freiras Bernardas da Ordem de Cister e tem no pátio fronteiriço à igreja um sublime fontanário Renascentista. Os dois claustros são ornados com colunas de ferro simples, apresentando todos os seus capitéis motivos diferentes uns dos outros. No interior da igreja está o túmulo de D. Jorge de Melo, usualmente apontado como o maior e mais sumptuoso de Portugal e um símbolo de afirmação pessoal de D. Jorge de Melo como mecenas humanista. Considerado o melhor monumento funerário da Península Ibérica tem 7 metros de largura e 12 de altura. Foi todo feito em mármore de Estremoz ainda em vida de D. Jorge, entre 1535 e 1540. Apresenta decorações esculpidas de grande qualidade, nomeadamente motivos grotescos, as representações de Santa Ana e São Joaquim, os bustos de São Pedro e São Paulo, e a figura jacente de D. Jorge de Melo. Incrustada na parede da igreja encontra-se uma “PIETÀ” em alto-relevo e dois túmulos simples em pedra, contendo os restos mortais da primeira freira e da abadessa perpétua.

A Igreja de São Bernardo está classificada como Monumento Nacional, por Decreto de 16 de



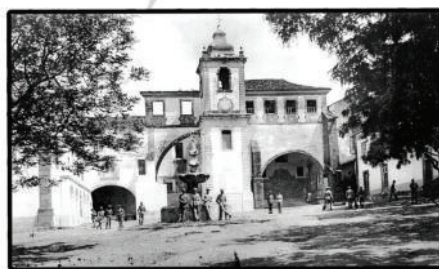
junho de 1910, e os dois claustros existentes no convento anexo à Igreja estão classificados pelo Decreto n.º 32973, de 18 de agosto de 1943. Localiza-se na freguesia de São Lourenço, do concelho de Portalegre.



O Centro de Formação de Portalegre

"Se acha que formar é caro, experimente investir na ignorância."

(Cruz, 1998)



Antigo Quartel de Caçadores Sec. XX

Um Século depois...



Centro de Formação de Portalegre Sec. XXI

O atual Quartel do Centro de Formação de Portalegre, dependente da Escola da Guarda, com sede em Queluz, encontra-se instalado no antigo Convento de São Bernardo.

Este Convento tem albergado diversas instituições ao longo dos séculos, em 1878, após a morte da última freira beneditina, foi aqui instalado o Seminário Diocesano, serviu como liceu entre os

anos de 1880 a 1887 e entre os anos de 1932 e 1961 esteve instalado na igreja o Museu Municipal de Portalegre. Em 1911 foi extinto o Seminário e o Convento recebeu o Regimento de Infantaria n.º 22, o Batalhão de Caçadores n.º 1, o Batalhão de Infantaria de Portalegre e o Centro de Instrução de Polícia do Exército.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Decreto-Lei n.º 242/86

de 20 de Agosto

Considerando a necessidade de centralizar a instrução ministrada aos cursos de formação de praças da Guarda Nacional Republicana (GNR);

Considerando que o actual centro de instrução da Guarda Nacional Republicana não possui infra-estruturas que permitam tal centralização e que, face aos custos financeiros envolvidos, o futuro centro de instrução, a construir em Alcochete, só a médio prazo terá existência funcional;

Considerando que o Exército cedeu, a título precário, à Guarda Nacional Republicana o aquartelamento de São Bernardo, sediado na cidade de Portalegre;

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — É criado no aquartelamento de São Bernardo, da cidade de Portalegre, um centro de instrução de praças da Guarda Nacional Republicana.

2 — Ao centro de instrução é atribuída a missão de ministrar cursos de formação de praças.

I SÉRIE — N.º 190 — 20-8-1986

Art. 2.º O centro de instrução de praças tem, em pessoal, a constituição constante do quadro anexo ao presente diploma.

Art. 3.º O centro de instrução de praças é colocado, para todos os efeitos, na dependência do Batalhão n.º 3 da Guarda Nacional Republicana.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 19 de Junho de 1986. — Aníbal António Cavaco Silva — Miguel José Ribeiro Cadilhe — Eurico Silva Teixeira de Melo.

Promulgado em 26 de Julho de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 30 de Julho de 1986.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Em 28 de novembro de 1985, o Convento de São Bernardo passou para a Guarda Nacional Republicana, cedido pela Região Militar do Sul e por indisponibilidade de instalações no Centro de Instrução da Calçada da Ajuda, foi criado em Portalegre o Centro de Instrução de Praças (CIP), nos termos do Decreto-Lei nº 242/86 de 20 de agosto, *“Considerando a necessidade de centralizar a instrução ministrada aos cursos de formação de praças da Guarda Nacional Republicana (GNR)”* e *“Considerando que o actual centro de instrução da Guarda Nacional Republicana não possui infra-estruturas que permitam tal centralização e que, face aos custos financeiros envolvidos, o futuro centro de instrução, a construir em Alcochete, só a médio prazo terá existência funcional,”* que no seu artigo 1º estatui *“É criado no aquartelamento de São Bernardo, da cidade de Portalegre, um centro de instrução de praças da Guarda Nacional Republicana.”* Este Centro funcionou na dependência do então Batalhão nº 3, posterior Brigada Territorial nº 3, com sede em Évora até 1 de julho de 1993, quando por despacho do General Comandante-Geral, General Henrique Bernardino Godinho o Centro de Instrução de Praças (CIP) passou a depender do Centro de Instrução da Guarda. Em 29 de setembro de 1993, por despacho do General Comandante-Geral passou o quartel a designar-se Agrupamento de Instrução de Portalegre (AIP), na dependência da Escola Prática da Guarda (EPG). Em 08 de novembro de 2007 a designação da Unidade sofria nova alteração, ainda que mantenha a sua missão primária de formação de militares da categoria base da instituição. Passou então a designar-se Centro de Formação de Portalegre (CFP), na dependência da Escola da Guarda (EG), designação que mantém atualmente.

Na primeira visita do General Comandante-Geral, General Alípio Tomé Pinto, ao Centro de Instrução Praças (CIP) ficou registado no Livro de Honra a seguinte mensagem *“Ao abrir o livro de opinião de ronda do novo Centro de Formação de*



Praças da GNR faço-o com o sentimento de que mais um importante passo na reformulação desta válida e digna Organização está sendo dado por forma a que o futuro não nos surpreenda, mas sermos nós a rasgar novos horizontes em que a qualidade e o desenvolvimento técnico-cultural e moral sejam as pedras base desse futuro. Com orgulho e alegria assinalo este acontecimento pois revela por parte da GNR preocupação de renovação e modernização tendo por base vontade forte de realização. Vontade já demonstrada porquanto tendo-nos sido cedidas estas instalações em NOV85, em Dezembro do mesmo ano já aqui estava funcionando um Curso de Formação de Praças, mérito que há que atribuir à capacidade de realização e comando do Bat 3 e aos seus militares que não negando esforços e não cuidando dos seus interesses particulares para aqui vieram e com entusiasmo e fé têm criado condições para que aos alistados sejam criadas as melhores condições de vida e de aprendizagem. Os meus parabéns aos que em tão curto espaço de tempo tornaram possível esta Unidade e os meus desejos que nela se criem condições para levar a bom termo a formação dos nossos militares por forma a que também eles possam cumprir a missão de apoio e salvaguarda



de pessoas e bens numa procura constante da SEGURANÇA. Embora correndo riscos de apreciação atrevo-me a manifestar o desejo de que dentro de 3 a 5 anos esta Unidade possa ser transferida para o Centro de Instrução a construir em Alcochete. Renovo os meus votos de maiores felicidades com os meus parabéns para todos os que tornaram possível o C.I.P. Em 27JAN86, Gen. Cmdt Geral, Alípio Tomé Pinto, General.”

Decorria o mês de outubro de 1985 quando, o então Centro de Instrução de Praças, recebeu os primeiros 160 alistados, cuja formação transcorreu até 6 de junho de 1986. Estava dado o primeiro passo para a criação do verdadeiro berço da categoria de Praças, atualmente Guardas, funcionando ininterruptamente ao longo dos últimos 27 anos e formando cerca de 15000 guardas nos cursos de ingresso, em 34 incorporações, o que representa 60% do efetivo atual da instituição. Alguns dos militares aqui formados desempenham hoje funções nas categorias de sargentos e oficiais, motivadas pela progressão na carreira e frequência de cursos para mudança de categoria.

Curso de Formação de Praças - 1987

As dificuldades iniciais, como falta de salas de aulas, materiais didáticos e professores de disciplinas específicas como a matemática ou português foram ultrapassadas pela elevada capacidade dos quadros militares que ao longo dos anos vêm dotando esta unidade. Acrescem à formação de ingresso diversos cursos de especialização, nomeadamente dois cursos de formação para o Grupo de Intervenção Proteção e Socorro (GIPS) nos anos de 2006 e 2007, num total de 500 militares, os 41.º e 42.º Cursos de Trânsito, nos anos de 2007 e 2009, respetivamente, num total de 187 militares. Com a integração dos efetivos da Guarda Florestal na Guarda Nacional Republicana, foi o Centro anfitrião de dois Cursos de Promoção a Mestre Florestal, nos anos de 2009, garantindo este requisito de promoção a 147 guardas florestais. Ainda no ano de 2009 foram ministrados dois cursos de aprovisionamento e logística, num total de 49 oficiais e sargentos.

Curso de Promoção a
Mestre Florestal

42.º Curso de Trânsito



Aproveitamento e Logística

Relação das 34 incorporações de alistados e demais cursos ministrados na Unidade.

INCORPORAÇÃO	ANO LETIVO	MILITARES FORMADOS	INCORPORAÇÃO	ANO LETIVO	MILITARES FORMADOS
1ª	1985/86	160	18ª	1996/97-2º T	577
2ª	86/87	511	19ª	1997/98-1º T	291
3ª	87/88	511	20ª	1997/98-2º T	664
4ª	88/89	359	21ª	1998/99	387
5ª	1989	359	22ª	1999/00	620
6ª	1989/90	268	23ª	2000/01 ³	583
7ª	1990	117	24ª	2001/02	556
8ª	1990/91	294	25ª	2002/03	640
9ª	1991	412	26ª	2003/04	739
10ª	1991/92	301	27ª	2004/05	740
11ª	1992	277	28ª	2005/06 – 1º T	305
12ª	1992/93	258	29ª	2005/06 – 2º T	621
13ª	1993	343	30ª	2006/07	602
14ª	1993/94	355	31ª	2008/09	319
15ª	1994/95	672 ⁴	32ª	2010/11	399
16ª	1995/96	693	33ª	2012 – 1º T	548
17ª	1996/97-1º T	402	34ª	2012 – 2º T ⁵	290 (em curso)
		TOTAL			15173

CURSO	ANO	INSTRUENDOS
GIPS	2006	305
GIPS	2007	195
41º Curso de Trânsito	2007	69
42º Curso de Trânsito	2009/10	118
Promoção a Guarda Florestal	2009	96
Promoção a Guarda Florestal	2009	51
Aproveitamento e logística	2009	22
Aproveitamento e logística	2009	27
TOTAL		883

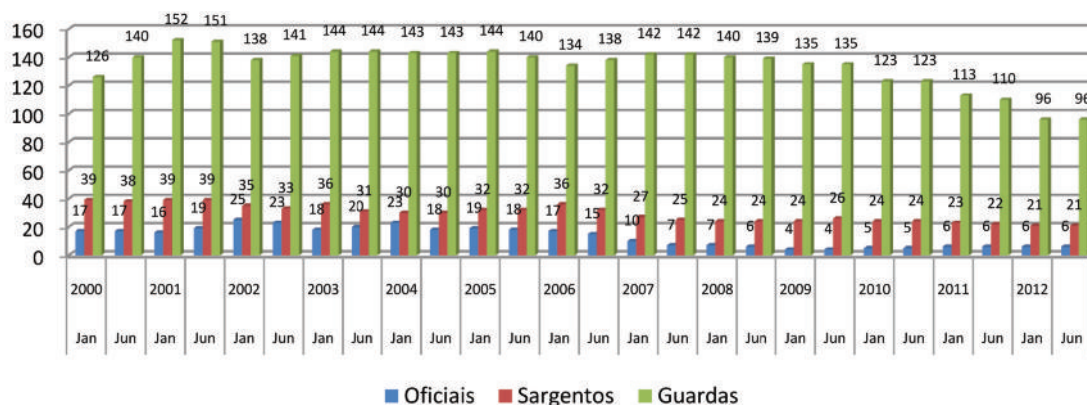
A vocação desta Unidade para a formação não se esgota nos cursos acima descritos, complementa-se na sua qualidade de verdadeiro “laboratório” de Comando e Liderança, pois recebe os estágios do Curso de Formação de Sargentos (CFS) e do Curso

de Oficiais (TPO), permitindo a estes militares a prática de comando, função essencial na estrutura da Guarda – Comandante de Posto e Comandante de Destacamento.

3 Primeiro Curso onde foram admitidos Candidatos civis;

4 Primeiro Curso que admitiu mulheres, ingressaram neste ano 16 soldados do sexo feminino;

5 Primeiro Curso onde as habilitações literárias mínimas admitidas foram o 11º ano de escolaridade;



A modalidade de recrutamento de quadros para formadores tem sofrido alterações, motivadas pela necessidade de gestão judiciosa de meios, alterando no ano de 2005 o tradicional quadro orgânico fixo da Unidade para um quadro eventual e volante, recrutado nas várias Unidades da Guarda pontualmente para cada Curso e de acordo com as necessidades específicas, mantendo-se no Centro em diligência unicamente no período de duração do curso.

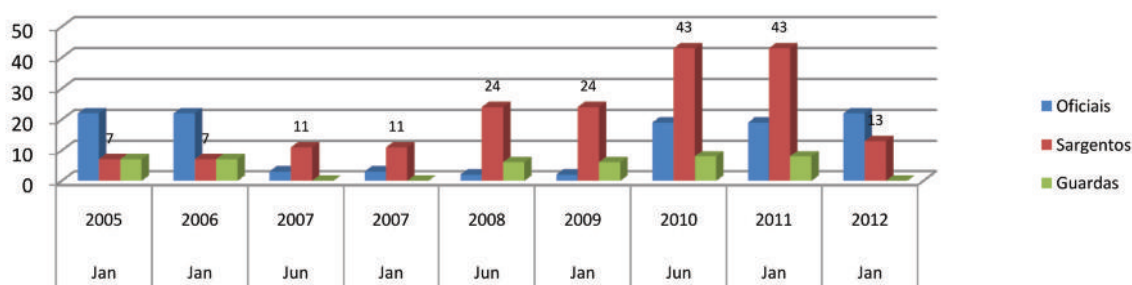
Com as reduções no efetivo geral da Guarda, motivadas pelas novas missões da última década e pela saída de efetivo para a situação de reserva e reforma, também o Centro de Formação de Portalegre tem visto o seu efetivo significativamente reduzido. Como podemos verificar no gráfico abaixo, na última década o Centro de Formação de Portalegre perdeu dezanove (19) oficiais, quinze (15) sargentos e quarenta e oito (48) guardas nos seus quadros, mantendo a sua missão principal inalterável.

A medida de gestão adotada para atenuar este decréscimo de efetivos foi a compensação temporária com quadros em diligência que

gradualmente vem tendo maior expressão, conforme podemos verificar no gráfico.

O Centro de Formação de Portalegre dispõe de dezoito (18) salas de aulas, um auditório, duas (2) salas de informática, um polidesportivo descoberto, um campo multiusos de terra batida e uma tapada militar. A sua capacidade de alojamento de alistados é de cerca de 750 instruídos, masculinos e femininos, subdivididos em quatro casernas, agrupadas em quartos e com cama beliche. A Unidade dispõe de quartos para oficiais e sargentos, masculinos e femininos, uma caserna para os militares do Curso de Formação de Sargentos (CFS) e de caserna para guardas do quadro do Centro. No âmbito do serviço de messes, tem dois refeitórios de Guardas, uma messe de sargentos e uma de oficiais, apoiadas numa estrutura única de cozinhas.

Ao longo dos anos foram marcos relevantes na formação as alterações ao nível do recrutamento e seleção que permitiram a entrada de mulheres na categoria de Guardas. Apesar da primeira mulher recrutada para os quadros da instituição ter ingressado na Academia Militar em 1992, foi em



HISTÓRIA DA UNIDADE	
Início de atividade do Centro de Instrução de Praças (CIP)	1985
Muda de dependência - da Brigada Territorial nº 3 para a Escola Prática da Guarda	Julho de 1993
Muda de designação – Agrupamento de Instrução de Portalegre (AIP)	Setembro de 1993
Primeiras mulheres soldados da Guarda (16)	1995
Primeiros candidatos civis	2000
Muda de designação – Centro de Formação de Portalegre (CFP)	2007
Bolsa de candidatos aptos – Reserva de Recrutamento	2010
Habilitações literárias mínimas 11º ano	2012
Número de incorporações	34
Número de Soldados/Guardas formados	15173

1995 que no Centro de Instrução de Portalegre (CIP) as primeiras mulheres concluíram o então Curso de Formação de Praças, num total de dezasseis, na 15.ª Incorporação da Unidade.

Até 1999 era requisito obrigatório para concorrer à Guarda o cumprimento de serviço militar nas Forças Armadas, sendo desde aquele ano aberto o concurso a candidatos civis. Esta alteração abriu e diversificou o universo de recrutamento da Guarda, pelo que, em 2004, através do Decreto-Lei 118/2004, de 21 de maio foi estabelecido o regime de preferência para *“Os militares que prestem ou tenham prestado serviço em RC [Regime de Contrato], desde que cumpridos dois anos de serviço efectivo militar, beneficiam de exclusividade na admissão aos concursos para ingresso nos quadros de praças da GNR, nos termos previstos no respectivo Estatuto.”* Esta medida legislativa implicou uma redução drástica no universo de candidatos à Guarda, passando de 15948 candidatos antes, para 2402 candidatos após a aprovação do referido decreto-lei. A grande previsibilidade de não existirem candidatos suficientes para as vagas disponíveis levou o Ministro de Estado e da Administração Interna a emanar em agosto de 2005, um despacho que ultrapassou esta modalidade.

No que diz respeito às habilitações literárias mínimas para o concurso mantiveram-se até 2010 no 9.º ano de escolaridade, sendo que no concurso de 2012 foi implementada a norma do artigo 267.º, alínea f), do Decreto-Lei n.º 297/2009, de

14 de outubro, que aprovou o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana que estabelece *“como condição de admissão ao curso de formação de guardas, ter como habilitações literárias mínimas o 11.º ano de escolaridade ou equivalente.”*

Desde o concurso de 2010 que é implementada a reserva de recrutamento, ficando em bolsa os candidatos aptos no concurso, podendo no prazo de validade do concurso (norma 2 anos) serem chamados para o Curso de Formação de Guardas, caso exista. Esta medida permite rentabilizar os custos do recrutamento e seleção e reduz o tempo de aprontamento dos cursos.

As alterações referidas, a evolução da sociedade e a adaptação da Guarda e do seu modelo de formação fizeram com que a caracterização dos cursos de formação de guardas tenha sofrido algumas variações ao longo dos anos, no entanto o Curso mediano pode caracterizar-se maioritariamente por homens (mais de 90%), solteiros (mais de 90%), oriundos da vida civil (entre 60% a 70%) e com idades entre os 22 e os 25 anos, sendo a idade mais baixa os 18 anos e a mais elevada os 29 anos. As habilitações literárias têm gradualmente vindo a aumentar, não só pela imposição legal que exige o 11.º ano, mas também pelo gradual aumento de licenciados e mestres nos Cursos de Formação de Guardas. Entre as licenciaturas e mestrados dos alistados atualmente em curso podemos referir as seguintes:

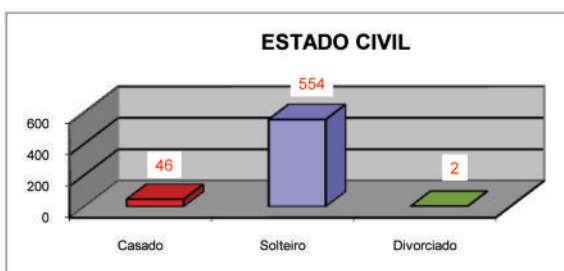
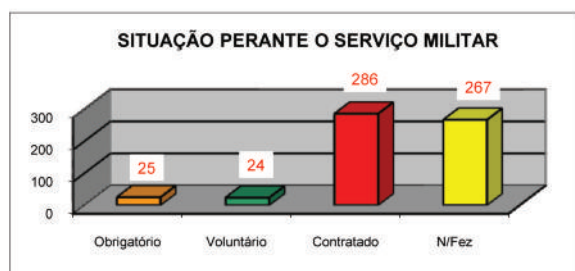
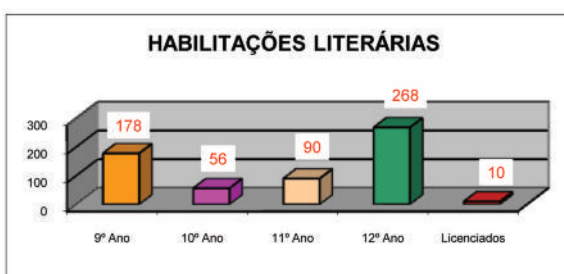
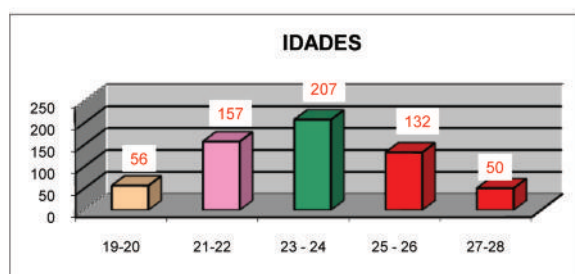
Cursos Superiores – CFG 2012/2º Turno

Direito	Cardio-pneumologia	Ciências da Comunicação - Mestrado
Contabilidade	Relações Internacionais	Fisioterapia - Mestrado
Educação Física e Desporto	Radiologia	Engenharia Civil - Mestrado
Psicologia Criminal	Engenharia Civil	Fisioterapia
Ciências do Desporto	Desporto e Lazer	Gestão de Empresas
Serviço Social	Turismo	Neurofisiologia
Análises Clínicas	Sociologia	Geografia
Criminologia	Comunicação e Multimédia	Saúde Ambiental

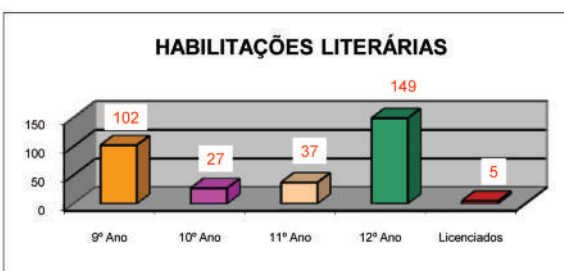
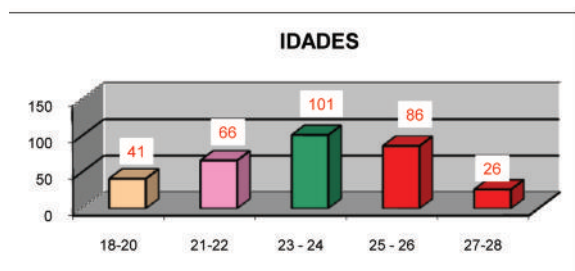
Em termos comparativos apresentamos a caracterização dos últimos cinco (5) Cursos de

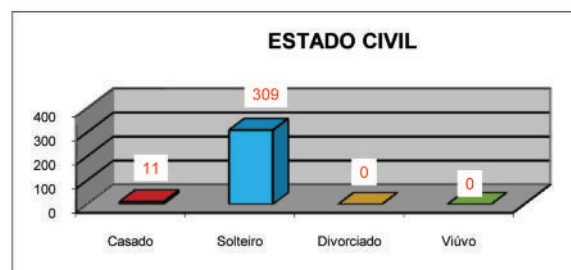
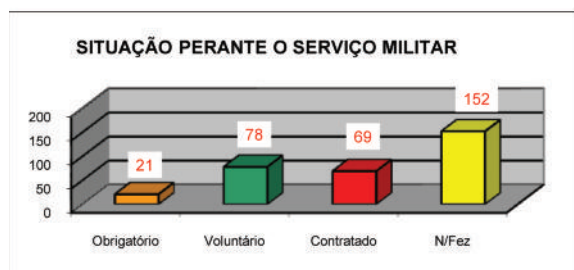
Formação de Guardas no Centro de Formação de Portalegre.

Ano de 2006/07 – 30ª Incorporação

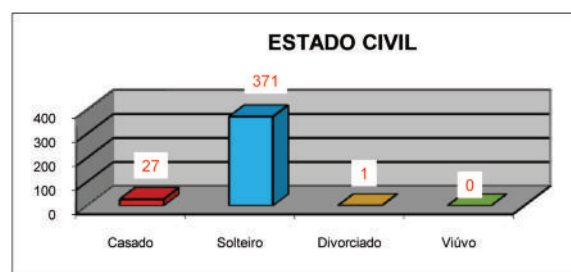
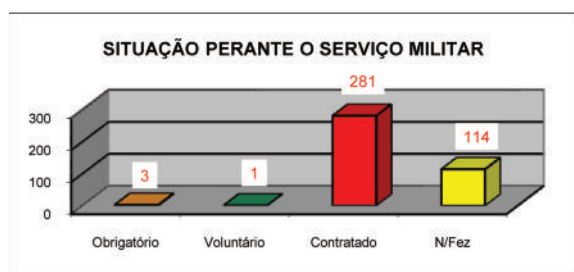
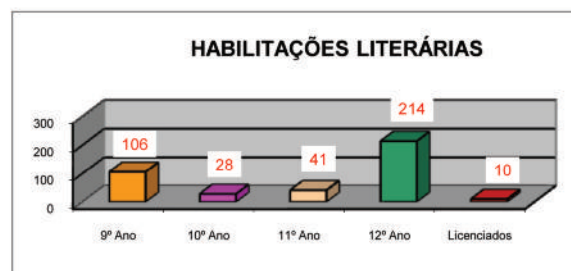
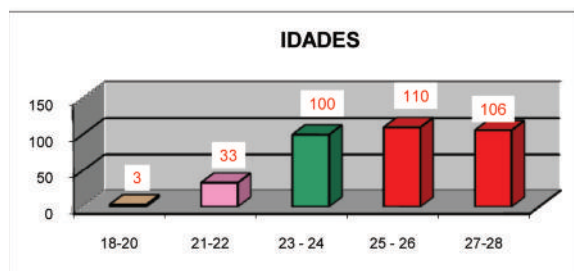


Ano de 2008/09 – 31ª Incorporação

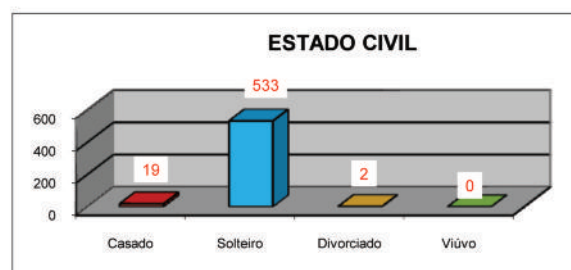
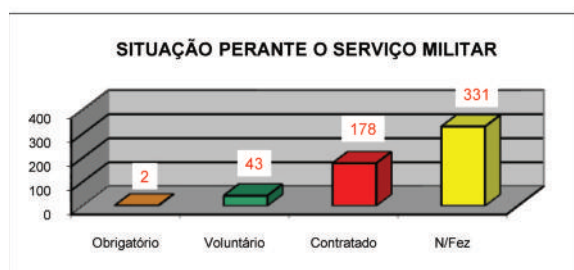
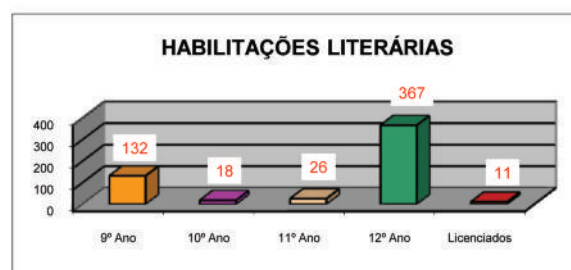
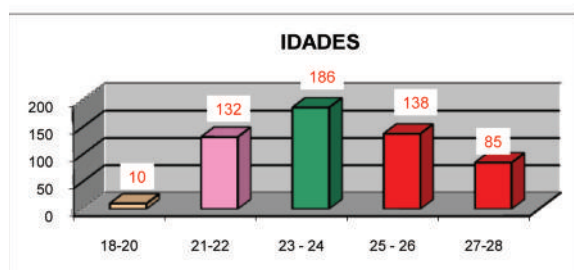




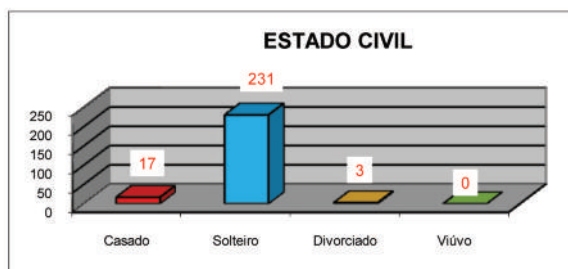
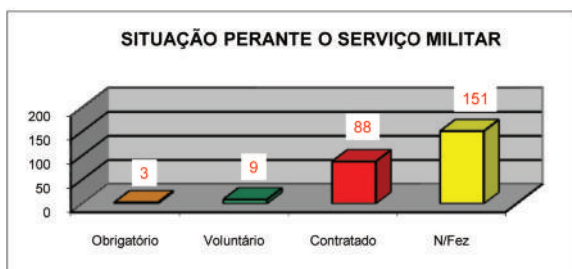
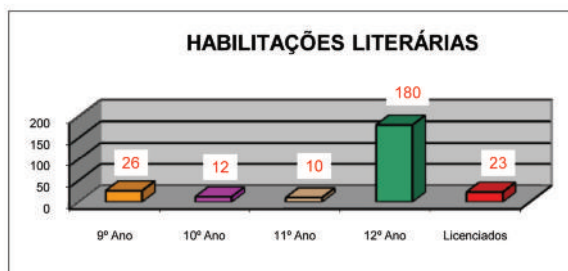
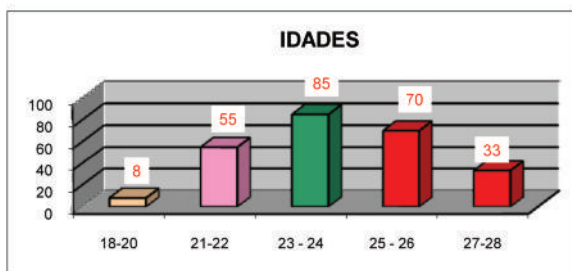
Ano de 2010/11 – 32ª Incorporação



Ano de 2012 – 1º Turno – 33ª Incorporação



Ano de 2012 – 2º Turno - 34ª Incorporação



Galeria dos Comandantes do Centro

A existência desta Unidade em atividade há 27 anos deve-se ao reconhecimento da qualidade da formação que ministra, ao meios humanos, materiais e infraestruturas de que dispõe, inseridas numa cidade acolhedora e habituada a lidar com os alistados de forma carinhosa e familiar. Devemos, no entanto, dar relevo a quem vem exercendo a função prevista no artigo 41.º do Estatuto dos Militares da Guarda “A função de comando traduz-se no exercício da autoridade que é conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar comandos, unidades, estabelecimentos,

subunidades e forças constituídas. O exercício da autoridade, conferido pelas leis e regulamentos, é acompanhado da correspondente responsabilidade, que não é delegável, sendo o comandante o único responsável, em todas as circunstâncias, pela forma como as forças, unidades subordinadas ou equivalentes cumprem as missões atribuídas.” Emoldurados na forma como exerceram a autoridade e assumiram a responsabilidade do Comando deste Centro, desde 1985, merecem destaque os seis Comandantes de Unidade.





Merece ainda referência nesta galeria o atual Comandante do Centro, em funções desde 4 de janeiro de 2011, Coronel de Infantaria Carlos Edgard Teixeira Lourenço.

Biografia



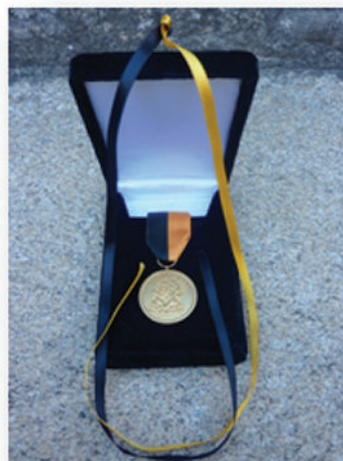
Coronel de Infantaria
Carlos Edgard Teixeira Lourenço
04JAN11 a (atual)

Nasceu a 23 de outubro de 1956, em Angola. Ingressou no Exército Português em 28 de março de 1978, fez o curso de oficiais milicianos e foi promovido ao posto de Alferes de Infantaria em 28 de dezembro de 1979. Ingressou na Guarda Nacional Republicana em 7 de janeiro de 1985, frequentou o Curso de Formação de Oficiais, ingressando no quadro permanente da Guarda em 10 de agosto de 1986. Foi promovido ao posto de Tenente em 1987, de Capitão em 1992, de Major em 2001, de Tenente-Coronel em 2005 e a Coronel em 2010. Desempenhou funções na Escola Prática da Guarda, no Comando-Geral - 4.ª e 5.ª Repartições - com relevância para as Relações Públicas (5.ª REP), entre 1988 e 2003. Foi Comandante da Formação do Comando-Geral e Inspetor. Possui várias condecorações e sete louvores. É casado e tem dois filhos.



Na cerimónia do Compromisso de Honra do Curso de Formação de Guardas 2012, realizada em outubro, entre os convidados foi possível juntar os últimos quatro comandantes do Centro de Formação de Portalegre. Últimos quatro Comandantes da Unidade - 01OUT12:

Coronel Edgard Lourenço
Coronel Pedro Almeida
Tenente-Coronel Nobre Antunes
Coronel João Rolo



Em 23 de maio de 2012, dia da Cidade de Portalegre, a autarquia portalegrense decidiu em reunião, por unanimidade, conceder a Medalha de Mérito Municipal, grau ouro ao Centro de Formação de Portalegre, como forma de reconhecimento do relevante significado que esta Unidade tem para a cidade, onde em quase três décadas vem formando militares e cuja marca ficará indelevelmente associada à história do concelho e das suas gentes. O Livro de Honra da Unidade guarda o registo da mensagem da atual Presidente da Câmara de Portalegre, exarado pelo próprio punho: *“Constitui para mim uma enorme honra e um privilégio, em termos pessoais e enquanto autarca, ter condecorado o Centro de Formação de Portalegre da Escola Prática da Guarda Nacional Republicana com a Medalha de Mérito Municipal – Grau Ouro, no decorrer da Sessão Solene deste dia 23 de Maio, Dia da Cidade de Portalegre. Saúdo calorosa e respeitosamente o actual Comandante do Centro, bem como todos aqueles que, de forma brilhante e irrepreensível, o antecederam em tão nobre função, bem como todos os Oficiais, Sargentos e Praças que no mesmo prestam ou prestaram serviço e, ainda, os milhares de instruendos que aqui. O País e os Portugueses muito devem a esta instituição, que a nossa Cidade e os Portalegrenses têm a felicidade e o orgulho de ter no seio, que sentem e vivem como sua e que, de uma forma significativamente*

unânime, querem e esperam que se mantenha em Portalegre por muitos mais anos. Por tudo aquilo que o Centro é e representa para a Cidade de Portalegre e para a nossa Comunidade, e pelo trabalho de formação, em termos profissionais, mas também na vertente humana e ética, apresento, pessoalmente e enquanto Presidente da Câmara Municipal de Portalegre, a minha mais sentida e respeitosa homenagem. Portalegre, 23 de Maio de 2012, Maria Adelaide Aguiar Teixeira”.

Atual estrutura do Curso de Formação de Guardas (CFG)

Nos termos do Regulamento, *“O CFG tem por finalidade formar os Guardas Provisórios da Guarda Nacional Republicana (GNR), habilitando-os com os conhecimentos e as competências técnicas específicas necessárias ao desempenho das funções que lhes forem atribuídas.”*

O Plano curricular do CFG contempla três (3) Blocos de formação (BF), o Bloco I – Formação Geral Militar (BI-FGM), o Bloco II – Formação Escolar (BII-FE) e o Bloco III - Formação em Exercício (BIII-FEX), sendo a atual estrutura subdividida nas seguintes Unidades Curriculares:

BLOCO I - FORMAÇÃO GERAL MILITAR (BI-FGM)					
MÓDULO	COEF.	UNIDADES CURRICULARES	COEF.	TEMPOS LETIVOS	TOTAL
FORMAÇÃO GERAL MILITAR	1	Armamento	1	12	87
		Ordem Unida	1	19	
		Cidadania e Condição Militar	1	10	
		Topografia	1	16	
		Técnica Individual de Combate	1	14	
		Treino Físico Militar	1	16	
				SOMA (1)	87
INCORPORAÇÃO				14	63
EXERCÍCIOS DE CAMPO E AVALIAÇÃO				42	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES				7	
				SOMA (2)	63
SUBTOTAL (1) = SOMA (1) + SOMA (2)					150

BLOCO II - FORMAÇÃO ESCOLAR (BII-FE)					
MÓDULO	COEF.	UNIDADES CURRICULARES	COEF.	TEMPOS LETIVOS	TOTAL
JURÍDICO	2	Noções Gerais de Direito	1	15	115
		Direito Penal e Processual Penal I	1	40	
		Direito Penal e Processual Penal II	1	40	
		Direito Fiscal e Aduaneiro	1	20	
TÉCNICO-PROFISSIONAL	3	Legislação Policial	3	120	455
		Legislação e Segurança Rodoviária	2	70	
		Táctica das Forças de Segurança	2	50	
		Investigação Criminal	1	40	
		Armamento	1	15	
		Informações	1	15	
		Organização e Funcionamento da GNR	1	25	
		Módulos Interdisciplinares	3	120	
SÓCIO COMPORTAMENTAL	2	Psicossociologia	1	30	150
		Comunicação e Atendimento	1	30	
		Interpretação e Redação	1	30	
		Direitos Fundamentais e Cidadania	1	30	
		Ética e Deontologia Profissional	1	30	
GERAL	1	Comunicações e Sistemas de Informação	1	40	120
		Saúde e Socorrismo	1	15	
		Inglês	1	40	
		Informática	1	25	
APTIDÃO FÍSICA, TIRO E ORDEM UNIDA	1	Educação Física e Desportos	1	50	170
		Luta e Defesa Pessoal	1	40	
		Tiro	1	55	
		Ordem Unida	-	25	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		Curso de Condução de Auto /Adaptação categoria A + B		40	40
		Palestras/Conferências/Seminários			
		Visitas de Estudo			
		DDI			
SOMA (3)					1050
SUBTOTAL (2) = SOMA (3)					1050
TOTAL = SUBTOTAL (1) +SUBTOTAL (2)					1200

O BIII-FEX, com uma duração a fixar pelo GCG, visa a aplicação dos conhecimentos adquiridos e

das competências desenvolvidas nos BI-FGM e BII-FE.

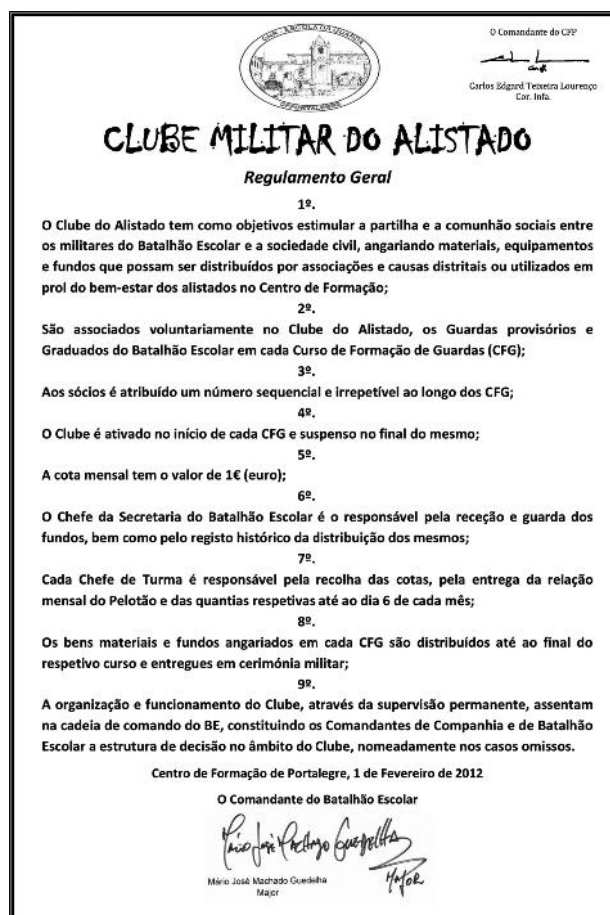
Ações Complementares de Formação

No âmbito do complemento para formação cultural, religiosa e de cidadania o Batalhão Escolar empenha esforços em atividades complementares de formação que envolvem os alistados com a sociedade local em movimentos cívicos e culturais que os deixam definitivamente ligados à cidade que, voluntariamente, os adota durante os meses do curso. Salientam-se nestas atividades as campanhas sociais de recolha de fundos que entregam no final do curso a Lares de Jovens, Internatos de desfavorecidos e Lares de idosos, marcando a passagem do curso pela cidade. A campanha de recolha de roupas e brinquedos para entrega à Cáritas Diocesana é outra atividade que demonstra que a instrução é integral e encerra preocupações de natureza humana, ao nível da solidariedade e da partilha, patentes nas mais variadas situações em que o Centro de Formação de Portalegre estabelece ligação com as populações e entidades locais.

Para enquadrar estas atividades e “*estimular a partilha e a comunhão sociais entre os militares do Batalhão Escolar e a sociedade civil, angariando materiais, equipamentos e fundos que possam ser distribuídos por associações e causas distritais ou utilizados em prol do bem-estar dos alistados no Centro de Formação*”, bem como na aquisição de equipamentos que melhorem a vivência interna dos alistados, foi criado em 1 de fevereiro de 2012 o “*Clube Militar do Alistado*”. Esta associação voluntária de alistados e graduados potencia o espírito de coesão e pertença à Instituição e ao Centro de Formação de Portalegre, marcando de forma definitiva, através da atribuição de cartão e número de sócio irrepetíveis, a sua passagem por esta unidade, “*Berço dos Guardas*.”

No Curso de Formação de Guardas 2012-1^o Turno, o Clube fez entrega de uma doação de 500€ à CERC⁶

⁶ Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados





Portalegre, mostrando mais do que o valor monetário, o espírito de cidadania, de solidariedade e de apoio àqueles que tiverem a infelicidade de carecer de amparos especiais. Escolheu também a Cáritas Diocesana de Portalegre e Castelo Branco para receber os materiais recolhidos ao longo do curso, na totalidade constituído por quarenta (40) brinquedos, quarenta (40) pares de calçado de adulto e criança, cinquenta (50) calças de homem, trinta e cinco (35) acessórios para homem e senhora, trinta (30) camisas de homem,

setenta (70) blusas de senhora, cento e vinte (120) camisolas de homem, quarenta e cinco (45) casacos de homem e senhora, setenta (70) camisolas de senhora, setenta e cinco (75) peças de roupa de criança e oitenta (80) calças, saias e vestidos de senhora, sabendo-se que esta instituição é mensageira fiel na entrega aos mais necessitados, nas dioceses da sua área de responsabilidade.

No âmbito do melhoramento da vivência dos alistados na unidade foi criada a sala do alistado, adquirida uma mesa de *snooker* e uma de *matraquilhos* que motivam o convívio nos tempos livres. Ainda no âmbito do Clube Militar do Alistado foram adquiridos recetores TDT e um Televisor LED que melhorou a qualidade da sala de televisão.

Na vertente do altruísmo e solidariedade têm sido potenciadas as dádivas de sangue no Hospital Doutor José Maria Grande em Portalegre, numa estreita colaboração com a Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Portalegre. O Clube Militar do Alistado tem em curso, nos últimos anos, a Campanha *"No Batalhão Escolar cada Guarda é um Dador"*, à qual a maioria dos graduados se associa como verdadeiro exemplo aos seus alistados.

Durante os dois últimos Cursos de Formação de Guardas foram dadas voluntariamente mais de 1000 dádivas de sangue que, estamos certos

**"NO BATALHÃO ESCOLAR,
CADA GUARDA É UM DADOR!"**




"Inscreve-te na Secretaria do Batalhão, doar sangue é doar vida!"
Ajuda a salvar vidas!



O Comandante do Batalhão Escolar
Mário José Machado Guadalupe, Major





muito ajudaram os doentes que diariamente dele precisam, estando previsto o início das doações do Curso de Formação de Guardas 2012-2º Turno para finais de novembro de 2012.

Em 2011 realizou-se a I Caminhada de Reflexão ao Santuário do Senhor dos Aflitos, com o objetivo de fomentar o espírito de corpo, de camaradagem e de sacrifício, imprescindíveis ao cumprimento das missões na Guarda Nacional Republicana. Esta organização do Batalhão Escolar, com a coordenação religiosa do Capelão do Centro de Formação de Portalegre (CFP), incorpora vários momentos sequenciais e de perfeita interligação simbólica. A caminhada de reflexão até ao Santuário assenta num percurso apeado de 17 quilómetros, onde é feito o apelo à camaradagem, à reflexão e interiorização das dificuldades e obstáculos da caminhada do curso e da opção generosa de ser militar da Guarda. Segue-se a missa campal, emoldurada pela beleza natural do local, cujo canto dos pássaros, o coaxar das rãs e o distinto coro de alistados tornam o momento sublime. Terminada a celebração eucarística segue-se um convívio gastronómico, com iguarias regionais voluntariamente oferecidas pelos caminhantes – alistados e militares dos quadros da Guarda –

Hospital Dr. José Maria Grande
Rua da Moura, 100 - 2040-000 PORTALEGRE
Tels. 245 301000 EXT: 255

Exmº Senhor Major General AGOSTINHO DIAS DA COSTA
Digníssimo Comandante do Exército da GNR
Estrada de Massandã
2475-013 QUELUZ

Exmº Senhor Coronel CARLOS EDGAR TEDEIRA LOURENÇO
Centro de Formação de Portalegre
Av. George Robinson
2060-070 PORTALEGRE

Fundada em 5/9/90
D.R. N.º 226 III Série de 3/10/90
Instituição de Utilidade Pública
D.R. N.º 130 II Série de 7/6/91
Contribuinte n.º 502 430 940

Exmº Senhor Tenente General LUIS MANUEL DOS SANTOS NEWTON PARREIRA
Digníssimo Comandante Geral da Guarda Nacional Republicana
Largo do Carmo
1200-092 LISBOA

Nº97/12
Data:01/08/12

Assunto: AGRADECIMENTO

No passado ano de 2011 foram colhidos no Hospital Dr. José Maria Grande 2849 unidades de sangue, mais concretamente 1346 nas diversas brigadas realizadas nos diversos concelhos do distrito de Portalegre e 1503 diretamente na unidade hospitalar ainda referida.

Deste último número, importa destacar que 419 foram doações realizadas pelos militares que ingressaram nas fileiras da Guarda Nacional Republicana. Atende-se neste número que, em termos percentuais, se traduz em quase 28% das dadas colhidas exclusivamente no Hospital desta cidade.

Sentimo-nos esta Associação na obrigação de manifestar, em nome dos doentes necessitados de sangue, a nossa gratidão para com os homens desta unidade militar que generosamente doam um pouco de si mesmos em prol dos que necessitam. Mas acreditamos que este número não teria ganho a expressão que ganhou, não fosse a boa vontade do Exmo Comandante do Centro de Instrução e do Sr. Major Mário José Machado Quadilha, o trabalho "recrutador", que com a sua abnegação à causa da dadora benévola de sangue, e também como dador consegue transmitir aos "seus" homens o sentido de civismo, altruísmo e humanismo, que está contido no simples gesto de estender o braço e doar um pouco de si mesmos.

Serve pois esta nossa missiva, para solicitar a V. Exª que seja portador deste nosso profundo reconhecimento a todos os militares envolvidos direta e indiretamente nesta causa que é de todos nós – A DÁDIVA BENEVOLA DE SANGUE.

Sem outro assunto de momento, apresentamos a V. Exª as nossas saudações humanitárias.

O PRESIDENTE DA DIREÇÃO
António Joaquim Estácio
ANTÓNIO JOAQUIM ESTÁCIO

Ajuda-nos a ajudar-te, doando sangue

onde abundam os produtos regionais, característicos das diversas proveniências dos Alistados.

Em 2012 realizou-se a II Caminhada de Reflexão ao Santuário do Senhor dos Aflitos, nos mesmos moldes da primeira edição, mas com as diversas regiões a serem submetidas a concurso, tendo o



Alentejo vencido na vertente gastronómica e o Minho na vertente da melhor apresentação regional. Tivemos o privilégio de ter entre nós, neste evento, os Generais Comandante da Escola da Guarda, Major-General Agostinho Costa e Comandante da Unidade de Intervenção, Major-General Miguel.

A caminhada de regresso, num total de cerca de 20 quilómetros, ficou marcada pelo espírito de sacrifício, pela interajuda e apoio entre os caminhantes que, aliadas à distância contaram com as



elevadas temperaturas, caracterizando exemplarmente as circunstâncias duras da caminhada da vida e da condição de militar da Guarda.

Numa tentativa de fortalecer os laços entres os alistados e a cidade do poeta José Régio, são organizadas durante o curso diversas visitas aos museus locais e às paisagens vizinhas, nomeadamente dos Concelhos de Marvão e Castelo de Vide, que marcam fortemente a passagem destes militares no distrito.

Há já longos anos que a vertente religiosa e espiritual é inserida nas atividades complementares da formação do Curso de Formação de Guardas, cujo culminar se materializa na Celebração de Ação de Graças e Administração dos Sacramentos de Iniciação da Vida Cristã, onde são realizados batismos, crisma e se dão graças pelo culminar de mais um Curso de Guardas. Esta cerimónia tem uma preparação que dura todo o curso, onde são preparados os neófitos e os crismandos e ministrada catequese que permite a





elevada dignidade que a cerimónia final atinge. Sempre presidida por Sua Excelência Reverendíssima D. Januário Torgal Mendes Ferreira, Bispo da Diocese das Forças Armadas e de Segurança, não raras vezes conta com as ilustres presenças das mais elevadas patentes da Guarda, com relevância para o excelentíssimo General Comandante-Geral. A capacidade de organização, o dinamismo e iniciativa, a camaradagem e o envolvimento dos graduados, do capelão e dos alistados do Centro de Formação de Portalegre garantem o inculcar dos valores do humanismo, da solidariedade, da justiça, da fraternidade e da liberdade como vetor da preparação global do futuro militar da Guarda, elemento chave da sociedade moderna.

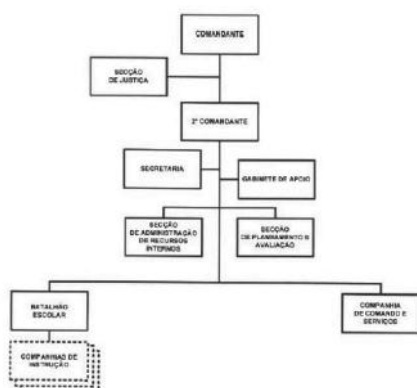
O Batalhão Escolar participa com os seus alistados em diversas cerimónias militares, desta-

cando-se o Hastear e Arriar da Bandeira Nacional no Centro de Formação de Portalegre, todos os domingos e feriados, o dia da Escola da Guarda, o dia da Guarda Nacional Republicana, o dia da Cidade de Portalegre (Hastear da Bandeira nos Paços do Concelho), o dia 25 de abril (Hastear da Bandeira nos Paços do Concelho) e as comemorações do dia 5 de outubro.

A Portaria n.º 777/2009, de 22 de julho, cria as subunidades e os serviços da Escola da Guarda, bem como os Centros de Formação da Figueira da Foz e de Portalegre e define o regime de funcionamento daqueles serviços. Nos termos do Despacho GCG n.º 54/09-OG, o Exmo. General Comandante-Geral define as competências, a estrutura e o efetivo dos órgãos, subunidades, serviços e centros de formação da Escola da Guarda, com o anexo F a estabelecer a estrutura do Centro de Formação de Portalegre.

Os últimos 27 anos da formação dos guardas fica indelevelmente ligada à cidade de Portalegre e ao Centro de Formação de Portalegre, independentemente da designação que veio adotando. Contabilizando os alistados, os formandos graduados dos diversos cursos ou ações de formação, os militares instrutores e comandantes, os professores e funcionários civis e os militares dos diversos órgãos de apoio, certamente que mais de 60% do atual efetivo da Guarda Nacional Republicana passou por esta Unidade de Instrução. As

ANEXO C (ao Despacho GCG N.º 54/09-OG) – Estrutura do Centro de Formação de Portalegre



gentes locais estão inteiramente identificadas com a formação da Guarda, com as dinâmicas associadas à instrução e aos cursos e manifestam interesse, carinho e apoio ao Centro de Formação de Portalegre.

Ciente da missão, especialmente vocacionada para a formação moral, cultural, física, militar e técnico-profissional dos militares da Guarda e ainda para a atualização, especialização e valorização dos seus conhecimentos, o Centro de Formação de Portalegre continua a dar o seu contributo à formação da Guarda, com forte convicção de que, como disse Fernando Pessoa [...] *não temo o que virá, Pois venha o que vier, nunca será Maior do que a minha alma*".

Em Homenagem a todos quantos prestaram e prestam serviço nesta Unidade, pelo longo período de existência, pela qualidade e quantidade da formação ministrada aos novos militares da Guarda que, nas últimas três décadas, têm tido como entrada na instituição a Porta de Armas da Quartel de São Bernardo em Portalegre, é justo que o Centro de Formação de Portalegre da Escola da Guarda seja considerado o "**Berço dos Guardas**".

Batalhão Escolar 2010-11



PELA LEI E PELA GREI

Chega ao fim a missão do Subagrupamento Bravo em Timor-Leste



Pelo Tenente de Cavalaria

HELDER MANUEL GONÇALVES GARÇÃO





Volvidos mais de 6 anos desde que Timor-Leste enviou um pedido de ajuda ao Governo Português, solicitando expressamente o envio da GNR, para restabelecer a ordem e estabilidade naquela jovem nação, a missão do Subagrupamento Bravo chegou ao seu *terminus*.

Depois dos 13 contingentes projetados, cuja imagem e prestígio pelo trabalho desenvolvido em Timor-Leste têm sido sobejamente realçados, levando bem alto o nome de Portugal e da GNR naquele território, ao efetuarmos a retrospectiva dos acontecimentos que marcaram a missão, o sentimento de dever cumprido não podia ser maior...



Antecedentes

No início do ano de 2006, os militares das Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL), provenientes da parte Oeste (Loromonu) do país, reclamaram discriminação face aos militares de Leste (Lorosae), no que às promoções dizia respeito. No dia 8 de fevereiro daquele ano, cerca de 400 militares oriundos da parte Oeste desertaram, aos quais, no dia 25 de fevereiro de 2006, ainda se juntaram outros 177 militares. Atendendo à instabilidade gerada e no sentido de encontrar uma solução viável que colocasse um ponto final no problema, foram promovidas diversas tentativas de negociação entre o Governo e os desertores. Alguns avanços e recuos marcaram aquele período conturbado, contudo, no final de Abril, os desertores (peticionários), marcharam pelas ruas de Díli, colhendo o apoio de alguns civis que se juntaram ao protesto. O ambiente volátil de Timor-Leste, no que à segurança diz respeito, foi suficiente para que aquelas manifestações se avultassem, resultando em graves confrontos. A situação tornou-se insustentável quando, no dia 25 de maio de 2006, 11 polícias foram assassinados a tiro por militares peticionários durante uma marcha pacífica, encabeçada por elementos da ONU. Este massacre foi a derradeira gota de água...

Considerando o clima instável gerado no seio das F-FDTL, que entretanto alastrou às forças policiais do país, e por conseguinte à sociedade, o Governo da República Democrática de Timor-Leste viu-se forçado a enviar, no dia 25 de maio de 2006, um pedido oficial de ajuda aos Governos da Austrália, Nova Zelândia, Malásia e Portugal, tendo expressamente solicitado o envio dos militares da Guarda Nacional Republicana.

A clara referência à GNR, no pedido enviado ao Governo português, refletiu a elevada estima conquistada pelo trabalho que os militares da Guarda já haviam desenvolvido no território timorense, entre fevereiro de 2000 e junho de 2002, através dos 4 contingentes da GNR, que constituíram a Rapid Response Unit portuguesa (anterior conceito de unidade de polícia constituída na doutrina da ONU), integrada na United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET).

Um dia após ser recebido o pedido de ajuda, remetido pelo Estado timorense, o Governo da República Portuguesa deu indicações à GNR para aprontar uma Força que permitisse corresponder, com celeridade, ao desiderato endossado pela República Democrática de Timor-Leste (RDTL). A GNR surpreendeu a comunidade internacional neste particular, ao projetar para um Teatro de Operações (TO) a mais de 14.000 Km de distância, o 1.º Contingente do Subagrupamento Bravo, num hiato temporal verdadeiramente recorde. No dia 4 de junho de 2006 (9 dias depois do pedido), aterrou em Timor o 1.º Contingente do Subagrupamento Bravo da GNR, composto por 120 militares e 3 elementos do Instituto

Nacional de Emergência Médica (INEM), que, a partir de 12 de junho, já estavam a trabalhar como unidade constituída autónoma, com total capacidade operacional. O 1.º Contingente foi enviado ao abrigo de um acordo bilateral firmado entre os dois Governos, merecendo tal concórdia a anuência do Conselho de Segurança da ONU. De acordo com os preceitos firmados, a Força da GNR projetada permaneceria na dependência dos Exmos. Presidente da República e Primeiro-Ministro da RDTL, constituindo-se como uma Unidade de Reserva, a empenhar em ações de manutenção e restabelecimento da Ordem Pública e em ações de formação à Unidade de Intervenção Rápida da Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL).

Apesar dos militares australianos e neozelandeses terem já desembarcado no território (constituindo a International Security Force, mais tarde, designada International Stabilization Force), o novo alento do povo maubere ocorreu verdadeiramente aquando da chegada da GNR ao Aeroporto de Baucau, à qual se seguiu uma arrepiante afluência da população para as estradas até Dili, acenando com bandeiras de Portugal e lançando flores à passagem dos militares da Guarda...

Decorrente da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas N.º 1704, de 25 de agosto de 2006, o Contingente da GNR projetado em Timor-Leste, passaria a integrar a Missão das Nações Unidas em Timor (UNMIT), constituindo uma força de reserva - FPU (Formed Police Unit), com as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública; formação e treino da PNTL; segurança a altas entidades; policiamento; segurança física; proteção de instalações e pontos sensíveis; escoltas a pessoas e bens; buscas preventivas em eventos e inativação de engenhos explosivos; operações especiais; e operações de busca e salvamento. Esta integração na UNMIT, permitiu que Portugal pudesse prestar o apoio ao povo timorense e simultaneamente, enquanto país contribuinte da ONU, abatesse o valor dos encargos, uma vez que os custos da missão seriam suportados pelas Nações Unidas.





Início da missão

A primeira fase da missão foi espinhosa. Para o pleno cumprimento dos objetivos de pacificação atribuídos ao Subagrupamento Bravo, o número dos efetivos que integrou o 2.º Contingente subiu para 140, o qual veio a ser reforçado por um contingente de mais 80 militares (reforço ao 2.º/3.º Contingente), constituindo-se então o maior contingente da GNR alguma vez presente em missões internacionais, com um total de 220 militares. A partir do 4.º Contingente o número de efetivos reduziu novamente para os 140 militares, mantendo-se a mesma quantidade de efetivos desde então.

Pode-se afirmar, sem pejo, que a chegada da GNR marcou um novo ponto de viragem no rumo da jovem nação timorense, resolvendo rapidamente os

incidentes logo no seu início, com uma atuação que oscilou radicalmente entre a firmeza implacável na repressão dos conflitos, e o apoio reconfortante a uma população carente e martirizada pelo conflito, materializado através de inúmeros atos de genuína solidariedade. Estes foram os pilares de atuação que conduziram à afirmação da GNR em Timor-Leste e representam, ainda na atualidade, o fundamento do enorme prestígio e respeito que a instituição mereceu junto dos timorenses.

De facto, as características da Força da GNR projetada em Timor-Leste, constituída por militares especializados, altamente treinados no controlo de distúrbios civis, encaixaram perfeitamente com as exigências daquele TO, levando a que as forças de Canberra solicitassem em diversas ocasiões, a presença do Subagrupamento Bravo para controlar desacatos, para os quais a International Stabilisation Force (ISF), manifestamente não estava preparada. A capacidade da GNR para restabelecer a ordem e paz públicas foi crucial e, sobretudo durante os primeiros anos, através das incontáveis ações desenvolvidas, muito contribuiu para alcançar o sentimento de segurança que possibilitou a reconstrução do país.

Das inúmeras missões que a GNR desempenhou, através dos vários Contingentes do Subagrupamento Bravo, importa destacar momentos que mudaram o rumo da história de Timor-Leste, como aquele que levou à detenção do líder dos peticionários, Major Reinaldo em 2006; a segurança aos processos eleitorais de 9 de abril e 9 de maio ou a de 30 de junho de 2007 (Presidenciais e Parlamentares, respetivamente); a intervenção que permitiu salvar a vida ao então Presidente da República, Dr. Ramos-Horta, aquando da sua tentativa de assassinato em 11 de fevereiro de 2008; ou ainda o apoio prestado à PNTL no imediato controlo dos distúrbios que assolaram o território, após as eleições parlamentares de 2012, em que a FRETILIN se viu excluída da nova coligação governativa.

Formação da PNTL

Se numa fase inicial da missão, o trabalho foi imenso e extenuante, dedicado quase em exclusivo à atividade operacional, mesmo depois de lograr o cumprimento da principal missão de pacificação, os militares da Guarda não regatearam esforços e, adaptando gradualmente a missão às necessidades do país, reorientaram energias, iniciando-se a importante tarefa de melhor formar os agentes da Polícia Nacional de Timor-Leste.

Neste particular, o profissionalismo dos militares do Subagrupamento Bravo permitiu novamente deixar rendidos todos os críticos internacionais no país. A GNR promoveu a realização de Cursos com vista à formação dos elementos da PNTL pertencentes ao Batalhão de Ordem Pública, à Companhia de Segurança Pessoal, à Companhia de Operações Especiais e formou, ainda, em Portugal, a Equipa de Inativação de Engenheiros Explosivos, todas as especialidades pertencentes à Unidade Especial de Polícia da PNTL. Estas formações ministradas pela GNR foram sendo complementadas com a realização de atividades conjuntas e/ou assessoria por parte do Subagrupamento Bravo, procurando consolidar a capacitação da PNTL, nas mais diversas áreas e situações.

Em virtude dos resultados alcançados, o Governo timorense não hesitou em protelar a formação da Polícia com base no modelo da GNR, em detrimento de outras Forças, de diversos países, que procuraram declaradamente ocupar este lugar.

A formação ministrada pela GNR conheceu um novo impulso e adquiriu um campo mais lato quando, em 21 de agosto de 2008, o Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa e Segurança, Kay Rala Xanana Gusmão, solicitou expressamente ao Ministério da Administração Interna português que a GNR efetuasse um estudo detalhado e definisse um Plano a executar por um período de 5 anos, visando a seleção, o recrutamento e a formação dos novos elementos a incorporar na PNTL. Esta solicitação surgiu no quadro da reestruturação da PNTL, que procurava adotar o modelo de uma polícia comunitária quanto à estratégia e filosofia de policiamento, mas com uma natureza idêntica à militar na sua organização, disciplina, instrução e estatuto do pessoal.





A ideia foi concretizada com a projeção de 2 Oficiais da GNR para Timor-Leste em 14 de fevereiro de 2009, com a missão de darem corpo ao projeto. Estes Oficiais, em resposta aos desideratos e objetivos do Governo Timorense, elaboraram o Plano de Seleção, Recrutamento e Formação do Curso de Formação de Agentes da PNTL, documento que constituiu a base do processo de formação em curso e que contou (e conta) com o envolvimento da Guarda em todas as suas fases. Este projeto esteve na base, aliás, da assinatura, em 15 de junho de 2011, de um Protocolo de Cooperação Técnico-Policial entre a GNR e a PNTL, com um horizonte temporal de 5 anos (renováveis), destinado a capacitar os recursos humanos da Polícia Timorense.

No âmbito deste processo, foi lançado, em 2011, o primeiro concurso público devidamente estruturado e que permitiu levar a cabo um recrutamento para novos Agentes da PNTL, num processo de seleção e formação absolutamente transparente. Dos iniciais 9298 candidatos propostos, o rigoroso processo de seleção permitiu aprovar 511 elementos, dos quais 249 terminaram o curso em novembro de 2012, constituindo o remanescente uma reserva de recrutamento, que iniciará o segundo curso já em 2013. Entretanto, será brevemente lançado o segundo concurso público para admissão de Agentes, projetando-se, em seguida, a formação de Oficiais.

O pleno sucesso desta missão foi também possível, graças ao trabalho dos militares do Subagrupamento Bravo que, muitas vezes em acumulação de funções, constituíram o corpo de docentes do 1.º Curso de Formação de Agentes, aproveitando os conhecimentos dos seus cursos de especialização, proporcionados pela GNR, ou mesmo conseguidos através do exclusivo esforço pessoal.



Capacitação da Sociedade Timorense

Na procura incessante de fazer mais e melhor, não foi apenas a PNTL a beneficiada com a formação ministrada pelos militares da GNR. O Subagrupamento Bravo promoveu ainda cursos no âmbito da proteção civil para os bombeiros timorenses, cursos sobre protocolo de estado, estágios de formação profissional para a capacitação da sociedade timorense, entre outras formações.

Como exemplo da dinâmica criada, decorrente de um memorando de entendimento, estabelecido em março de 2012, entre o Subagrupamento Bravo e o Ministério da Economia e Desenvolvimento de Timor-Leste, foi estabelecido um protocolo entre as entidades em apreço, com o objetivo de promover a cooperação na área da capacitação profissional e a criação de micro-negócios ou cooperativas,

tendo em vista o envolvimento da jovem população timorense, de forma a impulsionar o empreendedorismo, a redução da pobreza e contribuir assim, para o desenvolvimento sustentável da economia de Timor-Leste. Cumprindo os desígnios do memorado, foi possível realizar dois estágios profissionais nas instalações do Subagrupamento Bravo em Caicoli - Díli, com vista à capacitação técnica especializada nas áreas de carpintaria, eletricidade, canalização, cozinha, construção e, ainda, gestão de stocks. Cada estagiário acompanhou diariamente um militar da GNR, com funções específicas, que lhe transmitiu conhecimentos, métodos e experiências profissionais, e o apoiou na execução das tarefas atribuídas, obedecendo-se assim ao denominado *on job training*.



Solidariedade

Foi ainda possível encontrar tempo, embora com muito prejuízo para as horas de descanso dos militares, para encetar esforços no apoio às populações mais necessitadas, em qualquer ponto do território timorense. Foram distribuídas centenas de milhares de livros, roupas, brinquedos e alimentação, por vezes em locais extremamente isolados. Foram promovidos eventos de solidariedade, com o objetivo de angariar géneros e/ou recursos económicos, que permitissem apoiar a continuidade de meritórios projetos de apoio comunitário, desenvolvidos por ONG's, institutos públicos de solidariedade, casas de acolhimento e apoio a vítimas, ou ainda orfanatos. Seriam muitas as páginas que se poderiam escrever no sentido de relatar as inúmeras ações realizadas neste âmbito, mas jamais tantas, quantos os sorrisos e gestos de agradecimento, que elas geraram. Muitas vezes, as afamadas iniciativas humanitárias do Subagrupamento Bravo em Timor, só se tornaram passíveis de concretização através do apoio prestado por outras instituições públicas e privadas, com as quais se mantiveram extraordinárias relações de cooperação, levando a que as entidades externas não hesitassem no momento de apadrinhar a GNR nas ações de solidariedade promovidas.



Balanço final

Desde 2006, foram projetados 13 Contingentes da GNR no território Timorense (obedecendo a uma rotação semestral), num total de 1780 militares (embora muitos tenham repetido), que foram sendo apoiados por um total de 50 Equipas do INEM (rotação bimensal), sempre compostas por um Médico, um Enfermeiro e um Técnico de Ambulância de Emergência (TAE).

No final desta missão, a Guarda tem muitos motivos para se sentir orgulhosa. A nossa instituição contribuiu significativamente para o processo de pacificação e estabilização daquele país.

Em Portugal, o *feedback* do elevado prestígio que a GNR conquistou em Timor-Leste nem sempre chega, no entanto, a comunidade local e internacional presente em Timor-Leste partilha de outra opinião. Certo é que os militares que fizeram a instituição merecer tal apreço, partem com a consciência do dever cumprido.

A dedicação foi mantida até ao fim. Apesar das atividades complementares, a atividade operacional autónoma ou aquela que foi posteriormente desenvolvida em apoio e complementaridade das ações desenvolvidas pela PNTL, nunca foi comprometida.

Até ao dia 31 de outubro de 2012, último dia de atividade autorizada pela ONU, o patrulhamento intensivo de Díli, especialmente direcionado para as zonas mais sensíveis da capital, foi garantido na plenitude e

com inteiro sucesso. Sem entrar na frieza dos números, esta foi a atividade que mais ocupou os militares do Subagrupamento Bravo, evitando ou permitindo resolver incidentes, mas que também foi fundamental na aproximação à população.

A equipa EOD da GNR continuou a ser a única no país, dotada de plena capacidade operacional, sendo a responsável pela inativação dos milhares de engenhos explosivos encontrados um pouco por todo o território de Timor-Leste (num total de 676 intervenções), pela continuidade da formação da equipa EOD da PNTL e ainda formação da própria unidade de segurança das próprias Nações Unidas (UN Security). A Secção de Operações Especiais continuou a garantir diariamente a segurança pessoal da Procuradora Geral da RDTL, Dra. Ana Pessoa, a segurança do Ex-Presidente da República, Dr. Ramos Horta, e ainda a de outras altas entidades estrangeiras, que esporadicamente foram visitando Timor-Leste.

Timor-Leste é hoje um país diferente, seguro, livre, mais justo, que dispõe de uma Polícia reestruturada e capaz de responder aos desafios do futuro. Muito ainda está por fazer, mas os timorenses dispõem atualmente das ferramentas para o efeito. Todo este percurso só foi possível graças a um conjunto de instituições e organizações que apoiaram o país, dentre as quais sempre se distinguiu pelos melhores motivos a GNR. A Polícia





Nacional de Timor-Leste é atualmente autônoma, em virtude do processo de capacitação efetuado ao longo dos últimos anos, pelo que a missão do Subagrupamento Bravo chega agora ao seu *terminus*.

Contudo, a história também se escreve com dor e sacrifício. Foi um percurso longo, não isento de



erros, podendo afirmar que os militares do Subagrupamento Bravo deixaram em Timor-Leste, literalmente: sangue, suor e lágrimas...

Deixámos o sangue dos falecidos no cumprimento do dever, nomeadamente do Sargento Ajudante Hermenegildo Almeida Marques, falecido num acidente de viação durante o deslocamento para uma missão de inativação de explosivos no dia 21 de junho de 2010; e do Alferes Daniel João Varela Simões, que padeceu de paragem cardiorrespiratória no dia 14 de março de 2012. Mas também deixámos o sangue que ajudou a salvar vidas, materializado nos mais de 900 litros de sangue, doados pelos militares ao Hospital de Díli, tendo o Subagrupamento Bravo sido reconhecido como o maior doador do banco de sangue.

Deixámos o suor do trabalho árduo e do esforço incessante, em nome de uma causa, de um ideal, do futuro de uma nação irmã e de um povo a quem nos sentimos ligados por séculos de história comum. Os militares do Subagrupamento Bravo cumpriram todas as missões atribuídas, sem olhar ao sacrifício que representa, num local em que o clima se caracteriza pelas elevadas temperaturas e índices de humidade, desempenhar diariamente tarefas desgastantes, envergando por exemplo, um colete balístico, para além de outros equipamentos. Deixámos as lágrimas derramadas pela saudade, pela ausência da família, pela incapacidade de lutarmos contra a distância e o tempo, especialmente nos momentos em que a adversidade nos encontrava do outro lado do mundo. Mas também deixámos as lágrimas que não conseguimos conter ao olhar para as inúmeras marcas do sofrimento a que o povo timorense esteve exposto durante mais de 25 anos ou aquelas que resultaram da pureza dos gestos nobres e sem pretensão, dos cidadãos anónimos que servimos, e que, diariamente, num aceno, num sorriso, num simples obrigado, nos devolvem todo o esforço do trabalho desenvolvido.

A despedida

No dia 30 de outubro, o Excelentíssimo Primeiro Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão, presidiu a uma cerimónia repleta das mais altas entidades timorenses e representantes das Nações Unidas, para impor a Medalha da Solidariedade de Timor-Leste e a Medalha Comemorativa da UNMIT, aos militares do último Contingente do Subagrupamento Bravo da GNR.

A cerimónia teve lugar no Quartel do Subagrupamento Bravo, que pelo árduo trabalho dos próprios militares, ao longo de mais de 6 anos em Timor-Leste, se tornou num dos locais de referência de Díli.

Muitas foram as altas entidades que fizeram questão de estar presentes nesta que, possivelmente, foi a última Cerimónia militar de uma força constituída da GNR, na missão em Timor-Leste.

Antes da sua alocução, o Primeiro Ministro timorense comentou que já tudo havia sido dito, porque de facto, o conteúdo das alocuções que lhe haviam antecedido, foi semelhante, enfatizando a “absoluta excelência” do trabalho realizado pela GNR em Timor-Leste, quer na missão da UNTAET entre março de 2000 e maio de 2002, quer depois, desde julho de 2006 até à presente data, em que o Subagrupamento Bravo desempenhou um papel fundamental na reconstrução do jovem país. As ilustres entidades foram perentórias em afirmar que a GNR conquistou em Timor-Leste uma estima e consideração inigualáveis, e que, tal como foi proferido por Xanana Gusmão: “nós, timorenses, estamos profundamente agradecidos à Guarda Nacional Republicana pelo trabalho que aqui desenvolveu. E foi precisamente isso que me fez vir aqui hoje, na última cerimónia pública do Subagrupamento Bravo, para testemunhar o apreço de todo um Povo por tudo quanto fizeram por nós”.

Foram palavras sinceras e sentidas, que encheram o coração de todos os que serviram e servem em Timor-Leste, envergando o uniforme da GNR.

Mas esta cerimónia não representou o fim da missão da Guarda em Timor-Leste. Como Xanana Gusmão referiu, no mesmo ato, as Autoridades Timorenses fazem questão que os militares da GNR “continuem a partilhar com os seus camaradas timorenses o saber e experiência adquiridos ao longo de uma vida profissional dedicada à causa pública”

A missão da Guarda em Timor vai continuar, agora no plano bilateral, centrada na capacitação e valorização dos recursos humanos da PNTL.

TIMOR-LESTE, DÍLI, 6 DE NOVEMBRO DE 2012.



Comandante Operacional visita 13.º Contingente



O 13.º Contingente do Subagrupamento Bravo teve a honra de receber em Timor-Leste o Exmo. Comandante Operacional da GNR, numa visita ao Teatro de Operações (TO) mais distante onde a Guarda desempenha a sua missão.

O Tenente-General Mourato Caldeira chegou a Timor-Leste no dia 27 de outubro de 2012, onde foi recebido pelos Oficiais da GNR que desempenharam funções neste jovem país, quer sob a égide da ONU, quer no âmbito do acordo bilateral de cooperação técnico-policial firmado entre os dois países.

Numa visita de 6 dias a Timor-Leste, o Exmo. Cmdt Operacional da GNR teve oportunidade de recolher o *feedback* do desempenho de 6 anos desta missão executada pelos militares da Guarda naquele país, permitindo-lhe constatar parte do enorme apreço e respeito que o povo timorense nutre pela nossa instituição, bem como a elevada consideração das entidades internacionais pelo trabalho desenvolvido.

Durante a sua visita, o Exmo. Comandante Operacional da GNR encontrou-se com altas entidades presentes no TO, nomeadamente com o Comandante da Polícia Nacional de Timor-Leste – Comissário Longuinhas Monteiro; o Representante Especial do Secretário Geral da ONU – Mr. Finn Reske Nielsen; o Embaixador



português - Luís Barreira de Sousa; o Secretário de Estado da Segurança timorense – Francisco Guterres; ou a Procuradora Geral da República – Dra. Ana Pessoa.

O Tenente-General Mourato Caldeira conheceu alguns locais marcantes do território como o Forte de Maubara, o Cristo-Rei, o Mercado dos Tais ou o Museu da Resistência, tendo igualmente visitado aquele que havia sido o antigo Quartel da GNR durante a primeira missão em Timor (UNTAET) e o Centro de Formação da Polícia Nacional de Timor-Leste.

No dia 29 de outubro, aquando da primeira visita ao atual quartel da GNR situado em Caicoli, o Comandante Operacional da GNR foi recebido por uma Guarda de Honra efetuada pelos militares do 13.^o Contingente do Subagrupamento Bravo, cerimónia durante a qual procedeu à imposição de condecorações portuguesas. Durante esta visita teve oportunidade de receber um *briefing* sobre a missão daquela *Formed Police Unit* portuguesa e conviver com os militares da GNR, que ali prestam serviço.

Estando previsto o *terminus* da missão do Subagrupamento Bravo em novembro de 2012, encontrava-se agendada para o dia 30 de outubro a Cerimónia de imposição das medalhas da

Solidariedade de Timor-Leste e comemorativa da UNMIT. Tal efeméride foi presidida pelo Primeiro Ministro de Timor-Leste, Xanana Gusmão e contou com a presença das mais altas entidades timorenses, bem como de representantes das Nações Unidas. Perante tais individualidades, o Comandante Operacional da GNR teve oportunidade de proferir uma alocução, bem como o ensejo de ouvir o Primeiro Ministro timorense enfatizando a “*absoluta excelência*” do trabalho realizado pela GNR naquele país, entre outros rasgados elogios à atividade da Guarda.

Na véspera do seu regresso a Portugal, o Tenente General Mourato Caldeira assistiu ainda a um dos distintos gestos de agradecimento do Povo timorense à GNR, materializado através da realização de um Concerto Musical intitulado “Uma Noite no Palco da Despedida”, o qual foi organizado por uma associação cultural timorense que, de livre iniciativa, decidiu prestar uma homenagem aos militares da Guarda. O Comandante Operacional da GNR, Tenente-General Mourato Caldeira, aproveitou para dirigir algumas palavras aos militares, agradecendo-lhes o empenho e desejando-lhes um bom regresso com o sentimento pleno de dever cumprido.

Último Arriar da Bandeira Portuguesa em Timor-Leste



No dia 20 de novembro, antes do regresso dos militares do Subagrupamento Bravo a Portugal, foi pela última vez arriada a Bandeira Portuguesa no Quartel de Caicoli, em Díli.

Volvidos mais de 6 anos desde que Timor-Leste enviou o pedido de ajuda ao Governo Português, solicitando expressamente o envio da GNR para restabelecer a ordem e estabilidade naquela jovem nação, a missão do Subagrupamento Bravo chegou ao fim. Depois de ter sido uma das forças mais importantes para a pacificação de Timor-Leste entre fevereiro de 2000 e junho de 2002, constituindo a Rapid Response Unit Portuguesa da UNTAET (anterior

missão da ONU em Timor-Leste), a GNR projetou no dia 4 de junho de 2006 o Subagrupamento Bravo, em resposta ao pedido de ajuda do Governo de Timor-Leste. Este contingente acabou por ser integrado na UNMIT (atual missão da ONU em Timor-Leste) enquanto Formed Police Unit Portuguesa, a qual foi responsável pelas missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública; formação e treino da Polícia Nacional de Timor-Leste; segurança a altas entidades; policiamento genérico; segurança física; proteção de instalações e pontos sensíveis; escoltas a pessoas e bens; buscas preventivas em eventos e inativação de engenhos explosivos; operações especiais; e operações de busca e salvamento.

A rápida e eficaz resolução dos incidentes, logo no seu foco, com uma atuação que oscilou entre a firmeza implacável na repressão dos conflitos e o apoio reconfortante a uma população carente e martirizada, traduzido por inúmeros atos de genuína solidariedade, constituíram os pilares do sucesso e da afirmação da Força da Guarda em Timor-Leste, conquistando uma estima e prestígio verdadeiramente extraordinários no seio da população maubere.

Das inúmeras missões que a GNR desempenhou em Timor, importa destacar momentos que mudaram o rumo



da história daquele país, como aquele que levou à detenção do líder dos peticionários, Major Reinado em 2006; a segurança aos processos eleitorais de 9 de abril e 9 de maio ou a de 30 de junho de 2007 (Presidenciais e Parlamentares, respetivamente); a intervenção que permitiu salvar a vida ao então Presidente da República, Dr. Ramos-Horta, aquando da sua tentativa de assassinato em 11 de fevereiro de 2008; ou ainda o apoio prestado à PNTL no imediato controlo dos distúrbios que assolaram o território, após as eleições parlamentares de 2012. No âmbito da formação da PNTL, foram ministrados cursos para todas as especialidades da Unidade Especial de Polícia, nomeadamente para o Batalhão de Ordem Pública, Companhia de Operações Especiais, Companhia de Segurança Pessoal, e para a Equipa de Inativação de Engenheiros Explosivos. Também o Curso de Admissão de Agentes foi totalmente reestruturado pelos militares da GNR, que permanecerão responsáveis por continuar a formar a polícia timorense, brevemente também ao nível do Curso de Formação de Oficiais.

O apoio à população foi sempre umas das preocupações mais prementes. O Subagrupamento Bravo distribuiu centenas de milhares de livros, roupas, brinquedos e alimentos um pouco por todo o território de Timor-Leste. O dinamismo do Sub-agrupamento Bravo chegou ainda à organização de eventos de solidariedade, com o objetivo de angariar géneros e/ou recursos económicos, que permitissem apoiar a continuidade de meritórios projetos de apoio comunitário, desenvolvidos por ONG's, institutos públicos de solidariedade, casas de acolhimento e apoio a vítimas, ou ainda orfanatos.

Depois de 13 contingentes projetados, cuja imagem e prestígio têm sido sobejamente realçados, levando bem alto o nome de Portugal naquele território, o ato de arriar a Bandeira Nacional representa o final da missão e o regresso a Portugal, com o sentimento de dever cumprido...

O 13.^o Contingente regressará a Portugal em dois voos, cujas chegadas a Lisboa estão previstas para as 11H35 do dia 21 de novembro e para as 09H45 do dia 24 de novembro.

Condecoração do Estandarte Nacional da Unidade de Intervenção



Realizou-se em 051430DEC12, na Escola da Guarda, a cerimónia de condecoração, com a medalha de serviços distintos de segurança pública, grau ouro, do Estandarte Nacional da Unidade de Intervenção, evento a que presidiu Sua Ex.^a o Ministro da Administração Interna a que se associaram, entre várias entidades civis e militares, outros membros do Governo, com destaque para Sua Ex.^a o Ministro da Saúde.

Corolário do esforço desenvolvido pela Guarda Nacional Republica em prol da consolidação da democracia em Timor-Leste, e do contributo da Unidade de Intervenção para que tal

desiderato se concretizasse num quadro onde relevam a segurança e tranquilidade públicas e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias do povo timorense, a distinção de que o seu Estandarte Nacional foi alvo é o justo reconhecimento da forma como, entre 2000 e 2002 e entre 2006 e 2012, a Unidade soube caucionar a confiança depositada pelo Estado Português para seleccionar, preparar, sustentar e assegurar a rotação de um total de dezassete contingentes que, no longínquo Timor-Leste, souberam fazer jus à inigualável apetência do povo português para estabelecer laços de fraternidade e de cooperação, em



absoluta subordinação à cultura, valores, tradições e identidade locais.

A par do 13.^o Contingente do Subagrupamento BRAVO, a quem coube a honra de encerrar uma participação exemplar da Guarda Nacional Republicana, e que perdurará para sempre na memória dos timorenses, reuniu-se nas Forças em Parada um conjunto muito significativo de efetivos de todas as valências da Unidade de Intervenção, numa inequívoca demonstração de coesão e de capacidades que se reconhecem únicas, e que souberem emprestar à cerimónia de imposição de tão honrosa condecoração, um brilho e uma dignidade que a todos orgulhou.

As condecorações individuais integradas na cerimónia privilegiaram os comandantes dos primeiros contingentes que em 2000 e 2006 deram corpo a um desígnio que o tempo confirmaria ser acertado, sendo ainda justamente contemplados os primeiros três elementos das equipas médicas do Instituto Nacional de Emergência Médica que acompanharam os sucessivos contingentes e cujo contributo ficará para sempre gravado na lembrança dos que contaram com a sua inestimável prestação de serviços clínicos e de enfermagem.

Tributo de diferente natureza, mas indissociável da determinação das mais diferentes entidades que desde o início se associaram à causa timorense, foi a lembrança entregue pelo Exmo. Tenente-General Comandante-Geral da GNR ao Dr. Rui Marques, obreiro da iniciativa materializada pelo navio “Lusitânia Expresso”, que em 1992 empreendeu a longa viagem até ao Mar de Timor e cujo epílogo muito contribuiu para que as aspirações do povo timorense não caíssem no esquecimento das agendas políticas internacionais.

Nos discursos de Sua Ex.^a o Ministro da Administração Interna e do Exmo. Tenente-General Comandante-Geral, avultou a unanimidade no reconhecimento da excelência do desempenho dos militares da Guarda, da solidariedade e do compromisso de Portugal para com o Estado Timorense e da especial capacitação da Unidade de Intervenção para participar nos compromissos internacionais a que o Estado se associa e onde a projeção de forças constituídas, com os níveis de preparação, equipamento e organização patenteados por aquelas a que a Guarda Nacional Republicana tem dado forma e conteúdo, constitui a melhor garantia de sucesso.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL FIEP



Teve lugar, na Escola da Guarda, nos dias 29 e 30 de Janeiro, o Seminário Internacional da Associação FIEP, evento que marcou o *terminus* da Presidência Portuguesa.

O tema genérico escolhido para o Seminário Internacional foi a “Política de Formação nas Forças de *Gendarmerie*”, sendo que os trabalhos incluíram a realização de dois *workshop*’s centrados nos temas “Formação inicial e cursos de promoção para Oficiais, Sargentos e Guardas no seio das Forças de *Gendarmerie* – modelo actual e perspectiva futura” e “Formação ministrada a Unidades a projectar para missões/operações de gestão de crise” e, no final, uma sessão plenária para apresentação de conclusões.

Durante dois dias, Oficiais dos Países Membros da Associação FIEP trabalharam em conjunto e tiveram a oportunidade de trocar ideias, partilhar conhecimento e experiências, deixando contributos para o lançamento de novos projectos e perspectivas futuras.

No primeiro dia, após a cerimónia oficial de abertura, tiveram lugar os dois *workshops*, que decorreram em simultâneo e autonomamente, em exclusividade para os dois grupos de trabalho constituídos entre os Oficiais dos vários Países, que representaram as respectivas Forças. O segundo e

último dia, foi reservado para a sessão plenária de apresentação de conclusões e para a cerimónia de encerramento, tendo sido aberto à assistência por parte de diversas Entidades, nacionais e estrangeiras, assim como aos militares da Guarda.

No primeiro *workshop* referido, foram analisados os diferentes sistemas de formação das Forças FIEP e apresentadas propostas concretas, tendo em vista o seu melhoramento e uma possível contribuição para a criação de um modelo comum no seio das Forças de tipo *gendarmerie*.

Relativamente ao segundo *workshop*, foram identificados e estudados os conteúdos comuns aos vários sistemas de formação, no contexto específico das Unidades a projectar para missões/operações de gestão de crise, tendo sido salientada a importância de adequar o treino ao cenário, ao tipo de missão e aos diferentes actores envolvidos, promovendo a aproximação dos sistemas de formação nacionais, visando a sua convergência para um sistema de formação *standard* de referência, com o propósito de melhorar a interoperabilidade entre as Forças e, consequentemente, alcançar resultados mais eficientes.

A cerimónia de encerramento foi presidida por Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro



da Administração Interna, Dr. Juvenal Silva Peneda, que acompanhou o Excelentíssimo Comandante-Geral, Tenente-General Luís Newton Parreira, na entrega dos Certificados aos participantes no Seminário Internacional FIEP.



O excelente trabalho conjunto, que permitiu reunir conclusões bastante relevantes, foi altamente elogiado, assim como foi evidenciada a importância de manter e reforçar este tipo de iniciativas no seio dos Países que integram a Associação FIEP.

Um pouco mais sobre a ...

ASSOCIAÇÃO

A Associação FIEP integra Forças de tipo *Gendarmerie* e Polícias Europeias e Mediterrânicas com estatuto militar, tendo sido criada em 12 de Maio de 1994, pela *Gendarmerie Nationale* Francesa, pela *Arma dei Carabinieri* Italiana e pela *Guardia Civil* Espanhola.

Muito embora a Guarda Nacional Republicana apenas tenha integrado a referida Associação no ano de 1996, Portugal é considerado como um dos Países fundadores, como se pode verificar no próprio nome, que consiste num acrónimo composto pelas iniciais dos quatro Países (França, Itália, Espanha e Portugal – FIEP).

Posteriormente, aderiram as Forças da Turquia, Holanda, Marrocos, Roménia, Jordânia, Chile, Argentina e Qatar - os *Carabineros* do Chile e a *Gendarmería* Nacional da Argentina gozam do estatuto de Membros Associados, enquanto a Força de Segurança Interna do Qatar (*Lakhwiya*) possui actualmente o estatuto de Observador, prevendo-se que venha a ser-lhe atribuído, no



FIEP

corrente ano, o estatuto de Membro Associado.

A Presidência da Associação FIEP é assegurada pelos vários Países Membros, em regime de rotatividade anual. Neste contexto, durante o ano de 2012, coube à Guarda Nacional Republicana assegurar a Presidência Portuguesa.

O principal objectivo da Associação FIEP é promover a cooperação e a troca de conhecimentos, boas práticas e experiências entre as Forças de Segurança de natureza militar dos Países que a integram. Anualmente, é promovida a troca de alunos entre as Escolas e Academias das várias Forças e são organizadas diversas reuniões de trabalho, um Seminário Internacional e uma reunião formal que reúne os Comandantes e Directores das Forças que integram a Associação FIEP, num evento que se reveste de maior importância e onde são tomadas as decisões de alto nível e definidas as linhas directrizes para o ano que se segue.

H. I. I. D. E.

HANDHELD INTERAGENCY IDENTITY DETECTION EQUIPMENT



LUÍS ALMEIDA
SAJ



JOAQUIM CAMPOS
1.º SAR.

“Your systems and databases and the dedicated people who run them are helping to eliminate the ability of insurgents and criminals to remain anonymous, hidden amongst an otherwise law-abiding, peace-desiring population.”

*Gen David Petraeus
Commander, US Forces Afghanistan*

Breve história da biometria

Antes da existência da tecnologia biométrica automatizada, possível com o advento da informática, vários outros métodos não automatizados de biometria foram usados em períodos tão remotos quanto há 6.000 anos atrás.

O uso da impressão digital para assinar documentos foi prática entre os antigos Assírios, Babilônios, Japoneses e Chineses. No Leste da Ásia, artesãos de cerâmica usavam a impressão digital como marca pessoal para os seus produtos. Negociantes do Vale do Nilo, no Egito antigo, eram identificados pela altura, cor dos olhos e complexão. Essa informação ajudava a identificar negociantes com os quais os mercadores já tinham feito negócios com sucesso no passado. O explorador João de Barros relatou que os merca-

dores chineses estampavam as mãos e os pés de crianças com papel e tinta para distinguir uma criança da outra.

O primeiro estudo moderno sobre a biometria foi feito por Johannes Evangelista Purkinje, um professor de anatomia da Universidade de Breslau, que propôs um sistema de classificação de impressões digitais. O uso moderno da biometria iniciou-se em 1858, quando Sir William Herschel passou a colectar impressões digitais nas costas dos contractos.

Em 1880, Dr. Henry Faulds propôs que os detalhes das papilas são únicos e que portanto as impressões digitais poderiam ser classificadas e usadas na solução de crimes. Na mesma época, o francês Alphonse Bertillon, tentando resolver o problema dos criminosos reincidentes que sempre

forneciam nomes diferentes, imaginou um novo método de identificação baseado em medidas físicas do corpo humano. Bertillon acreditava que as medidas do corpo não mudavam com o tempo. No entanto, a *bertillonage* era complexa e cara. O pessoal treinado media o comprimento e altura da cabeça, altura, largura, largura dos braços e dedos estendidos, etc. Em 1883, Bertillon começou a criar a sua base de dados de criminosos e no mesmo ano teve reconhecimento público ao identificar um impostor.

No final do século XIX, Sir Francis Galton apresentou uma nova classificação para as impressões digitais usando os 10 dedos. Galton calculou no seu estudo que a chance de dois indivíduos possuírem a mesma impressão digital era de 1 em 64 bilhões. Galton determinou por quais características as impressões digitais poderiam ser reconhecidas (minúcias), que é basicamente o método em uso hoje. Em 1901, Sir Edward Richard Henry, como comissário assistente da polícia metropolitana, estabeleceu a primeira base de dados de impressões digitais da Inglaterra. O sistema de classificação Henry é usado hoje em todos os países de língua inglesa. Em 1946, O FBI já tinha 100 milhões de fichas de impressões digitais em arquivo.

Biometria Automatizada

Os primeiros sistemas automatizados apareceram na década de 70. Em 1972, o Identimat, um dispositivo que media o dedo das pessoas, foi instalado numa firma de Wall Street com o propósito de controlo de ponto. Em 1974 a Universidade da Georgia começou a usar a geometria da mão nas suas cantinas. A década de 70 ainda foi marcada pelo interesse governamental pelas tecnologias de reconhecimento e pelo surgimento do AFIS (sistema automatizado de identificação de impressões digitais). A década de 80 viu surgir os sistemas de reconhecimento facial, de retina e de íris, além do reconhecimento de assinatura.

Nas décadas de 90 e 2000, vimos a explosão de fornecedores e de aplicações, o aperfeiçoamento dos algoritmos de reconhecimento, o surgimento de padrões, o amadurecimento da indústria e crescente interesse do público, das corporações e dos governos.

O Pioneirismo do FBI

O FBI tem usado diversas formas de identificação biométrica desde o começo - de fotos a impressões digitais (o FBI assumiu o controlo da base de impressões digitais americana em 1924) ao trabalho pioneiro com impressões latentes.

Em 1960 o FBI começou o processo de automação e digitalização dos dados biométricos das suas bases. À medida que a tecnologia evoluiu nos anos 80 e 90, o FBI revitalizou o seu processo de impressões digitais, em parceria com as polícias, ao desenvolver o IAFIS (Sistema de identificação de impressões digitais automatizado e integrado), que reduziu o tempo de resposta de pesquisas de meses para minutos. Agora o FBI começou o desenvolvimento do Sistema de Identificação de Próxima Geração, uma evolução lógica do IAFIS que irá incluir formas adicionais de identificação biométrica como face, *tattoos*, e impressões palmares. O FBI começou com análise de ADN nos seus laboratórios no final dos anos 80 e patrocinou o CODIS (sistema de indexação combinada de ADN), que começou a operar na década de 90. O CODIS, que revolucionou o uso da "impressão digital genética" para estabelecer culpa ou inocência em investigações criminais, armazena perfis de ADN numa série de bases de dados locais, estaduais e nacionais, todas ligadas via computadores para o uso em laboratórios policiais de qualquer parte dos EUA.

O que é a biometria

Biometria [*bio* (vida) + *metria* (medida)] é o estudo estatístico das características físicas ou comportamentais dos seres vivos. Recentemente este termo também foi associado à medida de características físicas ou comportamentais das pessoas como forma de identificá-las unicamente. Hoje a biometria é usada na identificação criminal, controle de acesso, etc. Os sistemas chamados biométricos podem basear o seu funcionamento em características de diversas partes do corpo humano, por exemplo: os olhos, a palma da mão, as digitais do dedo, a retina ou íris dos olhos. A premissa em que se fundamentam é a de que cada indivíduo é único e possui características físicas e de comportamento (a voz, a maneira de andar, etc.) distintas.

O HIIDE

Este sistema de biometria baseia-se em três níveis:

- BAT-Client (Biometric Automated Toolset – Cliente)
- BAT-Server (Biometric Automated Toolset – Servidor)
- HIIDE



Fig. 1 HIIDE

O BAT-Client vai recolher e armazenar informações biométricas que incluem impressões digitais, imagens da íris e imagens faciais, e é capaz de fazer comparações imediatas de registos biométricos, recém-introduzidos, com os registos biométricos armazenados.

O HIIDE é um dispositivo portátil de recolha e armazenamento de dados biométricos e é capaz de fazer correspondências imediatas com os dados

armazenados na sua memória. O HIIDE permite fazer a transferência dos dados para o BAT-Client e em simultâneo ser actualizado.

Todos os dados introduzidos no BAT-Client são enviados automaticamente para os diversos BAT-Servers, instalados nas instituições policiais, judiciais, serviços prisionais e identificação civil, que no seu conjunto podem obter informações biométricas dos cidadãos para posterior análise.

Como se procede à captura dos dados biométricos no HIIDE

O primeiro dado biométrico a ser recolhido pelo HIIDE é a imagem facial do cidadão.

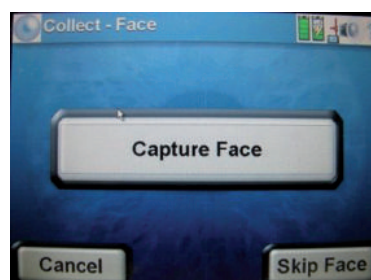


Fig. 2 - Ecrã de captura da imagem da face

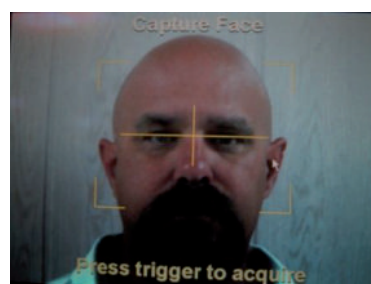


Fig. 3 - Imagem da face no monitor do HIIDE.

As linhas de enquadramento deverão estar horizontalmente no alinhamento dos olhos e verticalmente no centro do nariz, como exemplificado na Fig. 3 (Linhas cruzadas a amarelo). De salientar que todo este processo é feito com *auto focus*.

Depois de se ter capturado a imagem facial, passamos à captura da imagem da íris.

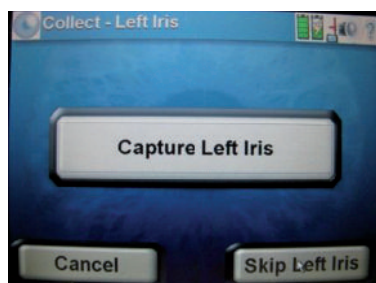


Fig. 4 - Ecrã de captura da imagem da íris.



Fig. 5 Imagem da íris no monitor do HIIDE.

As linhas de enquadramento deverão estar no centro do olho (íris) e para ajudar a focagem o sistema disponibiliza duas barras laterais indicadoras da distância e do foco fino. A barra do lado esquerdo é a que determina se a distância é adequada, a da direita indica se foco está bem conseguido. Só quando essas duas barras, que inicialmente se encontram vermelhas, passarem a verde se pode, então, capturar a imagem da íris. (Fig. 6 e 7)



Fig. 6 – Barras laterais indicadoras - vermelho.

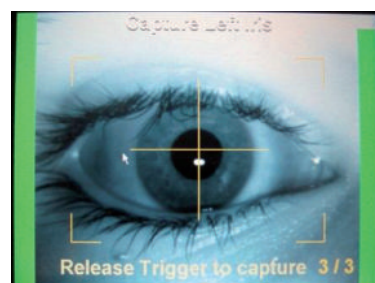


Fig. 7 – Barras laterais indicadoras - verdes.

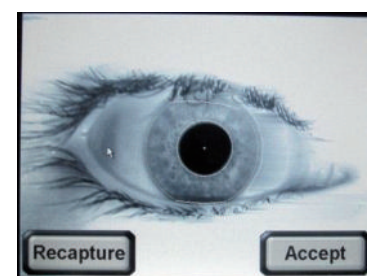


Fig. 8 – Imagem da íris no HIIDE.

Quando as barras laterais se encontram verdes dever-se-á libertar o botão de disparo e o HIIDE captura de imediato três fotogramas da imagem da íris. Após a captura dos fotogramas aparece no monitor a imagem da íris (Fig. 8).

Todo este procedimento se repete para a íris do olho direito.

Passamos agora à captura das impressões digitais (Fig. 9).



Fig. 9 – Scanner das impressões digitais no HIIDE.

Nesta fase são recolhidas as dez impressões digitais, começando pela mão esquerda e com a seguinte sequência, polegar, indicador, médio, anelar e mínimo.

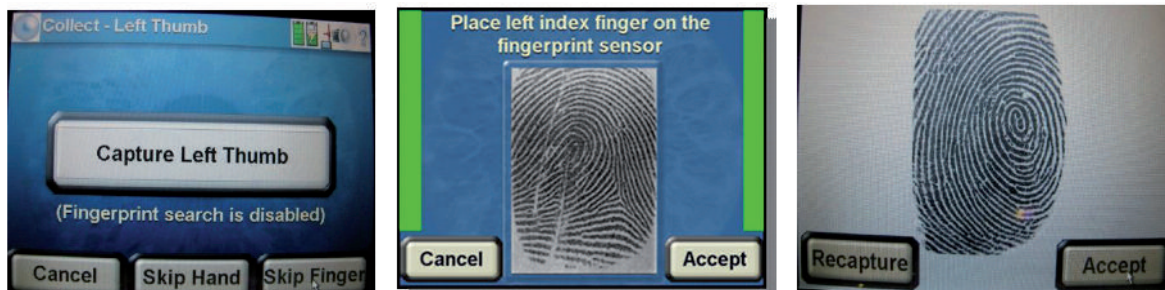


Fig. 10 – Sequência da captura das impressões digitais no HIIDE.



Fig. 11 – Sequência da introdução dos dados biográficos no HIIDE.

O sistema só captura as impressões digitais quando as barras laterais passam de vermelho a verde. Ao se capturar a impressão do polegar esquerdo procede-se da mesma forma, passo a passo, para os outros dedos das mãos. Agora que já se procedeu à recolha dos dados biométricos, passa-se à recolha dos dados biográficos do cidadão, no HIIDE.

Os dados biográficos no HIIDE é um conjunto de cinco ecrãs, constituídos por 14 campos de inserção de dados que passam pelo nome, apelido, nome completo, data de nascimento, local de nascimento, razão pela qual é introduzido no HIIDE, tipo de documento de identificação, número de identificação (BI, CC, etc), sexo, altura, peso, raça,

cor do cabelo, cor dos olhos, país de origem, residência, etc.

Após a introdução dos dados biográficos, e após se ter validado a informação, surge um novo ecrã que nos permite verificar quais os dados que foram introduzidos e se o foram correctamente (Fig. 12).

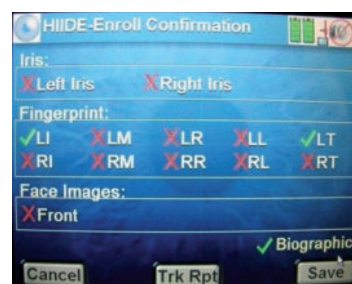


Fig. 12 – Ecrã de confirmação dos dados no HIIDE.

Nesta fase não se poderá voltar atrás e repetir o que não foi correctamente introduzido. Ao cancelar perder-se-á todos os dados introduzidos.

Por último o HIIDE permite a introdução da identificação do militar/agente responsável pela introdução dos dados biométricos e biográficos (Fig. 13).

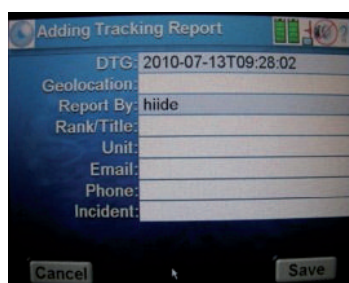


Fig. 13 – Ecrã de identificação do militar/agente.

Após todas essas fases decorridas deverá ser o HIIDE acoplado a um BAT-Client para transferência dos dados introduzidos que, por sua vez, procederá à transferência para os diversos BAT-Servers instalados nas diversas organizações/instituições.

Em termos de conclusão

Ora, se parece óbvio que a tecnologia constitui uma excelente arma no combate à criminalidade, mais óbvio ainda é o facto de também os ditos criminosos recorrem à tecnologia.

É esta a nova realidade criminal – o denominado *high-tech* crime, um crime transfronteiriço, capaz de provocar enormes prejuízos e cujas provas são normalmente intangíveis e efémeras; e uma nova realidade, sofisticada e complexa, a exigir uma resposta cabal das autoridades policiais.

A biometria é uma das mais recentes armas de combate e intercepção ao crime. Esta é uma área da biologia que se encarrega pela medição e identificação das características e comportamentos dos indivíduos. No âmbito da segurança da informação, esta ciência assegura a identidade de qualquer indivíduo que tente aceder a áreas restritas ou sistemas que necessitem de identificação, e não apenas autenticação.

A elaboração do Cartão de Cidadão e o Passaporte electrónico portugueses são, desde já, os percutores da utilização da biométrica na identificação dos cidadãos, constituindo uma base de dados importantíssima para utilização pelas autoridades policiais.

A Guarda Nacional Republicana, por via do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Justiça, terá de equacionar a utilização em massa das novas tecnologias em prol da segurança do cidadão português.

Fontes utilizadas:

- www.forumbiometria.com/fundamentos-de-biometria.html.
- Manual do curso de utilização do HIIDE, NTM-A.
- Wikipédia - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Biometria>.
- Nuno Pinto, Inspector da Polícia Judiciária em artigo de opinião publicado na revista e.Ciência, N.º 111, de 02NOV2006.

Inauguração da biblioteca e da sala de leitura do Arquivo Histórico da GNR

Pelos Capitão Tiago Lopes
e Cabo António Silva, da DHCG

A Guarda Nacional Republicana inaugurou a biblioteca e sala de leitura do Arquivo Histórico da Guarda, no dia 11 de janeiro de 2013, no quartel de Alcântara, na praça da Armada, em Lisboa. Trata-se de um marco importante na história das forças e serviços de segurança em Portugal, pois é a primeira vez que os acervos arquivísticos e bibliográficos de uma força ou serviço de segurança são abertos livremente aos cidadãos, embora acautelando as restrições previstas na lei.

Na cerimónia de inauguração foi homenageado e condecorado com a medalha privativa da GNR o Coronel Armando Carlos Alves, ilustre oficial da Guarda, na situação de reforma, que doou à biblioteca o fundo com o seu nome, constituído por mil e duzentas publicações, algumas raras ou únicas no país, de muito interesse para as missões da GNR, nomeadamente ao nível da segurança interna, da atividade policial, da estratégia e das informações, entre outras vertentes das ciências sociais.

O acervo da biblioteca da GNR é constituído por mais de dez mil publicações, existindo um significativo número, de mais de meio milhar de diferentes títulos de publicações periódicas. A título de curiosidade, a publicação mais antiga que consta do catálogo é um tratado ilustrado de cavalaria de Georg Simon Winters, impresso em Nuremberga no ano de 1687, e que tem a particularidade de se apresentar em quatro diferentes línguas: latim, alemão, italiano e francês. A maioria das obras foi reunida pela Biblioteca da GNR, ao longo da sua centenária existência, embora exista um número considerável de publicações oriundas da biblioteca da Guarda Municipal de Lisboa, antecessora da GNR e, mais recentemente, da extinta Guarda Fiscal.



Para além do acesso ao público do acervo bibliográfico serão ainda disponibilizados na sala de leitura do Arquivo Histórico da Guarda, os conteúdos desse arquivo. Entre esses conteúdos destacam-se os processos individuais dos militares da GNR e da extinta Guarda Fiscal, as ordens de serviço da Guarda e das suas unidades, bem como da extinta Guarda Fiscal, para além do arquivo fotográfico, iconográfico, cartográfico e da volumosa documentação relativa à GNR, às suas antecessoras, bem como à extinta Guarda Fiscal. Toda essa documentação e arquivo, desde 2005, encontra-se em processo de seleção, concentração, tratamento e arquivo no Arquivo Histórico da Guarda.

A biblioteca e sala de leitura do Arquivo Histórico da Guarda ocupam a parte voltada a sul do piso superior do quartel de Alcântara, cujas obras de remodelação para estas novas funções se operacionalizaram em abril de 2008, segundo projeto da arquiteta Susana Passos, da Direção de Infraestruturas, do CARL/GNR. Parte substancial do mobiliário da biblioteca foi projetado pela Divisão de História e Cultura da Guarda e construído por pessoal especializado da própria instituição, com destaque para a oficina de carpintaria de Alcântara, da Secretaria Geral da Guarda e para a secção de pintura da Unidade de Apoio Geral. O projeto contempla que a biblioteca e sala de leitura possam adaptar-se para funcionar como auditório, podendo albergar até cerca de setenta pessoas, acolhendo eventos tais como apresentação de obras literárias, conferências, congressos, seminários, palestras, reuniões de trabalho ou visionamento de filmes e documentários.

O espaço é amplo, funcional e moderno, dispendo, pois, de várias funcionalidades que permitirão acolher condignamente os militares da Guarda, investigadores e demais público, que pretenda usufruir deste novo serviço da Guarda.



Intervenção do Professor Doutor Adriano Moreira



Em primeiro lugar quero agradecer a honra do convite para falar na inauguração desta Biblioteca e Sala de leitura do Arquivo Histórico da GNR, começando por lembrar os serviços que a guarda prestou ao longo dos tempos, à segurança das populações, sobretudo as populações agrárias da minha infância, como que separadas do mundo e do resto do seu país pelas dificuldades e modéstia das comunicações, quer físicas, quer informativas, cortadas mesmo das juventudes que por ali nasciam e eram lançadas

às lonjuras do Império, pelo que, como disse o poeta, tantas noivas ficaram por casar, e tão salgado ficou o Mar pelas lágrimas de Portugal. Recordo as patrulhas que passavam esporadicamente pelas aldeias da minha terra da Serra de Bornes, espalhando o sentimento de segurança, a relação de proximidade, as amizades, e confiança, num meio pobre, de horizontes limitados, mas de gente confiante na autoridade que os agentes inspiravam. Tudo evoluiu, e não podem comparar-se hoje os meios e responsabilidades novas, que simultaneamente vai tornando a segurança mais complexa, sendo hoje extremamente problemática, mas exigente, a articulação entre defesa e segurança, e por isso entre as instituições que nasceram plurais por razões de circunstância social, política, económica, que organizavam as identidades que hoje convergem para uma articulação que responde ao globalismo imperativo

e desafiante, ainda com definição insegura, mas exigindo criatividade, revisão de perfis institucionais, revisão de funções, articulação de responsabilidades. Não é apenas no domínio da ciência, da investigação, do saber e do saber fazer, em que o envolvimento das áreas partiu para a interdisciplina, e agora busca a transdisciplina; são as formas e conceitos estratégicos de governo que sofrem a desatualização de conceitos e formas que tinham levado séculos a estabelecer, e agora são apenas um episódio do trajeto para o regionalismo, interestadual, como se passa com o projeto europeu, para as interdependências que atingem os conceitos de soberania, de fronteira geográfica sagrada, a desdobrar-se em apontamento administrativo complementado por uma fronteira económica diferente, por uma fronteira de segurança e defesa que não se confunde com as outras, a colocar na fronteira dos interesses os limites das funções de segurança e defesa interligadas. Tudo significa que a história não é um conjunto de acontecimentos, é antes um percurso de traçado variável e pouco previsível, em que o futuro só é conhecido quando já é passado. Por isso as instituições, sejam países, igrejas, universidades, corpos militares, de segurança ou civis, quando de facto são agentes participantes nessa aventura que é a evolução, sabem o valor das raízes, transformam a experiência em saber, as alterações em memória, as exigências em estímulos, e a busca de novos futuros em estratégia. É por isso que a guarda da memória - como os conventos fizeram depois da queda do Império romano em relação à civilização atacada pelas invasões dos bárbaros, ajudando a que hoje nos saibamos ocidentais, e também saibamos distinguir as crises da vida habitual, é um cuidado, é um serviço, um dever, que nenhuma instituição valiosa esqueceu ou descuidará. Daqui decorre a importância da cerimónia de hoje, porque a crise da vida habitual não pode ser mais angustiante para a sociedade atingida pela quebra dos padrões, e, como sempre, é com a segurança oferecida pelas raízes do passado vivido, que as instituições

se preparam para, salvaguardando a sua integridade, assumir a decisão de enfrentar a mudança. Desde sempre, na tradição mais positiva da nossa civilização ocidental, a escrita foi um instrumento indispensável para levar a cabo essa tarefa de dever para com o futuro, e a Biblioteca um instrumento não destronado, mas apenas complementado, pelos novos meios de comunicação, registo e acesso aos ávidos de informação e saber. É longa, rica, e indispensável, a teoria de homens prestantes que asseguram, e não apenas em cada um dos nossos povos ocidentais, essa memória, que nos permitem ler com apreço a referência às circunstâncias dos tempos de cada intervenção, e no que toca à Guarda é justo destacar, nesta cerimónia, e nesta inauguração, o papel relevante do Coronel da GNR Armando Carlos Alves, o ilustre autor e investigador de uma *sociologia da Polícia*, destacando assim um livro que tive o prazer de apresentar, e cujo lema foi por ele evidenciado nesta expressão - “descobrir caminhos”, uma atitude sábia de quem aprende, com a longa experiência, que, como enunciou Popper, nada está nunca acabado. Parece um rápido enunciado, mas a sua profundidade e importância não pode deixar de exigir a todos os que, pela obra do tempo, vão sucedendo nas responsabilidades, uma meditação profunda, uma lembrança presente, sobretudo na época e circunstância em que Portugal, a Europa, e o Ocidente se encontram. Não faltam, infelizmente, exemplos passados em que Portugal enfrentou tremendas dificuldades, algumas vezes perdendo a capacidade de se governar em liberdade: como com os Filipes, pagando a aliança inglesa, com Junot, com Beresford; os desafios foram penosos, as respostas foram de alto preço, o resultado foi sempre obtido. A situação atual de *protetorado* dentro da União Europeia cujos princípios fundadores estão em perigo, recorda esse passado, e chama ao dever cívico. O valor principal defendido pela Guarda, sobretudo desde a instauração da República em 1910, é o valor da confiança. Um valor de múltiplas facetas: confiança nas instituições internacionais a que pertencemos,

confiança nas lideranças que governam internamente, confiança da sociedade civil na sua nova vida habitual, confiança na cooperação construtiva destes setores e no seu empenhamento. A falta de ordem e cooperação entre estes setores, que tem evidência na fraca intervenção da ONU e no afastamento dos princípios que se verifica na Europa, cujo norte do mediterrâneo foi absorvido pela fronteira da pobreza, vai exigir uma redefinição da ordem internacional seguramente diferente da que está em crise, mas de definição ainda insegura: vai exigir uma redefinição do Estado, o que já parece evidente pelos regionalismos renascentes, pela dissolução dos Estados que ameaça alguns deles, pela sociedade civil a manifestar-se sem definição partidária e mais inquieta com a definição do futuro possível, tudo enfim vai exigir não apenas uma quarta dimensão à Universidade com a inclusão da rede militar e de segurança, para redefinição da forma de governo que não terá nada a ver com ter mais ou menos ministros, e mais ou menos Comissões de apoio, mas antes uma nova ética e um novo conceito estratégico. E nada disso se poderá fazer sem um profundo conhecimento das raízes que nos amparam, dos erros que não podem ser repetidos, das ilusões que não podem ser alimentadas, e dos valores que não podem ser perdidos. Por isso, seguramente, e também com igual insegurança quanto à forma final, a segurança repetição da intervenção corretora da sociedade civil, da comunidade dos portugueses vivos, para assegurarem um futuro também português às gerações futuras, apoiarem um enquadramento europeu que ajudarão a salvaguardar, um esforço participante no impedimento da queda dos ocidentais. Para cuidar do futuro é acertado cuidar das raízes, que os livros, os museus, a música, a pintura, as artes em geral, animam e salvaguardam. E para os quais o toque dos clarins alerta. Nesta data, só ouvidos moucos não ouvem. Os clarins estão a chamar.



O Edifício da Biblioteca e Arquivo Histórico da GNR

O edifício da biblioteca e arquivo histórico da GNR funciona desde 2005, no antigo quartel de Alcântara, num antigo quartel de cavalaria da Guarda Municipal de Lisboa, antecessora da GNR e que permaneceu como quartel de Cavalaria da GNR até 1922. A partir dessa data funcionou como moradias de familiares de militares da Guarda, serralharia, carpintaria e arrecadações da instituição.

No mesmo local, onde atualmente se localiza o quartel de Alcântara, existia uma edificação anterior ao terramoto de Lisboa de 1755, segundo uma planta topográfica, de 1745, no local então designado de Nossa Senhora das Necessidades.

Desde o início de oitocentos e até 1834, a segurança da cidade de Lisboa encontrava-se à responsabilidade da Guarda Real da Polícia de Lisboa e nos lugares de Alcântara e das Necessidades, no período de vigência dessa primeira Guarda antecessora da GNR, essa incumbência estava atribuída ao Posto

de Alcântara, através da 6.^a Companhia e ao Posto das Necessidades, através da 5.^a Companhia de S. João de “Deos”, sem no entanto se referirem à correta localização desses Postos.

Em 1834, no reinado de D. Maria II, a corte ao fixar a residência real no Palácio das Necessidades promoveu na Guarda Municipal de Lisboa, que sucedeu nesse ano à Guarda Real da Polícia de Lisboa, novas e acrescidas medidas de segurança adequadas à proteção da família real e das instalações do palácio. Esse encargo ficou à responsabilidade de duas companhias da Guarda Municipal de Lisboa: a de cavalaria, instalada na então designada “Praça d’Alcântara”, atual Praça da Armada e instalações da biblioteca e arquivo histórico da Guarda; a de infantaria, sedeadas no “Alto da Praça d’Armas”, em frente ao Palácio das necessidades e próximo do quartel de cavalaria.

Em 1856, o atual edifício do quartel de Alcântara surge nas plantas topográficas de Filipe Folque com a designação de “quartel de Cavalaria da Guarda Municipal”.



Foto anterior a 1958 disponível no Arquivo Municipal de Lisboa

Com a criação da GNR em 1911, o quartel de cavalaria de Alcântara passou a ser um esquadrão integrado no Grupo de Esquadrões de Lisboa. A reorganização da GNR de 10 de maio de 1919 definiu com pormenor a denominação e dependência do quartel de cavalaria de Alcântara, então designado de 2.º Esquadrão, que estava na dependência do 4.º Grupo de Esquadrões de cavalaria da Calçada da Ajuda. A reorganização da GNR de 21 de março de 1922 criou o Regimento de Cavalaria da GNR, com cinco esquadrões e o quartel de Alcântara deixou de constar como subunidade orgânica de cavalaria, passando a funcionar como moradias e arrecadação de material. Mais tarde foram aí instalados os serviços de serralharia (que deixaram de funcionar há cerca de uma década) e carpintaria (em fase de extinção).

A partir de 2005 o quartel de Alcântara foi atribuído à Divisão de História e Cultura da Guarda para aí ser implementado o Arquivo Histórico da Guarda. Em 24 de abril de 2008 foi aí formalmente inaugurado o Arquivo Histórico da Guarda. A estrutura do edifício apresenta uma altura considerável no rés-do-chão, que vai do solo à recentemente criada laje de betão, com pilares em forma de abóbada e espaço térreo amplo apropriado no passado para acomodar e trabalhar os cavalos e que aguarda o arranque das obras nesse piso inferior. O piso superior, que apresentava características de ter acolhido diversas moradias de famílias de militares da Guarda, foi remodelado, localizando-se aí a biblioteca e arquivo histórico da Guarda.



Os acervos arquivísticos e bibliográficos da GNR

O Arquivo Histórico da Guarda foi previsto em 2002 e formalizado através da lei orgânica da GNR de 2007, sendo implementado em 2008 no quartel de Alcântara.

O Arquivo História sucedeu ao Arquivo Geral que existiu no quartel do Carmo de Lisboa, a partir dos anos 80 do século XX e até 2005/2006. O Arquivo Geral localizava-se na ala norte do antigo claustro da parada de cavalaria e encontravam-se aí depositados os arquivos intermédios das estruturas orgânicas sedeadas no Comando-Geral da GNR. Para além do Arquivo Geral, no quartel do Carmo de Lisboa, existiram sempre arquivos em todos os escalões de comando da Guarda, ao longo do território nacional, até ao nível Posto. Nos arquivos existentes nas diversas unidades orgânicas da GNR, o brio e rigor na escrituração, guarda, arquivo e depósito da documentação de conservação permanente foram variáveis ao longo do tempo e dos diversos contextos históricos nacionais. Contudo, até à criação do Arquivo

Histórico da Guarda, a documentação da GNR e das suas antecessoras nunca foi objeto de criteriosa avaliação e seleção, tendo sido preservada documentação, sobretudo a escripturada em livro ou encadernada, em diversos locais tais como: na instituição, em coleções particulares, no Arquivo Geral do Exército, no Arquivo Histórico Militar, na Torre do Tombo e em diversos arquivos distritais e municipais.

A partir de 2007 a Guarda passou a cumprir os prazos estabelecidos na tabela de seleção constante no Regulamento de Conservação Arquivística da GNR, de 22 de abril de 2002, passando desde então a documentação de conservação permanente a ter como destino final o Arquivo Histórico da Guarda. Igualmente desde o ano de 2007 deixaram de ser remetidos para o Arquivo Geral do Exército, passando a ser depositados no Arquivo Histórico da GNR os processos individuais dos militares da instituição após o falecimento, passagem à reforma compulsiva ou separação do serviço da Guarda. Em 2011 após concordância do

Arquivo Geral do Exército foram daí retirados os processos individuais dos militares da GNR e concentrados no Arquivo Histórico da Guarda. Nessa data foram também concentrados no Arquivo Histórico da Guarda os processos individuais dos militares da extinta Guarda Fiscal.

A biblioteca da GNR apresenta maior longevidade e tradição na GNR. A sua origem remonta ao século XIX, mais precisamente à antiga biblioteca da Guarda Municipal de Lisboa, instalada no quartel do Carmo. Aí funcionou durante mais de um século, “assistindo” à passagem do regime monárquico para o republicano, à criação da própria GNR e ao fim do regime do Estado Novo, em 25 de Abril de 1974.

Em 2005 iniciou-se uma nova fase da biblioteca com a transferência de todo o acervo para o quartel de Alcântara, na sequência da criação do Arquivo Histórico, Biblioteca e Museu da instituição. Simultaneamente adotou-se o processo de registo e classificação a normas gerais e internacionalmente aceites, pelo que se começou uma nova catalogação de todas as publicações no formato “UNIMARC” - *Universal Machine Readable Cataloging*, usada na generalidade dos países, nomeadamente em toda a União Europeia, e que permite a importação e exportação de registos bibliográficos, entre os serviços das bibliotecas, através da rede da *internet*. Do mesmo modo, a classificação das obras, por assunto, passou a efetuar-se com base na “CDU” – *Classificação Decimal Universal*, tabela internacional (*UDC Consortium*) usada em inúmeros países e aconselhada pela Biblioteca Nacional de Portugal.

Indo ao encontro das exigências da atual “sociedade da informação”, em janeiro de 2013, o catálogo da Biblioteca passará a estar pesquisável *on-line* através da nova página eletrónica do Arquivo Histórico, inserido no portal da GNR. No mesmo sentido, foi adotada a aplicação informática PORBASE 5, lançada pela Biblioteca Nacional, para a gestão, organização e disponibilização, do nosso catálogo bibliográfico. Tal requisito permitirá, a

muito curto prazo, a integração da Biblioteca da Guarda na PORBASE- Base Nacional de Dados Bibliográficos - que é o catálogo coletivo em linha das bibliotecas portuguesas, constituindo a maior base de dados bibliográficos do país, na qual colaboram a Biblioteca Nacional de Portugal e cerca de 200 outras bibliotecas nacionais.

Complementando a disponibilização das obras bibliográficas e da documentação através do livre acesso às instalações da biblioteca e sala de leitura do Arquivo Histórico da Guarda, sito no quartel de Alcântara, serão igualmente os acervos da biblioteca, do arquivo histórico da GNR, bem como as atividades da Divisão de História e Cultura da Guarda e relativas à gestão do património cultural da GNR, disponibilizados eletronicamente aos cidadãos em geral através de portal alojado no sítio *web* da GNR.



Lançamento do Livro “A Política Externa de Portugal para a PESC - O Caso de Timor-Leste”

A Política Externa de Portugal para a PESC: O Caso de Timor-Leste, é uma obra da autoria do Capitão da GNR Reinaldo Saraiva Hermenegildo, editada pela Mare Liberum, tendo sido apresentada publicamente pelo Professor Catedrático Nuno Severiano Teixeira, a 1 de Março no Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração (ISCIA) (Aveiro) e a 5 de Março na Academia Militar (Lisboa). O livro teve o apoio/patrocínio do ISCIA, Sistema de Segurança Interna e do Centro de Investigação, Desenvolvimento da Academia Militar (CINAMIL). Na obra são abordadas as duas principais questões de política externa portuguesa da democracia – Europa e Timor-Leste, e como ambas se complementaram e permitiram a Portugal ganhar prestígio internacional.

O papel de Portugal na Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da União Europeia permitiu ao país desenvolver um trabalho e aproveitar o instrumento de acção externa e de segurança para destacar a questão de

Timor-Leste no plano internacional e, simultaneamente, ser uma referência na vertente externa e de segurança da União.

O autor aborda, ainda, o papel de Portugal na questão timorense, que veio a culminar na Independência do território em 2002. Esta representou um caso de sucesso da política externa portuguesa, da União Europeia, de Timor-Leste, da democracia e dos direitos humanos, e como Portugal através da PESC aumentou a sua visibilidade e prestígio internacional.

«O livro é prefaciado por um ilustre académico – o Professor Catedrático Nuno Severiano Teixeira, Pró-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e tem prólogo de José Ramos Horta, ex-Presidente da República Democrática de Timor-Leste e Prémio Nobel da Paz. Ainda nele podemos ler comentários efetuados por distintos especialistas no tema, contribuindo para o rótulo de qualidade que a obra, acreditamos, possui.» Armando Teixeira Carneiro (Diretor do ISCIA), em Apresentação.



«Esta obra destaca-se pelo seu carácter inovador e pela mais-valia que vem acrescentar ao ainda pouco acervo bibliográfico da história das relações entre Timor-Leste e Portugal.», José Ramos-Horta, em Prólogo.

A obra do Mestre Reinaldo Saraiva Hermenegildo resulta de uma meticulosa investigação, no quadro da qual se procura descrever e aferir o papel desempenhado por Portugal na resolução da questão timorense, sob os auspícios da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da União Europeia. Este propósito científico é, ele mesmo, indutor de uma caracterização e avaliação do posicionamento do nosso país relativamente ao processo de conceptualização e implementação da PESC, num quadro geral de (expressiva) evolução da política externa portuguesa pós-25 de Abril e pós-adesão à Comunidade Europeia. Nesta viagem analítica e interpretativa, o autor vai beber às teorias de integração europeia, explorando o conceito de europeização, ao passo que procura acompanhar e retratar a gradual consolidação da PESC durante a sua primeira década de existência.

Trata-se de um livro que interessará a estudiosos da União Europeia, mas sobretudo a todos aqueles que têm na política externa portuguesa uma área de ensino e investigação de eleição.

Laura C. Ferreira-Pereira
Professora do ISCSP-UTL

Uma excelente e pioneira análise à forma dinâmica como Portugal através da PESC, internacionalizou ainda mais a sua política externa, levando-a bem para além das fronteiras europeias, com inegáveis ganhos políticos, particularmente bem ilustrados pelo autor ao nível da visibilidade e destaques internacionais obtidos pelo país na resolução da questão timorense.

Alexandre Carriço,
Tenente-coronel de Infantaria,
Assessor de Estudos do IDN

ISBN 978-989-98067-0-2



9 789899 806702 >

REINALDO SARAIVA
HERMENEGILDO

A POLÍTICA EXTERNA DE PORTUGAL PARA A PESC - O caso de Timor-Leste

REINALDO SARAIVA HERMENEGILDO

A POLÍTICA EXTERNA DE PORTUGAL PARA A PESC



O caso de Timor-Leste

Prefácio de
Nuno Severiano Teixeira



XXXV Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato 2013



Em 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2013 foi organizado pela Escola da Guarda o XXXV Campeonato Nacional Militar de Corta-Mato 2013. Esta competição contou com a participação de atletas dos três Ramos das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

Os delegados das equipas participantes, assim como as respetivas delegações, chegaram à Unidade no dia 31 de janeiro para realizarem reconhecimento ao percurso, treinos livres e ainda, reunião técnica e cerimónia de abertura.

Em 1 de fevereiro, sexta-feira, pelas 9h15 deu-se início às primeiras provas do dia com a “partida” para o Corta-Mato feminino. Pelas 9h45 iniciou-se o Corta-Mato masculino dos IV e V escalões e finalmente, pelas 10h35 teve início o Corta-Mato masculino dos I, II e III escalões.

No final das provas houve um almoço convívio, findo o qual sucedeu a cerimónia de encerramento e entrega de prémios.



CLASSIFICAÇÕES

COMPETIÇÃO FEMININA (5044M)

Classificação Individual		
1.ª	Agente Patricia Serafim	PSP
2.ª	Guarda Mónica Vieira	GNR
3.ª	Guarda Cátia Galhardo	GNR

Classificação Coletiva		
1.ª Equipa	GNR	9 Pontos
2.ª Equipa	EXE	18 Pontos
3.ª Equipa	PSP	28 Pontos

COMPETIÇÃO MASCULINA (8450M)
I – ESCALÃO

Classificação Individual		
1.º	Furriel Luis Pinto	GNR
2.º	1.º Sarg. João Ferreira	FAP
3.º	Guarda Marco Pinto	GNR

Classificação Coletiva		
1.ª Equipa	GNR	8 Pontos
2.ª Equipa	EXE	21 Pontos
3.ª Equipa	FAP	23 Pontos

II – ESCALÃO

Classificação Individual		
1.º	Cabo José Ramos	GNR
2.º	Cabo Jorge Pinto	GNR
3.º	1.º Sarg. Custódio António	EXE

Classificação Coletiva		
1.ª Equipa	GNR	7 Pontos
2.ª Equipa	EXE	23 Pontos
3.ª Equipa	PSP	28 Pontos

III – ESCALÃO

Classificação Individual		
1.º	2.º Sarg. João Trindade	GNR
2.º	1.º Sarg. C. Luís Almeida	ARMADA
3.º	Cabo Jorge Correia	GNR

Classificação Coletiva		
1.ª Equipa	GNR	10 Pontos
2.ª Equipa	ARMADA	14 Pontos
3.ª Equipa	EXE	23 Pontos

IV – ESCALÃO

Classificação Individual		
1.º	Sarg-Chefe João Junqueira	GNR
2.º	TCoronel António Monteiro	GNR
3.º	TCoronel Luís Sequeira	GNR

Classificação Coletiva		
1.ª Equipa	GNR	6 Pontos
2.ª Equipa	EXE	22 Pontos
3.ª Equipa	ARMADA	26 Pontos

V – ESCALÃO

Classificação Individual		
1.º	Sarg-Ajud. MMA José Santos	FAP
2.º	TCoronel João Maia	FAP
3.º	1.º Sarg. E. João Marques	ARMADA

Classificação Coletiva		
1.ª Equipa	FAP	14 Pontos
2.ª Equipa	ARMADA	17 Pontos
3.ª Equipa	GNR	21 Pontos

CLASSIFICAÇÃO TROFÉU CEFDIM

SETOR MASCULINO

Esta classificação obtém-se pela soma da pontuação dos 4 Escalões melhor classificados, vencendo a equipa que obtenha a menor pontuação.

1.ª Equipa	GNR	31 Pontos
2.ª Equipa	EXE	89 Pontos
3.ª Equipa	ARMADA	91 Pontos

SETOR FEMININO

Como é uma prova disputada num único escalão a taça é atribuída à equipa vencedora.

1.ª Equipa	GNR	9 Pontos
2.ª Equipa	EXE	18 Pontos
3.ª Equipa	PSP	28 Pontos



REVISTA DA GUARDA

Guarda Nacional Republicana Comando-Geral

Despacho n.º 63/12-OG

Revista da Guarda

Considerando que o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que definiu a missão, as atribuições e as bases da organização interna da Guarda Nacional Republicana (GNR), determina que o funcionamento da Revista da Guarda é assegurado pela Secretaria-Geral da Guarda.

Considerando que o Decreto Regulamentar n.º 19/2008, de 27 de novembro, que determinou a estrutura nuclear do Comando da Guarda Nacional Republicana e definiu as competências das respectivas Unidades, refere que à Secretaria-Geral da Guarda compete garantir a publicação da Revista da Guarda, através do apoio em matéria administrativa-logística e de segurança.

Considerando ainda que compete à Revista da Guarda, no âmbito da alínea g) do artigo 4.º do mesmo Decreto Regulamentar, veicular formação, informação e cultura a todos os militares e promover a divulgação da imagem e identidade institucional da Guarda justifica-se, para efeitos editoriais, a articulação direta com o Comando da Guarda, sem prejuízo da dependência da Secretaria-Geral da Guarda.

Considerando que através do meu Despacho n.º 9634/2011, de 19 de julho, que procede a ajustamentos ao nível da estrutura orgânica flexível da Estrutura de Comando da Guarda, se definiu a Revista da Guarda como unidade orgânica flexível de nível divisão e do meu Despacho n.º 73/11-OG se definiu o seu quadro orgânico de referência.

Mostra-se assim necessário proceder a alguns ajustamentos na organização interna e funcionamento da Revista da Guarda.

Assim, determina-se o seguinte:

1. A Revista da Guarda dispõe de um diretor cuja atividade é exercida de livre vontade e não remunerada.
2. A Revista da Guarda articula-se em:
 - a. Chefe da Divisão Revista da Guarda;
 - b. Redação;
 - c. Serviços administrativos.

3. O diretor da Revista da Guarda é um Coronel na Reserva, fora da efetividade de serviço, nomeado por despacho do Comandante-Geral.

4. O diretor da Revista da Guarda funciona na dependência direta do Comandante-Geral.

5. Compete ao diretor da Revista da Guarda assegurar a articulação direta entre o Comando da Guarda e a Revista da Guarda, podendo difundir instruções sobre procedimentos técnicos e editoriais (controlo técnico), verificar se a sua execução se está a desenvolver de acordo com as instruções do Comando da Guarda (supervisão) e promover a convergência de esforços da estrutura geral da Guarda para o prosseguimento dos fins da revista (coordenação).

6. O chefe da Divisão Revista da Guarda depende hierarquicamente do Chefe da Secretaria-Geral da Guarda.

7. O chefe da Divisão Revista da Guarda é o chefe de redação.

8. Enquanto chefe de redação, e sem prejuízo da dependência hierárquica, atua sob a direção e na dependência funcional do diretor da Revista da Guarda.

9. A redação é composta pelos assistentes, que asseguram ainda as áreas do grafismo e paginação, fotografia e revisão ortográfica.

10. Os serviços administrativos asseguram as áreas do secretariado, publicidade e assinaturas.

Quartel em Lisboa, Carmo,
29 de outubro de 2012

O Comandante-Geral,
Luís Manuel dos Santos Newton Parreira, Tenente-General

Sinopse de legislação com interesse para a Guarda Nacional Republicana, publicada durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012

LEGISLAÇÃO NACIONAL

Lei n.º 55-A/2012, de 29-10-2012 - Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto do Selo e a Lei Geral Tributária.

Lei n.º 60/2012, de 09-11-2012 - Altera o Código de Processo Civil, modificando as regras relativas à ordem de realização da penhora e à determinação do valor de base da venda de imóveis em processo de execução.

Lei n.º 64/2012, de 20-12-2012 - Procede à segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30DEZ (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira, alterando ainda as Leis n.º 112/97, de 16SET, e 08/2012, de 21FEV, a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19FEV, e os Decretos-Leis n.º 229/95, de 11SET,

Lei n.º 65/2012, de 20-12-2012 - Altera o artigo 47º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14MAR.

Lei n.º 66/2012, de 31-12-2012 - Procede à sexta alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27FEV, à quarta alteração à Lei n.º 59/2008, de 11SET, à segunda alteração ao Dec-Lei n.º 209/2009, de 03SET, à terceira alteração ao Dec-Lei n.º 259/98, de 18AGO, e à décima alteração ao Dec-Lei n.º 100/99, de 31MAR, determinando a aplicação do regime dos feriados e do estatuto do Trabalhador-Estudante, previstos no Código do Trabalho, aos trabalhadores que exercem funções públicas, e revoga o Dec-Lei n.º 335/77, de 13AGO, e o Dec-Lei n.º 190/99, de 05JUN.

Lei n.º 66-A/2012, de 31-12-2012 - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

Lei n.º 66-B/2012, de 31-12-2012 - Aprova Orçamento do Estado para 2013.

Decreto-Lei n.º 216/2012, 09-10-2012 - Define o regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral.

Decreto-Lei n.º 218/2012, de 09-10-2012 - Transpõe a Diretiva n.º 2010/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20OUT, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada

e ou à partida dos portos dos Estados-Membros, revogando o Dec-Lei n.º 73/2004, de 25MAR.

Decreto-Lei n.º 235/2012, de 31-10-2012 - Procede à segunda alteração ao Dec-Lei n.º 248/95, de 21SET, que cria, na estrutura do Sistema da Autoridade Marítima, a Polícia Marítima, e à primeira alteração ao Dec-Lei n.º 44/2002, de 02MAR, que estabelece, no âmbito do Sistema da Autoridade Marítima, a estrutura, organização, funcionamento e competências da Autoridade Marítima Nacional.

Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31-10-2012 - Aprova a orgânica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.

Decreto-Lei n.º 239/2012, de 02-11-2012 - Procede à primeira alteração ao Dec-Lei n.º 166/2008, de 22AGO, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Decreto-Lei n.º 240/2012, de 06-11-2012 - Procede à terceira alteração ao Dec-Lei n.º 252/2000, de 16OUT, que aprova a Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Decreto-Lei n.º 243/2012, de 09-11-2012 - Procede à segunda alteração ao Dec-Lei n.º 92/2003, de 30ABR, transpondo a Diretiva n.º 2010/47/UE, da Comissão, de 05JUL, que adapta ao progresso técnico a Diretiva n.º 2000/30/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à inspeção técnica na estrada dos veículos comerciais que circulam no território dos Estados Membros.

Decreto-Lei n.º 260/2012, de 12-12-2012 - Procede à quinta alteração ao Dec-Lei n.º 276/2001, de 17OUT, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 04MAR, e do Dec-Lei n.º 92/2010, de 26JUL, que transpuseram para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2005/36/CE, do PE e do Conselho, de 07SET, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do PE e do Conselho, de 12DEZ, relativa aos serviços do mercado interno, à quarta alteração ao Dec-Lei n.º 142/2006, de 27JUL, à primeira alteração ao Dec-Lei n.º 255/2009, de 24SET, e à primeira

alteração ao Dec-Lei n.º 79/2011, de 20JUN.

Decreto-Lei n.º 263/2012, de 20-12-2012 - Transpõe a Diretiva n.º 2010/24/UE, do Conselho, de 16MAR2010, relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, definindo os termos de aplicação do regime de assistência mútua à cobrança a que fica sujeito o Estado Português.

Portaria 328/2012, de 19-10-2012 - Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos da exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Administração Interna e revoga a Portaria n.º 54/2012, de 05MAR.

Portaria 329/2012, de 22-10-2012 - Cria uma plataforma disponível na Internet, através de uma ligação segura (https) e mediante a atribuição de perfis de acesso por parte da entidade responsável pelo tratamento da base de dados para o acesso ao Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO).

Portaria 330/2012, de 22-10-2012 - Aprova o modelo de guia de transporte para efeitos de remoção e transporte do cadáver e o modelo de boletim de óbito, a disponibilizar eletronicamente através do Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO).

Portaria 331/2012, de 22-10-2012 - Define os termos de transmissão eletrónica de dados ao Ministério Público através de mecanismos automáticos de interoperabilidade das informações registadas no Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO).

Portaria 334/2012, de 23-10-2012 - Aprova os modelos de certificado de óbito e de certificado de óbito fetal e neonatal e os modelos de boletim de informação clínica e do formulário eletrónico para introdução dos dados resultantes de autópsia clínica, de autópsia médico-legal ou de perícia médico-legal a ela associada.

Portaria 338/2012, de 24-10-2012 - Determina que os exemplares de enguia-europeia provenientes de pisciculturas industriais de águas interiores podem ser transportados, detidos ou comercializados durante todo o ano.

Portaria 343/2012, de 26-10-2012 - Quarta alteração à Portaria n.º 314-B/2010, de

14JUN, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens.

Portaria 344/2012, de 26-10-2012 - Estabelece os termos e os procedimentos da reavaliação dos escalões de rendimentos e da composição do agregado familiar, sempre que se verifique alteração daqueles elementos, de que depende a determinação dos montantes do abono de família para crianças e jovens.

Portaria 353/2012, de 31-10-2012 - Aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Portaria 372/2012, de 16-11-2012 - Fixa os requisitos técnicos mínimos das câmaras fixas e portáteis de videovigilância.

Portaria 373/2012, de 16-11-2012 - Aprova o modelo de avisos e simbologia da utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.

Portaria 374/2012, de 16-11-2012 - Estabelece o regime de instalação dos sistemas de proteção florestal e deteção de incêndios florestais em terreno que seja propriedade privada e aprova o modelo de autorização do proprietário ou proprietários do terreno onde se pretenda proceder à referida instalação.

Portaria 379/2012, de 21-11-2012 - Define o regime para a produção e comércio dos vinhos e demais produtos vitivinícolas da indicação geográfica (IG) «Minho».

Portaria 412/2012, de 17-12-2012 - Quinta alteração à Portaria nº 1295/2007, de 01OUT, que aprova o novo modelo e as especificações técnicas da estampilha fiscal aplicável aos produtos de tabaco manufacturado destinado a ser introduzido no consumo no território nacional.

Portaria 418-A/2012, de 19-12-2012 - Aprova os emolumentos, as taxas e as propinas previstos no Regulamento das Contratações, aprovado pelo Dec-Lei nº 391/79, de 20SET, e revoga a Portaria nº 477-A/90, de 27JUN.

Portaria 419/2012, de 20-12-2012 - Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional.

Portaria 426/2012, de 28-12-2012 - Regulamenta o Dec-Lei nº 94/2012, de 20ABR, que revê o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos vinicos.

Portaria 426-A/2012, de 28-12-2012 - Aprova o modelo oficial de declaração para a comunicação dos elementos das faturas, por transmissão eletrónica de dados, prevista na alínea d) do nº 1 do artigo 3º do Dec-Lei nº 198/2012, de 24AGO.

Portaria 426-B/2012, de 28-12-2012 - Aprova os modelos das faturas-recibo

para efeitos do disposto no artigo 115º do Código do IRS.

Portaria 429/2012, de 31-12-2012 - Estabelece o Fator de Sustentabilidade a aplicar às pensões iniciadas em 2013.

Portaria 432-A/2012, de 31-12-2012 - Atualiza para 2013 as pensões mínimas da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações.

Acórdão STJ 9/2012, de 10-12-2012 - Notificado o arguido da audiência de julgamento por forma regular, e faltando injustificadamente à mesma, se o tribunal considerar que a sua presença não é necessária para a descoberta da verdade, nos termos do nº 1 do artigo 333º do CPP, deverá dar início ao julgamento, sem tomar quaisquer medidas para assegurar a presença do arguido, e poderá encerrar a audiência na primeira data designada, na ausência do arguido, a não ser que o seu defensor requeira que ele seja ouvido na segunda data marcada, nos termos do nº 3 do mesmo artigo.

Acórdão TC 326/2012, de 16-11-2012 - Não julga inconstitucional a norma da alínea b) do nº 1 do artigo 411º do Código de Processo Penal, na redação da Lei nº 48/2007, de 29AGO, interpretada no sentido de que «o prazo para a interposição de recurso, onde se impugne a decisão da matéria de facto cujas provas produzidas em sede

Acórdão TC 404/2012, de 08-10-2012 - Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma constante do artigo 34º, nº 1, da Lei Orgânica nº 1-B/2009, de 07JUL, na parte

Acórdão TC 439/2012, de 31-10-2012 - Julga inconstitucional a interpretação normativa do artigo 70º, nº 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, no sentido de que, existindo distribuição domiciliária na localidade de residência do notificado, é suficiente

Acórdão TC 442/2012, de 16-11-2012 - Não julga inconstitucional a interpretação normativa extraída da conjugação entre os artigos 400º, nº 3, do Código de Processo Penal, e 721º, nº 3, do Código de Processo Civil.

Acórdão TC 444/2012, de 16-11-2012 - Não julga inconstitucionais as normas dos artigos 40º, 43º, nº 2, e 398º, todos do Código de Processo Penal, quando interpretados no sentido de que o juiz que concordou com a sanção proposta pelo Ministério Público em processo sumário, a qual não foi aceite pelo arguido, não está impedido de intervir no julgamento subsequente desse mesmo arguido.

Acórdão TC 445/2012, de 16-11-2012 - Não julga inconstitucional a norma dos artigos 120º, nº 1, alínea b), e 121º, nº 1, alínea b), ambos do Código Penal, na interpretação segundo a qual a prescrição do procedimento criminal não se suspende nem interrompe com a

notificação da acusação particular se esta não for acompanhada pelo Ministério Público.

Aviso MJ 17334/2012, de 31-12-2012 - Define o regime de organização de turnos para assegurar o serviço urgente previsto no Código de Processo Penal, na Lei de Saúde Mental e na Lei Tutelar Educativa.

Dec Leg Reg 28/2012/M, de 25-10-2012 - Aprova normas para a proteção dos cidadãos e medidas para a redução da oferta de «drogas legais».

Dec Regul Reg 33/2012/M, de 08-11-2012 - Aprova a orgânica da Direção Regional e Conservação da Natureza.

Decisão 1093/2012/EU, de 23-11-2012 - Relativa ao Ano Europeu dos Cidadãos (2013).

Decisão 2012/748/PESC, de 05-12-2012 - Nomeia o Comandante da Força da EU para a Operação Militar da União Europeia na Bósnia-Herzegovina.

Decisão 2012/751/PESC, de 06-12-2012 - Relativa à nomeação do chefe da Missão da União Europeia para o Estado de direito no Kosovo, EULEX KOSOVO.

Decl Rect 1336/2012, de 19-10-2012 - Retifica o despacho de delegação de competências do Comandante-Geral nos Comandantes dos Comandos Territoriais do Continente.

Decl Rect 59-A/2012, de 12-10-2012 - Retificação à Lei nº 31/2012, de 14AGO, que «Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei nº 6/2006, de 27FEV».

Decl Rect 63/2012, de 09-11-2012 - Retifica o Dec-Lei nº 215/2012, de 28SET, do Ministério da Justiça, que aprova a orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Decl Rect 75/2012, de 17-12-2012 - Retifica a Portaria nº 343/2012, de 26OUT, que procede à quarta alteração à Portaria nº 314-B/2010, de 14JUN, que define o modo de utilização do dispositivo eletrónico de matrícula para efeitos de cobrança eletrónica de portagens.

Decl Rect 76/2012, de 19-12-2012 - Retificação do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça nº 9/2012.

Decreto 40/2012/M, de 27-12-2012 - Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 10/2009/M de 30MAR, que estabelece o regime jurídico regional da atividade de transporte rodoviário de mercadorias.

Decreto PR 167/2012, de 13-12-2012 - Ratifica o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 18DEZ2002.

Decreto Reg 51/2012, de 10-12-2012 - Estabelece a estrutura orgânica e a estrutura funcional do Polo de Lisboa do

Hospital das Forças Armadas, bem como os princípios de gestão que lhe são aplicáveis.

Desp ANSR 14774/2012, de 19-11-2012 - Definição das condições de acesso das forças de segurança, PSP e GNR ao Sistema de Registo de Infrações do Condutor (SRIC).

Desp ANSR 15013/2012, de 22-11-2012 - Aprovação do equipamento parquímetro da marca Metric, modelo Aura, destinado à medição do tempo de estacionamento de veículos.

Desp ANSR 15203/2012, de 27-11-2012 -

Desp ANSR 15491/2012, de 05-12-2012 - Aprovação do equipamento de rastreio na saliva, da marca DrugSense, modelo Rapid-Multi-Drug Saliva Test.

Despacho 13857/2012, de 25-10-2012 - Determina a criação de um grupo de trabalho para o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC).

Despacho 15351-A/2012, de 30-11-2012 - Restrições à pesca de sardinha com a arte de cerco na costa continental portuguesa.

LEGISLAÇÃO EUROPEIA

Diretiva 2012/24/EU, de 09-10-2012 - Altera para efeitos da sua adaptação ao progresso técnico, a Diretiva nº 86/297/CEE do Conselho, relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros sobre tomadas de força e respetiva proteção nos tratores agrícolas e florestais com rodas.

Diretiva 2012/29/EU, de 14-11-2012 - Estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro 2001/220/JAI do Conselho.

Diretiva 2012/35/EU, de 14-12-2012 - Altera a Diretiva nº 2008/106/CE relativa ao nível mínimo de formação dos marítimos.

Diretiva 2012/36/EU, de 20-11-2012 - Altera a Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à carta de condução.

Diretiva 2012/45/EU, de 04-12-2012 - Adapta pela segunda vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Informação 2012/C 312/04, de 16-10-2012 - Lista de pontos de contacto para a proteção de personalidades oficiais.

Informação 2012/C 312/05, 16-10-2012 - Lista dos pontos de contacto nacionais para o combate à criminalidade automóvel transfronteiras.

Informação 2012/C 312/06, de 16-10-2012 - Lista de pontos de contacto permanentes para a ordem pública.

Informação 2012/C 375/07, de 05-12-2012 - Convite à apresentação de candidaturas - EACEA/35/12 - Tempus IV

- Reforma do Ensino Superior através da Cooperação Universitária Internacional. **Informação 2012/C 377 E/06, de 07-12-2012** - Relatório anual do Conselho ao Parlamento Europeu sobre os principais aspetos e as opções fundamentais da Política Externa e da Segurança Comum (PESC) em 2009.

Informação 2012/C 377 E/07, de 07-12-2012 - Desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa na sequência da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Informação 2012/C 296 E/04, de 02-10-2012 - Novo quadro político da União Europeia em matéria de combate à violência contra as mulheres.

Informação 2012/C 315/05, de 15-11-2012 - Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Eradicação da violência doméstica contra as mulheres» (parecer de iniciativa).

Informação 2012/C 315/06, de 15-11-2012 - Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «O papel da sociedade civil no combate à corrupção nos países do sul do Mediterrâneo» (parecer de iniciativa).

Informação 2012/C 315/07, de 15-11-2012 - Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Utilização responsável das redes sociais e prevenção dos problemas que lhes estão associados» (parecer de iniciativa).

Parecer MP 31/2012, de 08-11-2012 - Aplicação e natureza jurídica dos prazos referidos no artigo nº 278º do Código de Processo Penal.

Resolução 44/2012/M, de 20-12-2012 - Aprova o Orçamento da Assembleia Legislativa da Região da Madeira para o ano de 2013.

Resolução CM 109/2012, de 21-12-2012 - Autoriza a realização de despesas resultantes do acordo celebrado entre o Ministério da Defesa Nacional e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E., tendente ao cumprimento da prestação de serviços prevista na Portaria nº 471/78, de 19AGO.

Resolução CM 112/2012, de 31-12-2012 - Diversos Aprova a Agenda Portugal Digital.

Recomendação 2012/798/EU, de 19-12-2012 - Sobre o procedimento de notificação previsto no artigo 22º, nº 3, da Diretiva 2002/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao serviço universal e aos direitos dos utilizadores em matéria de redes e serviços de comunicações eletrónicas.

Reg (UE) 1040/2012, de 09-11-2012 - Altera o Reg (CE) nº 754/2009 no que se refere à exclusão de determinados grupos de navios do regime de gestão do esforço de pesca estabelecido no Reg (CE) nº 1342/2008 e que altera os Reg (UE) nº 43/2012 e Reg (UE) nº 44/2012 no respeitante a determinadas possibilidades de pesca.

Reg (UE) 1151/2012, de 14-12-2012 - Relativo aos regimes de qualidade dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios.

Reg (UE) 1158/2012, de 12-12-2012 - Altera o Reg (CE) nº 338/97 do Conselho relativo à proteção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio.

Reg (UE) 1215/2012, de 20-12-2012 - Relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial.

Reg (UE) 1229/2012, de 21-12-2012 - Altera os anexos IV e XII da Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro para a homologação dos veículos a motor e seus reboques, e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a serem utilizados nesses veículos («Diretiva-Quadro»).

Reg (UE) 1230/2012, de 21-12-2012 - Dá execução ao Reg (CE) nº 661/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos requisitos de homologação para massas e dimensões dos veículos a motor e seus reboques e altera a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

Reg (UE) 1254/2012, de 29-12-2012 - Altera o Reg (CE) nº 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Reg (CE) nº 1606/2002 do PE e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro 10, 11, 12, e à Norma Internacional de Contabilidade 27 e 28 (2011).

Reg (UE) 1255/2012, de 29-12-2012 - Altera o Reg (CE) nº 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Reg (CE) nº 1606/2002 do PE e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 12, às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) 1 e 13 e à Interpretação do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) 20.

Reg (UE) 1256/2012, de 29-12-2012 - Altera o Reg (CE) nº 1126/2008, que adota determinadas normas internacionais de contabilidade nos termos do Reg (CE) nº 1606/2002 do PE e do Conselho, no que diz respeito à Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 7 e à Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 32.

Reg (UE) 1272-1273/2012, de 29-12-2012 - Relativo à migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+) para o sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II) (reformulação).

Reg (UNECE) 41/2012, de 14-11-2012 - Prescrições uniformes relativas à homologação dos motociclos no que diz respeito ao ruído.

Reg Ex (UE) 1101/2012, de 27-11-2012 - Altera o Reg (CEE) nº 2454/93 que fixa

determinadas disposições de aplicação do Reg (CEE) nº 2913/92 do Conselho que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Reg Ex (UE) 1159/2012, de 07-12-2012 - Altera o Reg (CEE) nº 2454/93 que fixa determinadas disposições de aplicação do Reg (CEE) nº 2913/92 do Conselho que estabelece o Código Aduaneiro Comunitário.

Reg Ex (UE) 1185/2012, de 12-12-2012 - Altera o Reg (CE) nº 607/2009 que estabelece normas de execução do Reg (CE) nº 479/2008 do Conselho no que respeita às denominações de origem protegidas e indicações geográficas protegidas, às menções tradicionais, à rotulagem e à apresentação de determinados produtos vitivinícolas.

Reg Ex (UE) 1221/2012, de 19-12-2012 - Altera o Reg (CE) nº 684/2009, no que diz respeito aos dados a apresentar no âmbito dos processos informatizados aplicáveis para a circulação de produtos sujeitos a impostos especiais de consumo em regime de suspensão do imposto.

Retificação S/N, de 16-11-2012 - Retifica o Reg Ex (UE) nº 314/2012 da Comissão, de 12ABR, que altera os Reg (CE) nº 555/2008 e o Reg (CE) nº 436/2009 no que diz respeito aos documentos que acompanham o transporte dos produtos vitivinícolas e aos registos a manter no setor vitivinícola.

LEGISLAÇÃO INTERNA

Aviso MAI 14108/2012, de 24-10-2012 - Publicitação da homologação da lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados no procedimento concursal comum para admissão ao

curso de formação de guardas da Guarda Nacional Republicana 2012-2013 (armas).

Decl Rect 1624/2012, de 24-12-2012 - Retificação do Despacho nº 14028/2012 de 29OUT - Ingresso na categoria e carreira de oficial.

Despacho 13961/2012, de 26-10-2012 - Ingresso na categoria e carreira de oficial da Guarda Nacional Republicana no posto de alferes.

Despacho 14028/2012, de 29-10-2012 - Ingresso na categoria e carreira de oficial da Guarda Nacional Republicana no posto de alferes, (Infantaria e Cavalaria).

Despacho 14503/2012, de 09-11-2012 - Autorização das promoções no ano de 2012 de militares da Guarda Nacional Republicana.

Despacho 15965/2012, de 14-12-2012 - Delegação de competências do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana no Comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos.

Despacho 15967/2012, de 14-12-2012 - Delegação de competências do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana no Comandante do Comando da Doutrina e Formação.

Despacho MAI 13280/2012, de 10-10-2012 - Foi nomeado para o cargo de Inspetor da Guarda Nacional Republicana, em acumulação com o cargo de 2º Comandante-Geral, o Tenente-General Samuel Marques Mota.

Despacho MAI 13281/2012, de 10-10-2012 - Exoneração do cargo de Inspetor da Guarda Nacional Republicana do Major-General João Manuel Peixoto Apolónia.

Despacho MAI 14234/2012, de 02-11-2012 - Determina os montantes recebidos e ainda a receber durante 2012, a serem disponibilizados às Forças de Segurança, pelo Fundo de Garantia Automóvel.

Despacho MAI 14235/2012, de 02-11-2012 - Determina os montantes apurados até 2011 e ainda não distribuídos a serem disponibilizados às Forças de Segurança pelo Fundo de Garantia Automóvel.

Despacho MAI 14563/2012, de 12-11-2012 - Nomeação para o cargo de 2º Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana do Tenente-General Samuel Marques Mota.

Despacho MAI 15295/2012, de 29-11-2012 - Despacho de delegação de competências do Comandante-Geral no Comandante da Escola da Guarda.

Despacho MAI 16506/2012, de 28-12-2012 - Determina os montantes apurados em 2012 e ainda não distribuídos, a serem disponibilizados às Forças de Segurança, pelo Fundo de Garantia Automóvel.

Louvor MAI 749/2012, de 04-12-2012 - Concessão de louvor de Serviços Distintos de Segurança Pública, Grau Ouro, à Unidade de Intervenção da Guarda Nacional Republicana.

Portaria 399/2012, de 05-12-2012 - Autoriza a Academia Militar a conferir o grau de mestre na especialidade de Liderança - Pessoas e Organizações.

Portaria 708/2012, de 29-11-2012 - Autoriza a Guarda Nacional Republicana a iniciar o procedimento pré-contratual relativo à aquisição de serviços de cópia e impressão em regime de *outsourcing*.

In Memoriam

Falecidos no Ativo em 2012

Oficiais

Alferes Daniel João Varela Simões.

Sargentos

Sargento-Chefe José Henriques Dias Aires.

Guardas

Cabo-Chefe Francisco Jorge Pombinho dos Santos Carochinho, Cabo-Chefe João Carlos Pereira Simões, Cabo Inácio Manuel Matos Lameirão, Cabo Victor Hugo Guerreiro da Silva Cabo Rui José Marques da Luz, Cabo Abílio António Salvador Amado, Cabo Manuel Emílio São João, Cabo José Manuel Veiga da Silva, Cabo Argemiro Manuel Ameixa Rolhas, Cabo Marco Aurélio Pinto da Cruz, Cabo João Manuel Freire Carlos, Cabo António José Silvério Brás, Guarda Bruno Alexandre de Almeida Santos, Guarda José Manuel de Oliveira Gonçalves, Guarda João Carlos Pires Macieirinha Bento, Guarda

Joel Fonseca dos Santos, Guarda Vitor Manuel dos Santos de Deus, Guarda Lucília da Cruz Martins Afonso, Guarda José Joaquim Valente Barrancos.

Falecidos na Reserva em 2012

Guardas

Cabo Mor Belmiro Gonçalves Felisberto, Cabo-Chefe António Simões Soares, Cabo-Chefe Júlio Cesar Ribeiro, Cabo, Júlio César Fidalgo Pimenta, Cabo António Fernando Silva, Cabo Fernando Eduardo Dias Barão, Cabo Fernando José Carneiro Fernandes, Cabo Manuel dos Santos Bartolomeu Machado, Cabo António Gomes da Costa, Cabo Júlio Rodrigues Fernandes Gonçalves, Cabo Amável de Jesus Rodrigues Marques, Cabo Manuel da Cruz Couto, Cabo José Pedro Vaz de Sousa da Silva, Cabo António Joaquim Almeida Potra, Cabo Carlos Alberto da Gama Araújo, Cabo José Marques Carvalheira, Cabo José Gaspar Carneiro Pereira Torres.